

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DO MOVIMENTO HUMANO

Jogos Paralímpicos 2016: impactos sociais e possível legado para a pessoa com deficiência

Eduardo de Paula Azzini

2020

**TESE DE DOUTORADO
EDUARDO DE PAULA AZZINI**

Jogos Paralímpicos 2016: impactos sociais e possível legado para a pessoa com deficiência

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Metodista de Piracicaba, para obtenção do Título de Doutor em Ciências do Movimento Humano.

Orientadora: Profa. Dra. Cinthia Lopes da Silva

PIRACIACABA
2020

EDUARDO DE PAULA AZZINI

Tese de Doutorado defendida em 28 de fevereiro de 2020, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Cinthia Lopes da Silva – Presidente e Orientadora – UNIMEP

Profa. Dra. Ana Carolina Capellini Rigoni – UFES

Profa. Dra. Rute Estanislava Tolocka – UNIMEP

Prof. Dr. Marcelo de Castro Cesar – UNIMEP

Prof. Dr. Adalberto dos Santos Souza – UNIFESP

Dedico este trabalho a minha família,
em especial aos meus pais, Roberto e Vera,
por tanto amor e tanta devoção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pela união e apoio incondicional, mais especificamente, aos meus pais, Roberto e Vera, por tanto amor, dedicação, apoio, e por sempre estarem ao meu lado em toda minha vida.

À minha irmã, Daniela, e sua família, que sempre torcem por mim e me incentivam a ser uma pessoa melhor.

À minha querida e amada Clarissa, pelo apoio e companheirismo, pelo amor e pelas trocas constantes que temos em nossas vidas.

Aos meus estimados amigos que a cada momento engrandecem a minha caminhada e me fazem lembrar o real sentido da vida.

À querida Profa. Dra. Eline T. Rozante Porto, por sua presença constante desde o início da minha vida acadêmica e por me mostrar o caminho profissional com maestria, dedicação e retidão incomparável.

Ao Prof. Dr. Sandro Carnicelli, por ser um verdadeiro companheiro durante minha estada na Escócia, por me ensinar o caminho acadêmico do velho continente e por todas as realizações, estudos e experiências inesquecíveis no Reino Unido.

A toda turma da pós-graduação da UNIMEP, em especial, o pessoal do grupo de estudos GELC, pela convivência, por enfrentarmos juntos os obstáculos e por todos os momentos alegres que passamos.

Aos inúmeros professores que passaram pela minha vida acadêmica até aqui, que de certa forma fazem ou fizeram parte dos meus estudos e de minha formação.

A todos os funcionários e colaboradores da UNIMEP, por trabalharem em prol dos alunos em todos os momentos.

À instituição Avistar, meu local de trabalho, que me deu condições de estudar e dedicar parte da minha vida a esta pesquisa. E, sem dúvida, a todos os profissionais da instituição, que estão sempre trabalhando para melhorar a vida da pessoa com deficiência.

Por fim, um especial e carinhoso agradecimento à Profa. Dra. Cintia Lopes da Silva, que abraçou e se dedicou a este projeto com profissionalismo ímpar, que me orientou e me ensinou com brilhantismo todo o percurso acadêmico até a conclusão e defesa do doutorado.

RESUMO

O esporte pode acarretar mudanças significativas para os seres humanos, em sua maneira de pensar e na construção de valores, e gerar benefícios sociais que podem ser potencializados com a realização de megaeventos esportivos como os Jogos Paralímpicos. Assim, temos como principais questionamentos: quais os legados, significados e impactos sociais dos Jogos Paralímpicos de 2016 para pessoas que assistiram os jogos, para frequentadores de parques públicos do Reino Unido e para profissionais que atendem pessoas com deficiência no Brasil? Este estudo tem como objetivo geral identificar os impactos sociais e significados dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro de 2016 para esses grupos mencionados. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica e de campo, caracterizando um estudo qualitativo e quantitativo. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de um levantamento centrado nos Jogos Paralímpicos e nas políticas públicas envolvendo pessoas com deficiência no âmbito do lazer. Para a análise dos textos, utilizamos as cinco fases de análise de Severino (2007): textual, temática e interpretativa, problematização e síntese pessoal. O estudo qualitativo, segundo Minayo (1994), trabalha a partir de um universo de significados, crenças, valores, aspirações e atitudes. O estudo quantitativo é complementar ao qualitativo. Utilizamos as bibliotecas de instituições do Brasil e do exterior para acesso ao banco de dados digitais. A pesquisa de campo foi realizada por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas. Assim, destacamos como impactos sociais positivos, tanto para o grupo investigado no Brasil quanto no Reino Unido, uma aproximação da sociedade em relação às pessoas com deficiência, maior inclusão social dessa parcela da população, incluindo na pesquisa de campo brasileira como impacto positivo o orgulho de sediar tal evento. Por outro lado, destaca-se como impacto social negativo para esses dois grupos, os altos custos para sediar tal evento e a dificuldade no trânsito da cidade por conta dos Jogos, e ainda, para os brasileiros há outro ponto negativo que é a desconfiança no poder público, que pode utilizar recursos indevidamente. Para os profissionais que trabalham com pessoas com deficiência, destacou-se como impacto negativo a falta de locais acessíveis para pessoas com deficiência, a falta de acessibilidade e investimento público em outras áreas, contudo observaram como impacto positivo as transformações e adaptações dos locais durante o megaevento esportivo, que podem servir como exemplo e um olhar mais positivo sobre o corpo com deficiência. Assim, esses resultados nos mostram que sediar um megaevento esportivo pode ser um catalisador para a criação e reconstrução de valores e conceitos sociais, beneficiando não só a pessoa com deficiência, mas toda a sociedade. No Brasil, há uma necessidade de alinhar políticas públicas de acesso e inclusão das pessoas com deficiência a partir da elaboração, execução e avaliação de projetos que promovam mudanças nas atitudes da sociedade para que a inclusão social seja um possível legado para a pessoa com deficiência. Os espaços públicos de lazer devem ser administrados vislumbrando ações que vão além das barreiras físicas, contribuindo para um novo olhar sobre inclusão e, conseqüentemente, para a melhoria do desenvolvimento social.

Palavras-chave: Esportes. Atividades de lazer. Política Pública. Pessoas com deficiência. Cultura.

ABSTRACT

Sport may bring about significant changes for human beings, in their way of thinking and in the construction of values, therefore generating social benefits that can be empowered by sport megaevents such as the Paralympic Games. Consequently, we have some questions: what are the legacies, meanings and social impacts of the 2016 Paralympic Games for the viewers, for public park goers in the UK and for professionals who assist people with physical disabilities in Brazil? This study is aimed at identifying the social impacts and meanings of the Rio 2016 Paralympic Games for the groups of people mentioned above. Bibliographic and field research was used and the study is qualitative and quantitative. The bibliographic research was based on a data survey focused on Paralympic Games and public policies involving people with physical disabilities in the scope of leisure. In order to analyse the texts we used the five steps of analysis from Severino (2007): textual, theme and interpretation, problematization and personal synthesis. The qualitative study, according to Minayo (1994), works in a universe of meanings, beliefs, values, aspirations and attitudes. The quantitative study is complementary to the qualitative study. We used some libraries in Brazil and abroad for accessing the digital data base. The field research was carried out with questionnaires and semi-structured interviews. Therefore, we have highlighted as positive social impacts, for the groups investigated both in Brazil and in the United Kingdom, a rapprochement from society towards people with disabilities and more social inclusion. In addition to that, in the Brazilian research, another positive social impact was the pride in hosting the games. On the other hand, we highlight as a negative social impact for these two groups, the high costs of hosting an event of this magnitude and heavy traffic in the cities. Another negative social impact for Brazilians was the mistrust in the public power regarding the improper use of resources. For the professionals who work with people with disabilities, we highlight as a negative impact the lack of accessibility for people with disabilities and lack of public investment in other areas. However, another positive impact was the transformation and adaptation of places during the sport megaevent which can be an example to be followed and it also throws some light on how to deal with the body with disability. Consequently, these results show us that hosting a sport megaevent can work as a catalyser for the creation and reconstruction of values and social concepts which not only benefit the person with disability, but also the whole of society. In Brazil, there is a need to align public policies of access and the inclusion of people with disabilities from the elaboration, execution and evaluation of projects which foster changes in the behaviour of society in a way social inclusion becomes a possible legacy for the person with disability. Leisure public spaces must be managed focusing on actions that go beyond physical barriers and contribute to a new way of looking at social inclusion, hence improving social development.

Keywords: Sports. Leisure activities. Public Policies. People with disabilities. Culture.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Experiência profissional com pessoas com deficiência..	101
Gráfico 2 – Acompanha atividades de esporte e lazer para pessoa com deficiência	102
Gráfico 3 – Impactos sociais positivos	103
Gráfico 4 – Impactos sociais negativos.....	105
Gráfico 5 – Governo como principal financiador	106
Gráfico 6 – Legados dos Jogos Paralímpicos 2016.....	107
Gráfico 7 – Vida melhora com políticas públicas inclusivas.....	108
Gráfico 8 – Legados dos Jogos Paralímpicos 2012 e Commonwealth Games 2014	111
Gráfico 9 – Conhece leis britânicas em relação à pessoa com deficiência	112
Gráfico 10 – Impactos sociais positivos	113
Gráfico 11 – Atividades envolvendo pessoas com deficiência que as pessoas acompanham	114
Gráfico 12 – Impactos sociais negativos.....	118
Gráfico 13 – Assistiu Jogos Paralímpicos do Rio 2016.....	120
Gráfico 14 – Experiência ou proximidade com pessoa com deficiência	121

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	13
2 INTRODUÇÃO	15
2.1 OBJETIVOS	21
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	22
4 RESULTADOS	27
4.1 CONCEITO DE LAZER	28
4.1.1 CONTEÚDO FÍSICO-ESPORTIVO DO LAZER	32
4.1.2 BARREIRAS PARA O LAZER EM SEU CONTEÚDO FÍSICO-ES- PORTIVO	40
4.2 O ESPORTE ADAPTADO	45
4.2.1 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER	55
4.2.2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	56
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E OS JOGOS PARALÍMPICOS NO BRASIL	67
4.4 COMPARAÇÃO DOS JOGOS PARALÍMPICOS DO BRASIL 2016, DE LONDRES 2012 E JOGOS COMMONWEALTH DE GLASGOW 2014	85
5 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS OBTIDOS NO BRASIL.	99
6 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS OBTIDOS NA ESCÓCIA	109
7 OS SIGNIFICADOS DOS JOGOS PARALÍMPICOS PARA PROFIS- SIONAIS ENVOLVIDOS COM A DEFICIÊNCIA	123
7.1 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTU- RADAS	123
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	144

APÊNDICES	152
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 1	152
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 2	153
APÊNDICE C – ENTREVISTA 1	155
APÊNDICE D – ENTREVISTA 2	157
APÊNDICE E – ENTREVISTA 3	159
APÊNDICE F – ENTREVISTA 4	161
APÊNDICE G – ENTREVISTA 5	162
APÊNDICE H – ENTREVISTA 6	163
ANEXOS	165
ANEXO A – CEP Escócia	165
ANEXO B – Comitê de Ética - UNIMEP	166

1 APRESENTAÇÃO

Ao ingressar no curso de graduação em Educação Física, no início de 2005, meu pensamento ainda não permeava as questões da pessoa com deficiência e, muito menos, as questões teóricas do lazer. Outras preocupações e anseios rodeavam meu pensamento, porém sem o entusiasmo e a força necessários para enfrentar a longa estrada da pesquisa e do conhecimento científico. Pois bem, toda essa compreensão acerca das questões universitárias já me remetia a uma escolha prévia: participar de algo além das aulas. Assim, surgiu a possibilidade de participar de um projeto de extensão universitária que tratava das questões motoras da pessoa com deficiência visual. Até então um grupo totalmente desconhecido e longe de minhas pretensões acadêmicas. Contudo, a busca por conhecimentos, o desafio de seguir e se aprofundar nesse caminho do conhecimento científico e da possibilidade da docência apareceram para completar minhas aspirações.

Foi formada, então, uma parceria, inesperada, entre os estudos na Educação Física e o foco na pessoa com deficiência, pois o projeto de extensão tinha como público-alvo alunos com deficiência visual de uma instituição na cidade de Piracicaba – SP.

Essa aproximação entre a Educação Física e a pessoa com deficiência já perdura mais de dez anos em nossos estudos e toda nossa experiência profissional está intimamente ligada a esse tema. Conseqüentemente, junto a isso, caminhamos na formação acadêmica e na pesquisa tratando dos assuntos pertinentes à pessoa com deficiência, ora tratando de suas relações com a corporeidade, na monografia de conclusão do curso de graduação (AZZINI, 2007), ora com suas preocupações motoras, na monografia de conclusão de especialização (AZZINI,

2010), e ora com suas dificuldades de acessibilidade ao lazer, na dissertação de mestrado (AZZINI, 2014).

Nesse sentido, entendemos a inclusão social como um processo de adaptação da sociedade em relação às pessoas com deficiência, no qual a primeira assume a responsabilidade de compreender as necessidades da segunda e se torna capaz de atendê-las, de modo que as pessoas com deficiência possam ser mais participativas e tenham as oportunidades equiparadas, conforme conceitua Sasaki (2006). Esse mesmo autor completa dizendo que esse processo bilateral contribui para a construção de uma nova sociedade, transformando espaços físicos e a mentalidade de todas as pessoas, inclusive a própria pessoa com deficiência.

No entanto, essa transformação social não é tarefa fácil. Será preciso abraçar a causa, despertar sentimentos, assumir que existem diferenças entre os corpos, entre as pessoas, aceitar a diversidade e respeitar as limitações. Assim, surge em mim a motivação para investigar o tema, no intuito de auxiliar profissionais para que saibam como mediar e incentivar a participação de pessoas com deficiência nas suas práticas. Criar e efetivar políticas consistentes que fomentem a presença dessa parcela da população, transformando exclusão em oportunidade, em envolvimento, em acolhimento, no sentido de estar junto, trazendo melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.

Nesse percurso, é importante relatar a oportunidade de receber uma bolsa na modalidade sanduíche para fazer parte dos meus estudos em Glasgow, na Escócia. A experiência de vivenciar a pesquisa em um país europeu, em uma universidade com uma forma diferente de fazer pesquisa, foi muito enriquecedora para o trabalho e para minha vida de um modo geral. Estudar os eventos esportivos, o contato com professores e, mais especificamente, com o orientador, Pro-

fessor Doutor Sandro Carnicelli, trouxe uma considerável contribuição para a pesquisa e para a minha maneira de olhar a Educação Física e suas relações com os megaeventos esportivos.

2 INTRODUÇÃO

Megaeventos como os que o Brasil teve a oportunidade de sediar em 2016, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, podem ser considerados um grande incentivo à formação de novos valores e conceitos no país sede. As possibilidades de criação de novos espaços e complexos esportivos, novas ideias e projetos, podem ser um marco para novos hábitos e costumes em relação ao lazer e à prática de esporte do cidadão brasileiro.

Além disso, é parte de nossa preocupação assegurar o direito firmado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que observa a necessidade de fomentar o acesso a espaços de esporte e lazer para as pessoas com deficiência, obedecendo a normas e critérios para tal, promovendo a inclusão social e as condições favoráveis para a vivência do lazer, bem como o uso adequado das instalações que os megaeventos esportivos poderão deixar como parte do legado para o país.

Nesse sentido, os Jogos Paralímpicos podem ser um catalisador para uma ampla transformação cultural que corrobore possíveis novos valores e conceitos em nossa sociedade, que nos leve a entender que todos somos parte integrante dessa coletividade. Pois, constatamos em nossa experiência profissional, atuando diretamente com a população com deficiência, que esse público nem sempre teve seu espaço garantido nas diversas manifestações sociais, entre elas as esportivas.

Desse modo, percebemos a importância da democratização das atividades (e aqui não somente as de lazer), e ainda, de que essa mudança passe pela reformulação dos espaços e pela conscientização sobre as possibilidades de acesso (DUMAZEDIER, 1999). De acordo com Marcellino (2012), há necessidade de se estabelecer políticas mais abrangentes e inclusivas, transformando equipamentos e praças esportivas em centros receptivos para toda a população.

Essas transformações urbanas que se iniciaram a partir de 2009, com o anúncio oficial de que a cidade do Rio de Janeiro seria a escolhida para os Jogos Paralímpicos de 2016, foram, de acordo com Vasquez (2017), um processo intenso de reorganização urbana, com grandes obras e reordenamento das comunidades. Contudo, esse processo foi feito também levando em conta o uso que a pessoa com deficiência faz do espaço urbano?

De acordo com Almeida (2016, p. 69), os megaeventos esportivos são manifestações que vão além do âmbito esportivo, pois as demandas e questões que envolvem esses eventos, como o difícil cálculo dos custos, a necessidade de investimentos públicos e os resultados gerados, são muitas vezes ofuscadas.

Apesar dos altos investimentos em arenas e infraestrutura em seu entorno, e ainda toda a remodelação urbana advinda através de tudo que cerca a realização de um megaevento esportivo como os Jogos Paralímpicos, o retorno econômico poderia não se concretizar, segundo Almeida (2016). Contudo, é possível que, se bem aproveitados, esses eventos possam proporcionar benefícios sociais significativos e oportunidades esportivas para a população brasileira, e ainda, causar diversos impactos sociais, pois Heere et al. (2013) enumeraram diversas pesquisas que comparavam resultados na esfera social.

Portanto, os Jogos Paralímpicos de 2016 poderiam ser um fator impulsionador para a inclusão da pessoa com deficiência de um modo muito mais

abrangente, ou seja, com o planejamento adequado, com o conhecimento adquirido ao longo de todo o processo de organização dos jogos, teríamos uma aproximação dos diversos setores da sociedade com a ideia de Sasaki (2006, p. 39), pois para ele:

É fundamental equipararmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos junto à população geral.

Assim, os Jogos Paralímpicos, sendo um megaevento esportivo de grande representação para as pessoas com deficiência, podem ser um impulso para a transformação social, mudanças em estereótipos, paradigmas e preconceitos acerca das potencialidades e possibilidade de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade (MARQUES, 2009).

Marques et al. (2009) também dizem que um evento esportivo pode trazer mudanças e influenciar hábitos em uma sociedade, considerando os valores, o crescimento e todos os ganhos que a população pode atingir através do esporte.

Assim, os Jogos realizados no Rio de Janeiro em 2016 podem ser um (re)início para se estabelecer novas políticas públicas que incluam, como usuários e frequentadores de espaços de lazer e praças esportivas, todas as pessoas com algum tipo de deficiência, transformando, adaptando e ajustando equipamentos, áreas de lazer e toda infraestrutura necessária para receber a população. Para isso, Marcellino (2008, p. 10) afirma que

É fundamental entender todo o processo de planejamento, construção, administração e animação dos equipamentos para que, com isso, possa se implantar, de forma mais adequada, uma política de democratização cultural. Torna-se assim muito importante a relação que se estabelece entre o público usuário, os profissionais e os equipamentos públicos de esporte e lazer [...].

Portanto, sediar um megaevento esportivo como os Jogos Paralímpicos, pode ser uma maneira de disponibilizar investimentos em diversas áreas, deixando assim possíveis legados positivos para toda a sociedade, estendendo-se a melhoria da qualidade dos profissionais envolvidos, bem como novas tecnologias, ações e pesquisas que envolvam a pessoa com deficiência (MASSUDA, 2012).

Desse modo, a investigação e a compreensão dos impactos sociais relacionados ao esporte e ao lazer, com foco na pessoa com deficiência, podem contribuir para o surgimento de novos conceitos, novas práticas e maiores benefícios sociais para as pessoas com deficiência. Também é necessário identificar a visão que um megaevento esportivo como esse trará às pessoas e à sociedade em geral, na busca de garantir um legado duradouro para o povo brasileiro.

Para isso, entender a inclusão social como um processo de adaptação da sociedade em relação às pessoas com deficiência, no qual a primeira assume a responsabilidade de compreender as necessidades e se torna capaz de atendê-las, e a segunda seja mais participativa e tenha as oportunidades equiparadas, conforme conceitua Sasaki (2006). O autor ainda afirma que esse processo bilateral contribui para a construção de uma nova sociedade, transformando espaços físicos e a mentalidade de todas as pessoas e também da própria pessoa com deficiência.

Essa transformação social não se dá por si só, pois para aprimorar e aplicar o conceito de inclusão social da pessoa com deficiência, faz-se necessário uma profunda reflexão para se compreender quais aspectos ainda continuam enraizados, dificultando a massificação do conceito de inclusão e, sobretudo, investigar quais são os conceitos arraigados na sociedade, quais os mitos e quais in-

formações ainda não estão claras a respeito de deficiência e de pessoas com tais diferenças.

Em tempo, esclarecemos que deficiência, com base em documento do Ministério da Educação, é “[...] qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, podendo resultar em uma limitação ou incapacidade no desempenho normal de uma determinada atividade [...]” (BRASIL, 2002).

Assim, na própria definição surgem termos como “anormalidade”, “limitação”, que contribuem para formação de (pré)conceitos, valorizações e classificações a essas pessoas como se fossem apenas a imagem que transmitem, o corpo físico mutilado ou expressão corporal diferente, e é sobre essa questão que nossos estudos anteriores já faziam ponderações, no que diz respeito à dificuldade de compreender a capacidade da pessoa com deficiência, seu poder de adaptação e transformação das habilidades para ultrapassar barreiras e limitações.

Essa visão atribuída às pessoas com deficiência, ou seja, esses valores fortemente arraigados na sociedade que equiparam a deficiência a doenças, a incapacidades, e até mesmo a inutilidade perante a vida social, tem sido um problema a ser enfrentado por essa parcela da população, atrelado à ideia de que as pessoas com deficiência precisam de cura, pois podem ser um problema para se adaptar à sociedade (SASSAKI, 2006).

Contudo, se conseguirmos compreender melhor a pessoa com deficiência, seus conceitos e suas possibilidades como cidadão com direitos e deveres através das estruturas advindas dos megaeventos, podemos melhorar sua participação em sociedade indo ao encontro das ideias de Andrade e Almeida (2012), que acreditam que políticas públicas bem estruturadas evidenciem as diferenças entre os seres humanos e promovam a inclusão de todas as pessoas. Assim, é possí-

vel minimizar os estigmas e facilitar a participação social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida deste grupo da população.

Para tanto, é de suma importância que se fomente pesquisas sobre os impactos sociais positivos e/ou negativos que os megaeventos podem trazer ao seu país sede, assim como os significados e legados dos megaeventos esportivos para grupos populacionais específicos. É fundamental que pesquisas tragam dados que auxiliem a construção e consolidação de políticas públicas apropriadas para o esporte e o lazer, contribuindo para o fortalecimento dos impactos sociais positivos e a diminuição dos impactos negativos.

Para atingirmos nossos objetivos, construímos a tese de modo a reunir na primeira parte um referencial teórico como a base qualitativa da investigação, realizando uma pesquisa bibliográfica acerca do nosso tema de estudo. A seguir, na segunda parte, realizamos uma pesquisa de campo com a entrega e coleta de questionários na cidade do Rio de Janeiro com frequentadores dos Jogos Paralímpicos de 2016. Para a terceira parte da pesquisa, realizamos a coleta de dados por meio de questionários no Reino Unido, como parte integrante de uma Bolsa Sanduíche com a qual fomos contemplados. Essa etapa, além de ter sido fundamental para o crescimento e desenvolvimento pessoal do pesquisador, se revela importante como parte da construção da tese, visto que estar no país que foi sede dos Jogos Paralímpicos anteriores aos do Rio de Janeiro poderia contribuir para conseguirmos entender melhor se tais jogos auxiliam no processo de inclusão de pessoas com deficiência, suas possibilidades como catalisador de mudanças sociais naquele país e ainda a chance de estar no país que deu início à ideia de esporte adaptado e que alavancou a participação de pessoas com deficiência nas práticas de atividades esportivas. Para a quarta etapa, realizamos entrevistas semiestruturadas com profissionais da cidade de Piracicaba – SP que atuam com

peças com deficiência e, por fim, analisamos e interpretamos os dados encontrados na pesquisa de campo em diálogo com a literatura.

2.1 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral identificar os impactos sociais e significados dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro de 2016, tendo como público de investigação pessoas que assistiram aos jogos, frequentadores de parques públicos do Reino Unido e profissionais que atendem pessoas com deficiência no Brasil, e, como objetivos específicos: 1) Analisar os Jogos Paralímpicos de 2016 a partir dos estudos de lazer das políticas públicas de esporte e lazer; 2) Analisar os Jogos Paralímpicos de 2016, os de 2012 em Londres e os Commonwealth Games de Glasgow em 2014; 3) Identificar e analisar os legados e os impactos sociais positivos e negativos dos Jogos Paralímpicos de 2016 para os espectadores em geral que assistiram in loco os jogos de 2016 e frequentadores de parques públicos no Reino Unido; 4) identificar e analisar os significados dos Jogos Paralímpicos de 2016 para profissionais que atuam em instituições de atendimento à pessoa com deficiência na cidade de Piracicaba – SP.

Explicitaremos na sequência do trabalho todo o caminho metodológico seguido, bem como apresentação do referencial teórico que sustenta nossa pesquisa por meio de autores que discorrem sobre a Educação Física no âmbito do lazer, Jogos Paralímpicos e as possibilidades de legados e, de políticas públicas no âmbito do esporte com relação à pessoa com deficiência.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Utilizaremos neste trabalho uma junção dos métodos qualitativo e quantitativo. Segundo Minayo (1994, p. 22), a pesquisa qualitativa trabalha com o “[...] universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Assim, a perspectiva também quantitativa do projeto poderá contribuir como complemento aos dados qualitativos.

Centralizamos a primeira parte do projeto em uma pesquisa bibliográfica acerca dos megaeventos esportivos no Brasil e as políticas públicas de esporte e lazer. Utilizamos as bibliotecas da UNIMEP e UNICAMP para o acesso a livros, artigos, dissertações e teses e também consultamos revistas da área de Educação Física, esportes e políticas públicas. Tivemos como palavras-chave: Jogos Paralímpicos, Lazer, Políticas Públicas, Pessoas com deficiência, Legado e Cultura. Para análise dos textos, utilizamos as cinco fases de análises de Severino (2007): textual, temática, interpretativa, problematização e síntese pessoal.

A segunda etapa da pesquisa foi constituída por uma pesquisa de campo na cidade do Rio de Janeiro, localizada na região sudeste do Brasil e que, segundo o IBGE, conta com uma população de mais de 6 milhões de habitantes, com a entrega de questionários para que as pessoas que assistiram in loco os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro respondessem, assinalando as respostas previamente estabelecidas em forma de alternativa, podendo em algumas questões assinalar mais de uma alternativa. Foram escolhidas pessoas sem deficiência, homens e mulheres com idade igual ou acima de 18 anos, para termos acesso à opinião dos pesquisados. Tivemos um número aproximado de 85 questioná-

rios mistos. As pessoas foram escolhidas por estarem dentro das instalações em uma das sete arenas dos Jogos Paralímpicos de 2016, o pavilhão Riocentro. Essa escolha foi feita por ser o pavilhão em que o pesquisador estava atuando junto à seleção paralímpica de Tênis de Mesa, além do que, esse local poderia demonstrar certo interesse das pessoas com o esporte adaptado. O contato inicial foi feito durante os intervalos dos jogos, nas filas dos restaurantes e demais locais de convivência e, ainda, durante as partidas de que o pesquisador participou ao longo do evento.

A terceira fase da pesquisa, como parte integrante da Bolsa Sanduíche no exterior, foi a coleta de dados junto a frequentadores de parques públicos na Escócia/Reino Unido, mais precisamente na região metropolitana da cidade de Glasgow, cidade que fica ao sul da Escócia e conta com uma população de mais de 1,7 milhão de habitantes. Assim sendo, foram escolhidas pessoas sem deficiência, homens e mulheres com idade igual ou acima de 18 anos que respondessem assinalando as respostas previamente estabelecidas em forma de alternativa, podendo em algumas respostas assinalar mais de uma alternativa, que estavam nos seguintes parques públicos:

1. Glasgow Green Park, parque localizado próximo à área central da cidade de Glasgow, aberto 24 horas para a população e com espaços de lazer como campos e quadras poliesportivas, café e museu de entrada gratuita, pista de caminhada e gramados.
2. Kevingrove Park, parque localizado na área central de Glasgow, aberto 24 horas para a população e com as mesmas características do parque anterior.

3. Universidade de Glasgow, imediações da universidade como espaço de passagem e lazer de alunos e da população em geral na cidade de Glasgow.
4. Fountain Gardens, parque localizado nas imediações da cidade Paisley, com menor frequência.
5. University of the West of Scotland (UWS), imediações do campus da UWS, na cidade de Paisley, também utilizado como espaço de passagem e lazer de alunos e população em geral da cidade.

Para isso, foi preciso aprovação do questionário pelo Comitê de Ética da University of the West of Scotland, sob processo número 1564. Os questionários foram entregues às pessoas que estavam utilizando parques públicos para que assinalassem as respostas conforme instruções prévias fornecidas pelo pesquisador. Esse contato feito durante o período de inverno do país ocorreu com muitas dificuldades, além da necessidade de conhecimento da língua (inglês), houve ocorrências como o frio e a neve que algumas vezes impediram o contato do pesquisador com o público pesquisado, porém na maioria das vezes as pessoas que eram abordadas se mostraram solícitas e dispostas a responder o questionário. Assim, após muitas tentativas e vários dias inteiros de saída a campo, o número de questionários preenchidos foi contemplado.

Na fase 4 foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com os profissionais que atuam diretamente em instituições de atendimento à pessoa com deficiência no Brasil, para que tivéssemos dados sobre os possíveis impactos que os jogos poderão acarretar na vida de pessoas com deficiência. Seguimos um roteiro para as entrevistas que abordou os seguintes temas: experiência em eventos esportivos relacionados a pessoas com deficiência; os significados dos Jogos Paralímpicos de 2016; os impactos sociais positivos e negativos que os jo-

gos poderão trazer; o legado dos Jogos Paralímpicos de 2016. Assim, tivemos as seguintes questões como base para coleta dos dados: 1) Qual a sua experiência com eventos esportivos relacionados à pessoa com deficiência? 2) Qual o significado dos Jogos Paralímpicos no Brasil para você? 3) Quais os impactos positivos e negativos das Paralimpíadas 2016 para você? 4) Qual o legado dos Jogos Paralímpicos de 2016 para a população brasileira? (O que vai ficar de tais Jogos para a população brasileira).

As entrevistas foram realizadas com os profissionais que trabalham em instituições que atendem pessoas com deficiência da cidade de Piracicaba – SP, que, segundo o IBGE, conta com uma população de mais de 400 mil habitantes, está localizada no interior do estado de São Paulo e também fica na região sudeste do Brasil. A cidade conta com aproximadamente 19 áreas públicas de lazer. A coleta ocorreu durante o segundo semestre de 2018, para que tivéssemos dados sobre os possíveis impactos que os Jogos poderiam acarretar na vida das pessoas atendidas por esse grupo. A seleção dos entrevistados se deu por critérios de acessibilidade e conveniência, visto que o pesquisador trabalha na área há mais de dez anos e possui contato prévio com as pessoas entrevistadas, e como critério de inclusão ficou estabelecido que todos tivessem mais de 18 anos de idade, pois era o mais viável para o nosso projeto de pesquisa, levando em conta a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados foram coletados por meio da técnica de entrevista semiestruturada, que é considerado por Triviños (1987) como um dos principais meios de pesquisa qualitativa em ciências sociais. Dessa forma, o número mínimo de entrevistados para profissionais que atendem pessoas com deficiência é de seis, já que tivemos como critério a saturação de dados. Contatamos as pessoas de forma direta, visto que o pesquisador trabalha na área

e tem contato direto com instituições de atendimento à pessoa com deficiência na cidade de Piracicaba. No total, entrevistamos três mulheres e três homens, pois notamos o ponto de saturação dos dados com a repetição das respostas já a partir do quarto entrevistado, ou seja mais da metade do total dos entrevistados se repetiram, pois, conforme Duarte (2002), a partir do momento que se identifica padrões simbólicos, práticas e visões de mundo do universo em questão, nota-se o que a autora denomina de “ponto de saturação”, e assim termina o trabalho de campo.

Para recrutar os entrevistados, como dissemos, foram considerados profissionais que trabalham em instituições com as quais o pesquisador tem contato na cidade de Piracicaba, as quais já têm uma aproximação prévia devido a sua experiência e atuação em instituições desse tipo nos últimos dez anos. Os participantes foram convidados pessoalmente pelo pesquisador, que realizou explicação prévia sobre a referida pesquisa através da leitura do TCLE. As entrevistas foram feitas presencialmente, de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado, sendo respeitado o ponto de vista e a opinião de todos os participantes, não havendo possibilidade de riscos para os sujeitos.

Na quinta fase da pesquisa, fizemos a interpretação e análise dos dados dos questionários e entrevistas e também foi utilizado o diálogo com a literatura da primeira fase da investigação.

Os grupos foram escolhidos no intuito de possibilitar a coleta de dados que pudessem fundamentar a ideia de que os Jogos Paralímpicos poderiam ser impulsionadores de mudanças sociais, assim escolhemos para o primeiro grupo pessoas que estiveram nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016 não só com algum interesse particular na pessoa com deficiência, mas também como uma possibilidade de lazer, no gênero da assistência, da própria pessoa. O se-

gundo grupo pesquisado foi escolhido em razão de nossa bolsa sanduíche nos dá oportunidade de estarmos no país que sedia jogos para pessoas com deficiência, além de ser localizado na região do Reino Unido, que teve a Inglaterra como sede das paralympíadas anteriores. E, por fim, o último grupo pesquisado, conforme já foi dito, foi escolhido por serem profissionais que atuam diretamente em instituições de atendimento à pessoa com deficiência no Brasil.

Desse modo, esta pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob Protocolo nº 77/2016, e de acordo com os critérios da Portaria nº 196/96 do Departamento de Saúde Nacional em matéria de pesquisa com seres humanos. Todos os sujeitos do estudo autorizaram sua participação na pesquisa e divulgação de resultados, de acordo com a Declaração nº 196/96.

4 RESULTADOS

Para que possamos analisar os Jogos Paralímpicos de 2016 e identificar todo o potencial que um megaevento como esse pode deixar como legado a um país, em sua cidade sede, e os impactos sociais e legados associados ao lazer das pessoas com deficiência, precisamos estabelecer alguns pontos necessários para compreender melhor a extensão que o evento pode atingir. Assim, neste capítulo vamos compreender o conceito de lazer, sua aproximação com a Educação Física, as barreiras que dificultam as vivências no âmbito do lazer por parte da população e, ainda, como o esporte adaptado pode ser um catalisador das atividades do contexto do lazer.

4.1 CONCEITO DE LAZER

Inicialmente, teremos como base teórica de nosso estudo a teoria do lazer construída por vários textos do professor Nelson Carvalho Marcellino. Portanto, consideramos o lazer, de acordo com as ideias de Marcellino (2012), que o trata como a cultura praticada, conhecida ou assistida no tempo e espaço disponíveis, sob determinada atitude, podendo ter como característica a atividade ou não atividade, ou seja, a contemplação. A partir disso, também consideramos as afirmações de Isayama (2007) sobre como o lazer pode favorecer a diversidade cultural, mudanças sociais e as transformações da ordem estabelecida, sempre com objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Conforme Silva e Velozo (2015) destacam, ainda recai sobre o lazer uma visão simplista, ou seja, nas palavras dos autores, uma visão parcial e limitada que trata o lazer como sinônimo de recreação e que o associa apenas a conteúdos de certas atividades. Em outro trabalho nosso, discutimos, com base nos estudos de Marcellino (2012), a visão utilitarista na concepção de lazer, que transforma as práticas e vivências em receitas fechadas para uma boa vida ou bem-estar, apresentando o lazer como mercadoria ou alguma forma de escambo entre a jornada de trabalho cansativa e suas adversidades com as horas do descanso e do ócio.

Por isso, nosso intuito aqui é nos aprofundarmos na teoria do lazer, de acordo com as obras de Nelson Carvalho Marcellino, e assim, rever o conhecimento de senso comum que trata o tempo disponível como uma recompensa ou, ainda, uma compensação do período de trabalho, entendemos o lazer como algo relacionado às funções de divertimento, descanso e desenvolvimento pessoal e social, e ainda, compreendemos as relações entre o lazer e diversas outras áreas, identificando as diferentes manifestações lúdicas do lazer, em que é possível

identificar significados e sentidos que podem revelar e refletir na construção de valores sociais (CAMARGO, 2006).

Assim, é importante colocar o lazer como fenômeno que privilegia as mudanças de atitude das pessoas por meio da criatividade e do poder de socialização que envolve as práticas do contexto do lazer, bem como todo seu poder motivador de liberdade perante certas obrigações sociais que o ser humano tem ao longo de sua vida (BRAMANTE, 1998).

Nessa mesma direção, estamos de acordo com o entendimento de Dumazedier (1999), que considera o lazer uma ferramenta importante no equilíbrio da sociedade pela democratização das atividades para que haja, além disso, uma maior percepção das pessoas sobre seus direitos e deveres sociais. Com isso, o mesmo autor define lazer como um conjunto de atitudes que se opõem ao trabalho e às obrigações do cotidiano como os afazeres domésticos, as tarefas religiosas, as práticas escolares, entre outras, e completa como característica do lazer a forma livre e sem outros interesses que não sejam o prazer, o divertimento, o descanso e o desenvolvimento pessoal.

Todavia, existem críticas a essa forma de entender o lazer de Dumazedier (1999), como apontado por Faleiros (1980) em seus estudos, explicitando que o autor acima citado demonstra que existem atividades que podem ser classificadas como lazer e outras não, perspectivas sobre as possíveis manifestações de lazer, porém não demonstra como essas atividades sofrem influência da dinâmica social envolvida, tampouco o contexto histórico em que as pessoas se encontram para que essas expressões denominadas de lazer ocorram, se aproximando de uma visão funcionalista do lazer. Faleiros (1980) ainda afirma que é possível estabelecer uma relação entre as atividades do âmbito do lazer e a satisfação de determinadas necessidades humanas.

Dessa maneira, a caracterização das atividades do âmbito do lazer referentes ao conteúdo físico-esportivo devem ser consideradas como uma das especialidades do profissional de Educação Física, e ter nessa área, além de um suporte adequado para seu desenvolvimento, um local privilegiado para sua ação e crescimento, pois é nesse conteúdo que o esporte está inserido. Assim, cabe aos profissionais da área diversificar as atividades esportivas, elevando o nível de entendimento sobre as questões do lazer, enriquecendo o conteúdo e oportunizando o uso do tempo disponível de uma forma crítica e criativa, transformando o lazer em veículo de educação e de oposição às influências midiáticas ou de outras naturezas (SILVA; SILVA, 2012).

Portanto, é importante salientarmos que o lazer está ligado a diversas áreas do cotidiano das pessoas, mas como Silva e Silva (2012) afirmam, o lazer não pode servir apenas como descanso e divertimento, mas também como uma chance de desenvolvimento social e pessoal, tendo como base as ideias de Marcellino (2012).

Marcelino (2012, p. 17) afirma que os valores associados ao desenvolvimento pessoal e social são uma oportunidade de conhecer, perceber e refletir sobre a sociedade e as pessoas nela inseridas, e ainda, como uma circunstância favorável para o entendimento da realidade vivida pelas pessoas, “considerando um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural”. Esses preceitos são originados dos estudos sociológicos de Dumazedier (1999), que trata o ócio (lazer) não só como tempo que sobra depois do trabalho, mas como um fenômeno que pode gerar novos valores, desenvolver conhecimentos e aumentar a participação social e a capacidade de criação da população. Contudo, Waichman (1997), apresenta críticas sobre algumas ideias de ócio (lazer) de Dumazedier (1999) e estabelece a subjetividade como

contraponto, ou seja, esses valores mencionados por Dumazedier (1999) ora podem ser vividos no tempo fora do trabalho, ora podem ser vividos no tempo de trabalho. E ainda, completa dizendo, em outras palavras, que o ócio por estar muito confundido com o prazer do indivíduo, com suas aspirações, a todo momento pode fazer emergir novas possibilidades, novos valores, trazendo à tona o consumo, as diferenças de classe, as atitudes individuais.

Assim, Waichman (1997, p. 88) destaca uma definição dos estudos de Dumazedier que posteriormente seria rejeitada pelo próprio autor:

O ócio é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se entregar com total consentimento, seja para descansar, seja para divertir-se, seja para desenvolver sua informação ou sua informação desinteressada, sua vontade de participação social ou sua livre capacidade criadora, uma vez livre de suas obrigações profissionais, familiares e sociais.

A partir disso, Waichman (1997) pondera a respeito do ócio (lazer), no sentido de complementar o conceito, pois ele entende que o ócio não ocorre apenas no tempo liberado do trabalho profissional e familiar, pois no tempo livre, segundo ele, também ocorre dedicação a outras atividades, como, por exemplo, as religiosas e políticas. Assim, Waichman intensifica sua crítica dizendo que Dumazedier (1997) traz ao ócio um caráter funcionalista, ou seja, atribui a ele um conjunto de atividades que teriam como função servir como contraponto ao cansaço, ao tédio e ao padrão social.

Essa crítica nos remete a pensar um pouco mais sobre os momentos de ócio das pessoas com deficiência, pois estas, além de terem escassas oportunidades de trabalho, também não desfrutam muitas vezes de acesso aos espaços, equipamentos e momentos para a vivência de atividades do contexto do lazer. Sendo assim, ponderamos que a maior parte das pessoas com deficiência não está inserida no mercado de trabalho, na produção, também está longe de ter

obrigações familiares definidas, pois a família muitas vezes dispensa a pessoa com deficiência até das tarefas cotidianas. Além disso, sua participação social é quase nula devido às dificuldades de acesso aos locais de participação social, tendo reduzida inserção na sociedade diante de todas as dificuldades e barreiras que a deficiência impõe ao indivíduo.

Com isso, é importante compreender que, além de todos esses aspectos sociais do dia a dia de uma pessoa com deficiência, há também os aspectos que envolvem o lazer e o esporte, como fenômenos que se confundem algumas vezes, mas que também se unem no intuito de viabilizar novas experiências à pessoa com deficiência.

4.1.1 Conteúdo físico-esportivo do lazer

Silva e Silva (2012) afirmam que a história da Educação Física e do lazer no Brasil se funde e, por isso, o profissional de Educação Física é considerado o mais apto para lidar com as questões pertinentes ao lazer e atuar nesse campo.

Nesse sentido, devemos nos colocar como parte integrante de uma coletividade, percebendo o quanto a democratização das atividades sociais (e aqui não somente nos referimos aos conteúdos do lazer) pode contribuir para maior participação e inclusão de pessoas com deficiência, mesmo que sejam necessárias mudanças estruturais, reformulação dos espaços e ainda uma maior consciência sobre as possibilidades de acesso ao lazer, conforme aponta Dumazedier (1999).

A partir disso, com base na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que observa em seu artigo quinto (5º), o direito ao acesso de todos ao lazer, nos leva a entender o que é e quais são os conteúdos do lazer, para que pos-

teriormente possamos nos direcionar apenas ao conteúdo físico-esportivo, que é o foco de nossa pesquisa.

Desse modo, vamos discorrer sobre como o esporte está inserido nos conteúdos do lazer estabelecidos por Dumazedier (1999), completados por Carmargo (2006) e amplamente difundidos por Marcellino (2012), para podermos entender as barreiras enfrentadas para a vivência do lazer especificamente no conteúdo físico-esportivo e quais as possibilidades que podem surgir para fomentar vivências mais abrangentes e diversificadas.

Assim, temos uma distinção de predominância entre as atividades de lazer em seis conteúdos, não levando em consideração o tempo disposto para as atividades, mas sim a satisfação e a livre escolha de quem as pratica, surgindo então a seguinte classificação: os conteúdos artísticos, nos quais se busca o imaginário através das imagens, emoções e sentimentos; os conteúdos manuais, que consistem na transformação do objeto através da manipulação; os conteúdos sociais, onde deve estar presente o interesse no contato entre as pessoas, e seus relacionamentos; os conteúdos intelectuais, em que se busca informações objetivas de forma real e racional; os conteúdos turísticos, onde se faz necessário a ruptura da rotina e o contato com novas culturas, situações e paisagens; e, por fim, os conteúdos físico-esportivos, caracterizados por práticas corporais, esportivas e passeios (SILVA; VELOZO, 2015). Além dessa classificação, existem autores que consideram o virtual como conteúdo ou espaço de lazer, tais como Fraga e Silva (2010), que compreendem como espaço, e Schwartz (2007), que considera o virtual como conteúdo.

Marcellino (2012) esclarece o conteúdo físico-esportivo do lazer, dizendo que são atividades com maior predomínio de movimento corporal e atividade física, e ainda inclui as modalidades esportivas em geral. Aqui, vale ressaltar a

constatação que Marcellino (2012) fez em seus estudos, de que existe uma defasagem entre o gostar de esporte e praticá-lo, e ainda uma significativa parcela da população que não gosta de esporte e/ou não pratica qualquer tipo de atividade física.

Silva e Silva (2012) explicam que existe uma relação entre lazer e esporte, pois até mesmo a Constituição de 1988 vincula o lazer a somente esse conteúdo, o que faz com que, no senso comum, os termos se confundam. Além disso, Isayama (2007) também compreende o esporte como “agente de socialização e de alargamento das redes de sociabilidade”, pois o mesmo possibilita encontros entre as pessoas que utilizam dessa premissa para reuniões com objetivos majoritários de desenvolvimento e aprendizado de suas habilidades por meio das vivências, e também, para conhecer a si mesmo e a outras pessoas.

Isayama (2007) entende que existem duas visões sobre as atividades físico-esportivas, uma que tem como objetivo a produção de algo durante a ação com caráter mais sério, e outra que associa a prática ao prazer, à diversão. E, nesse ponto, o autor estabelece uma relação entre as práticas de atividades do contexto do lazer e o esporte, principalmente considerando o modelo de esporte de alto rendimento, e fazendo uma crítica importante para o melhor desenvolvimento dos modelos mais corretos para a prática esportiva no tempo disponível:

[...] o chamado “esporte-rendimento” vem exercendo grande influência na prática das atividades físicas e esportivas, levando instituições e setores ligados ao lazer a reproduzir, de forma perigosa, aqueles modelos de prática, em que são exaltadas a competição exacerbada e a vitória a qualquer custo (Ibidem, p. 39).

Assim, recuperamos nosso ponto de vista para elucidar o papel do esporte nas práticas ligadas ao lazer, pois entendemos que o esporte está inserido

na vida das pessoas de formas mais variadas e com diferentes significados, conforme as palavras de Tenório (2015, p. 84):

Ao pensarmos no esporte atualmente, é notável sua importância social e cultural, além de ser considerado expressão hegemônica no contexto das práticas corporais e de movimento. O esporte se tornou tão relevante que passou a ser tema de interesse dos pesquisadores da sociologia e antropologia, em busca da sua compreensão. É assim um elemento da cultura e, embora seja considerado tão corriqueiro pelas pessoas, ao ser analisado pelo olhar antropológico mostra-se bastante peculiar.

Marcellino (2013) também discorre sobre a atividade esportiva, questionando a visão funcionalista e mercadológica antes mencionada, apresentando um contraponto justamente diante dos megaeventos esportivos ocorridos em nosso país nos anos anteriores (Copa do Mundo de Futebol da Fifa, Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro), dizendo que esses eventos esportivos trazem uma ideia à população de apenas três dos conteúdos do lazer: o físico-esportivo, o social e o turístico. Porém, é possível considerar outros aspectos que podem ser aproveitados como impacto social positivo e transformador dos megaeventos esportivos. O esporte pode contribuir em diversos outros aspectos, além da diminuição do sedentarismo e a passagem de um nível conformista para o crítico e criativo durante a assistência do espetáculo esportivo, pois:

Em si mesma, a atividade esportiva de lazer não é ativa ou passiva, e essa distinção só pode ser estabelecida com base na atitude que o indivíduo assume. Assim, tanto a prática esportiva quanto a assistência ao espetáculo esportivo poderão ser ativos ou passivos, dependendo dos níveis de participação da pessoa envolvida, níveis esses que podem ser classificados como elementar, caracterizado pelo conformismo, crítico, no qual prepondera a criatividade, e criativo, em que impera a criatividade. Um espectador ativo teria como característica a seletividade, a sensibilidade, a compreensão, a apreciação e a explicação. Assim, é preciso reunir todas as suas possibilidades racionais e de sensibilidade para interpretar e recriar o objeto de “consumo” (MARCELLINO, 2013, p. 125).

Sendo assim, o esporte visto como espetáculo também pode ser um chamariz para questões pertinentes às adaptações, transformações necessárias

para o desenvolvimento das atividades do contexto do lazer. Ao melhorarmos o trabalho e a administração das características que os megaeventos esportivos carregam e a espetacularização do esporte de rendimento retratados pela mídia, podemos incrementar os resultados positivos na forma de impactos sociais e legados para a sociedade. Assim, teremos um forte mecanismo para melhorar a qualidade de vida das pessoas, pois, conforme Rigoni et al. (2017), o termo “qualidade de vida” vai muito além da saúde biológica, deve também abranger questões humanas, o estilo de vida da pessoa, sua cultura, sua interação social e psicológica nas atividades e ações do cotidiano.

Toda essa estrutura que a mídia necessita para transformar o esporte em espetáculo pode ser usada em benefício do povo, não só como produto de consumo, mercadoria, mas também como meio de educação esportiva e outros aspectos sociais relevantes como a aceitação de corpos diferentes como os dos atletas que disputam os Jogos Paralímpicos. Conforme Massuda (2012), eventos esportivos de grande porte são um canal importante para investimentos na área da saúde pública, na formação profissional, na transformação tecnológica, nos meios de comunicação e informação, nos atendimentos de emergência, trazendo inúmeros benefícios para essa área e, conseqüentemente, estendidos para outras áreas, outros profissionais, além de significativos avanços nas pesquisas.

Por esse motivo, é que tratamos neste trabalho das adaptações no esporte para poder discutir questões que abrangem o esporte e a pessoa com algum tipo de deficiência, o denominamos de Esporte Adaptado.

Isso posto, nos remetemos a um trabalho anterior, Azzini (2014), em que o lazer, especificamente em seu conteúdo físico-esportivo, está em constante modificação, pois essas atividades acompanham as transformações corporais, as manifestações culturais e o conhecimento do povo, e ainda, enfatiza que a partir

dessa compreensão do conteúdo físico-esportivo, e de toda a cultura expressa pelas expressões corporais, faz-se necessário entender e respeitar a diversidade de corpos e movimentos que cada pessoa pode apresentar.

Azzini (2014) considera ainda que, mesmo existindo variações de conteúdo físico-esportivo do lazer, entre eles: esporte, dança, luta, ginástica, jogo, brincadeiras, pesca e passeios, há a necessidade de possibilitar ao povo um maior acesso e melhores condições para a prática, a assistência e o conhecimento sobre todas essas características do conteúdo físico-esportivo, do lazer, sempre respeitando as individualidades, o significado e a realidade para cada indivíduo.

Porto e Azzini (2013) também já mencionam que o esporte pode ser um facilitador no processo de transformação de conceitos e valores sociais por meio do desempenho, da diversidade e até da superação que os corpos podem atingir, participando de atividades físicas, eventos esportivos e vivências corporais nesse campo do lazer.

Assim, essa mudança social não chegará por si só, nem remediará totalmente algumas mazelas da sociedade, mas se dará a partir dessas reflexões mais aprofundadas nos aspectos históricos, nas diferenças corporais e no entendimento das variações culturais que estão presentes no lazer, especificamente em seu conteúdo físico-esportivo. Assim, será possível implementar melhorias que ajudem e fomentem essa transformação, e ainda aumentem os possíveis impactos positivos que o esporte pode trazer à sociedade e a toda população.

Nessa direção, Isayama (2007) aponta que o lazer, em suas atividades físico-esportivas, oferece mais possibilidades para vivências e práticas do que os outros conteúdos, pois, de acordo com o autor:

As atividades físicas e esportivas, na perspectiva da recreação e do lazer, foram difundidas como estratégia importante para o de-

envolvimento de vivências alegres, espontâneas e prazerosas, que visavam o caráter lúdico como meio educacional [...] (Ibidem, p. 33).

Mesmo sabendo por intermédio do autor que isso teve início como forma de manter a ordem, o controle e a disciplina no meio escolar, essas atividades são melhor exploradas hoje como elemento fomentador de novas práticas corporais, novos modelos e movimentos, e ainda, de possível consolidação de políticas públicas, programas e ações esportivas, muitas delas na perspectiva da educação, mas também como forma de desenvolvimento cultural, entendendo também que

[...] as atividades físico-esportivas e o lazer constituem práticas socioculturais em permanente construção. São formas de conhecimentos, saberes enraizados na cultura; suas manifestações se expressam como linguagens, formas modernas de significação coletiva do mundo, e são, ainda, possibilidades éticas e estéticas de humanização, se realizados e praticados como experiências educativas capazes de promover a emancipação e não a barbárie (ISAYAMA, 2007, p. 37).

Todavia, a realidade brasileira está muito mais voltada para a prática e assistência do esporte de alto rendimento, competitivo, conforme Isayama (2007) afirma, com base em Carvalho (2005), considerando o esporte e as atividades físicas em geral como partes integrantes do lazer e que podem servir de referência para crianças e jovens no que diz respeito à socialização e recreação, porém existe uma forte ligação com o esporte de alto nível praticado por atletas profissionais que torna esses dois aspectos anteriores menos valorizados.

Visto isso, nossa pesquisa vai se utilizar do esporte de alto rendimento, o esporte espetáculo, a gestão de megaeventos esportivos, como base para promoção das vivências de lazer em seu conteúdo físico-esportivo, pois Marcellino (2012) afirma que existe um fascínio gerado pela espetacularização de um evento esportivo, observando também que o espaço para esse tipo de esporte na mídia é

grande em detrimento de outras formas de esporte. Ao aproveitarmos a imensa veiculação dos megaeventos esportivos em toda a mídia e seu alcance significativo em números quantitativos da população, pensaremos nesses eventos como um chamariz para as práticas esportivas, até mesmo como fonte de inspiração para que as pessoas sintam vontade de praticar esportes. Segundo Porto e Azzini (2013), a grande atração dos megaeventos esportivos é justamente os corpos em movimento dos atletas das mais variadas modalidades, com os mais diferentes modelos corporais, com suas potencialidades a floradas e expostas, com seu desempenho e suas conquistas, os desafios e as adaptações que saltam aos olhos e ao coração de quem assiste e presencia tais jogos.

Todavia, não perderemos de vista a participação das pessoas em atividades do contexto do lazer em seu conteúdo físico-esportivo sem qualquer interesse que não seja o descanso, o divertimento e o desenvolvimento pessoal, e, assim, buscaremos aproximar esses aspectos para auxiliar na implementação de políticas públicas que consigam diminuir a lacuna entre o esporte de alto rendimento¹ e o esporte de participação², concatenando o conhecimento sobre as duas frentes e aumentando as possibilidades de vivência, prática e assistência das atividades do âmbito do lazer.

Contudo, Marcellino (2012, p. 91) confirma a existência de muitos aspectos que dificultam a opção pela prática do conteúdo físico-esportivo nas atividades do âmbito do lazer, pois o consumo, a competição, entre outros aspectos, condicionam as escolhas: “Sabemos que a opção pelas atividades físicas, no la-

¹ De acordo com Betti (1989), entende-se por esporte de alto rendimento todas as atividades esportivas fundamentadas na competição, hierarquia social, rendimento máximo, busca da vitória, regras precisas e universais e recompensa extrínseca, ou seja, um esporte institucionalizado, federativo, formal, olímpico.

² O esporte de participação pode ser visto como atividades esportivas, com características formais ou informais, pela população em geral, sem obrigatório caráter competitivo ou com este limitado ao aspecto lúdico (BUENO, 2008, p. 18).

zer, é efetuada tendo por base alguns critérios condicionantes, tais como sexo, idade, condições socioeconômicas, níveis de habilidades etc.”.

A partir disso, trataremos no próximo tópico do que Marcellino (2012) denomina de barreiras sociais que prejudicam a realização das atividades no tempo disponível, além de abordar o lazer como um espaço privilegiado para a inclusão de todas as pessoas sem distinção, sem priorizar esse ou aquele tipo corporal, regras ou padrões, e muito menos nos deixar levar por imposições sociais que impeçam a livre escolha de uma atividade do âmbito do lazer. E ainda, como ter uma visão menos comercial e funcionalista do lazer, mais precisamente em seu conteúdo físico-esportivo, entendendo de forma mais ampla os aspectos que permeiam o envolvimento da pessoa com deficiência nas atividades durante seu tempo disponível, utilizando a mídia, as construções e a estrutura adaptada para os jogos, e um melhor entendimento sobre a pessoa com deficiência.

4.1.2 Barreiras para o lazer em seu conteúdo físico-esportivo

Como já dito anteriormente, o acesso e a apropriação das práticas vivenciadas no tempo disponível em nosso país são carregados de fatores que inibem um maior acesso por parte da população a tais práticas. Marcellino (2012, p. 24) observa “um rompimento do quadro ideal do desenvolvimento do lazer pela população em geral”, aqui entenda-se como uma dificuldade das pessoas em utilizarem seu tempo disponível para atividades do âmbito do lazer.

Assim, as profundas diferenças sociais existentes na sociedade brasileira, demonstram uma visão inicial dos impedimentos que poderemos encontrar para a fruição do lazer, ou seja, existem preâmbulos históricos e sociais que influenciam as vivências realizadas no tempo disponível. Marcellino (2007) afirma que a relação entre lazer e sociedade é dialética, ao mesmo tempo que o lazer foi cri-

ado pela sociedade esta exerce uma força sobre seu desenvolvimento, o lazer é capaz de, ao mesmo tempo, questionar as práticas sociais e ser questionado por essas mesmas práticas.

Portanto, as atividades humanas já vêm acompanhadas por diversas dificuldades em qualquer âmbito, o que já se torna uma barreira para o lazer, de acordo com Marcellino (2012). Existe uma limitação ao acesso por parte da população aos conteúdos culturais de lazer, identificada por uma visão simplista sobre o termo “lazer”, e também por uma restrição, por motivos econômicos ou de acesso, na quantidade e na qualidade da produção cultural disponível ao grande público.

Marcellino (2012) cita dois importantes aspectos como determinantes para o aparecimento das barreiras sociais, e o primeiro deles é o fator econômico, que limita o tempo que as pessoas mais pobres têm disponível para o lazer, bem como o acesso à escola e, ainda, diminui as opções de escolha e até mesmo as oportunidades para a prática de atividades do contexto do lazer, que se tornam mais escassas para a parcela da população que pertence a uma classe social mais baixa. Assim, temos as chamadas barreiras interclasses sociais.

O nosso trabalho se atenta mais às barreiras intraclasses sociais³, que suscitam outros fatores que inibem e complicam a prática de atividades no âmbito do lazer, como se elas fossem para privilegiados, pois o autor destaca uma variedade de (pré)conceitos que limitam a prática de tais atividades aos mais habilitados, aos considerados “normais”, ou seja, aqueles que estão dentro de um suposto padrão de “normalidade”, se é que é possível falar assim nos dias de hoje, já

³ Segundo Marcellino (2012), essas barreiras são fatores inibidores à prática do lazer, tornando-o um privilégio, baseado no fator econômico, o autor elenca alguns aspectos como sexo, faixa etária, classe social, entre outros.

que cada vez mais são explicitadas as diferenças corporais e as variadas formas de movimentos humanos.

A partir dessa visão utilitarista sobre o lazer, seja como forma de mercadoria ou como atividade “funcional”, ou seja, a partir de atividades que servem para algum propósito, com alguma “função”, expressando o que Marcellino (2012) denomina de visão utilitarista ou compensatória do lazer, onde essas atividades seriam utilizadas como fuga da realidade, alienação, ou a possibilidade de compensar as horas de trabalho, diminuindo o cansaço físico e mental ou, então, como um meio de desviar a atenção dos problemas da vida, esses são elementos para que as barreiras comecem a ficar cada vez mais evidentes.

Ainda de acordo com esse pensamento utilitarista, Raulino (2007) destaca a inclusão de atividades do contexto do lazer para preencher o tempo que sobra das horas de trabalho no intuito de haver um controle e uma manipulação do poder público diante de sua população. Por isso, ao nos depararmos com a existência de barreiras sociais para o lazer, em todos os seus conteúdos, é importante considerar que o termo lazer

[...] se trata de um termo carregado de preconceitos, motivados pelo pretense caráter supérfluo dessas atividades, contrapondo-se à nossa situação socioeconômica, e pela sua utilização como instrumento ideológico, contribuindo para o mascaramento das condições de dominação nas relações de classe, mantendo viva a expressão “pão e circo” (MARCELLINO, 2012, p. 7).

Marcellino (2012) também considera outros aspectos inibidores como o gênero, em que as mulheres são desfavorecidas em comparação aos homens, podendo ser limitadas pela rotina de trabalho doméstico ou pela dupla jornada de trabalho criada pelas obrigações familiares; faixa etária também é outro aspecto considerado como barreira intraclasse social, pois as crianças e os idosos muitas

vezes são desconsiderados da necessidade da vivência do lazer devido à ausência no mercado de trabalho, na produção.

Como já vimos anteriormente, o espaço é uma importante característica para a fluência de atividades do contexto do lazer. Assim, a escassez, a desapropriação e até mesmo a falta de adaptações nos espaços vistos como de lazer, são considerados como fatores limitantes e como mais uma barreira para o lazer. Aqui vale lembrar que, em Azzini (2014), já observávamos a existência de falhas estruturais nos espaços de lazer, em especial os que abrigam o conteúdo físico-esportivo. Desse modo, entendemos como espaços de atividades físico-esportivas todo lugar que possibilita a prática de uma atividade ou modalidade esportiva, podendo ser específicos, ou seja, aqueles construídos para esse fim, ou então os não específicos cujas práticas nem sempre respeitam regras ou limites territoriais, mas que podem abrigar tal conteúdo com atividades livres e intencionais como caminhar, andar de bicicleta, entre outras.

Contudo, a utilização desses espaços precisa atender as necessidades da população e serem acessíveis o suficiente, ou seja, estar em boas condições de uso e de função para que se possa promover seu uso de forma democrática, atingindo a maior variedade possível da população e, para isso, é imprescindível que haja uma maior conscientização por parte de toda a sociedade no sentido de entender as diferenças a partir da seguinte afirmação:

[...] respeito à diversidade das pessoas que compõem a cidade está diretamente relacionado ao direito à cidade como obra, ou seja, direito ao deslocamento e uso da cidade como espaço público com significado, no qual ocorrem expressões dos mais diferentes cidadãos (CASSAPIAN, 2011, p. 22).

Portanto, para diminuirmos as barreiras intraclasse social e interclasse social, é preciso entender que:

[...] o espaço de lazer sirva como apoio para a prática de atividades físico- esportivas, ou seja, que envolva movimento humano e atividade física e, desse modo, produza cultura, é preciso mantê-lo multifuncional, servindo para o encontro, o prazer, a festa, o espetáculo e tudo aquilo que envolve o lazer do cidadão (AZZINI, 2014, p. 28).

Nesse contexto, Rodrigues (2013) afirma que, apesar desses obstáculos, já existe um maior reconhecimento no país de que é necessário garantir o esporte como direito relacionado ao lazer e sua importância para melhor desenvolvimento humano; esse mesmo autor destaca que um processo sobre políticas públicas, ações e conhecimento sobre esporte podem causar impactos positivos em diversas áreas, principalmente às relacionadas com esporte, lazer, educação, saúde, cultura, entre outras.

Se assim for, acreditamos, tal como Massuda (2012), que promover megaeventos esportivos, como os Jogos Paralímpicos, deve ser uma fonte de investimentos na área da saúde pública, na formação e qualificação dos profissionais envolvidos com pessoas que praticam atividades no âmbito do lazer, entre elas as pessoas com deficiência, levando em conta também um avanço nas pesquisas sobre esporte e um possível aprimoramento nas instalações e espaços para realização de atividades ligadas ao esporte e lazer, no sentido de diminuir as barreiras sociais.

Desse modo, o próximo tópico trará a discussão sobre o esporte voltado às pessoas com deficiência e como a prática esportiva pode influenciar na vida desse grupo.

4.2 O ESPORTE ADAPTADO

Ao estabelecermos uma ideia de que o esporte pode ser algo importante e facilitador no processo de fomento às atividades de lazer, e ainda, um conteúdo estratégico de incentivo à prática de atividade física, Heere et al. (2013) comprovam os benefícios e impactos sociais que megaeventos esportivos podem trazer para a população. Isso nos remete a pesquisar as possibilidades de crescimento em diversos setores da sociedade, e em especial na área esportiva, pois ocorreram em nosso país dois importantes megaeventos esportivos, em 2016, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro.

O fenômeno esporte aqui deve ser compreendido a partir do que afirma Coletivo de Autores (2012), que o caracteriza como um conjunto de atividades sociais institucionalizadas através de conteúdos de caráter lúdico da cultura corporal, utilizando códigos, sentidos e significados da sociedade. Visto como um produto historicamente conceituado dentro de um viés capitalista que lhe atribuiu valores educativos para a área escolar, contudo, também atribuiu valores de rendimento e de regulamentação, exigências das mais variadas ordens como, por exemplo, rendimento atlético, racionalização da técnica, no intuito de manter um certo controle social a partir de normas e valores definidos pela sociedade.

Apesar dos possíveis benefícios citados pelo Coletivo de Autores (2012), tais como: expressão corporal como linguagem, representações e consciência social, as relações do esporte e sua prática com a realidade, o desempenho esportivo e de atividades do âmbito do lazer como elementos da cultura tratados na Educação Física, sempre foram voltadas aos mais aptos, aos mais capazes e produtivos, fisicamente e/ou esportivamente falando.

No decorrer do processo histórico da Educação Física, os considerados “diferentes”, “deficientes”, foram excluídos e não tinham participação em au-

las e eventos de esporte, aqui podemos citar como exemplo os “baixinhos”, os “gordinhos”, os que não rendiam muito bem em determinados esportes, os menos habilidosos, e os que possuem alguma deficiência física ou sensorial, enfim, todos aqueles que saíam do modelo social estabelecido (GIMENEZ, 2015).

Todo esse contexto excludente construído ao longo do tempo que dificulta o acesso e diminui oportunidades das mais variadas camadas da população, e aqui podemos nos remeter àquelas barreiras já citadas que dificultam a prática do lazer e todos os impedimentos que observamos em nosso dia a dia na sociedade, foram e ainda são um paradigma a ser quebrado para aumento e melhora de atividades mais inclusivas. Para tanto, o mesmo autor cita avanços científicos pelo mundo para que a Educação Física consiga estabelecer primeiramente a Educação Física Adaptada:

Em meados dos anos 70 já era possível se verificar que a prática desportiva era reconhecida como uma condição importante no processo de inserção social de crianças e jovens com deficiência. Neste período também teria se consolidado a expressão “Educação Física Adaptada” para se referir a uma forma de intervenção por meio da Educação Física voltada as pessoas com deficiência (GIMENEZ, 2015, p. 19).

Assim, no Brasil, esse movimento dentro da Educação Física de atividade física para pessoas com deficiência surge na década de 1980, por meio de um evento científico nacional chamado de 1º Congresso de Esporte para Todos. Nesse evento já apareciam trabalhos ressaltando o valor do esporte como agente de reinserção social, como possibilidade de atividade recreativa para pessoas com deficiência e como mudança de modificar o olhar da sociedade perante as pessoas com deficiência (ARAÚJO, 2011).

Direcionamos nosso trabalho dentro da Educação Física, mais precisamente no Esporte Adaptado, para que, além de compreender esse fenômeno,

também possamos difundir esse segmento, pois Greguol e Gorgatti (2013) afirmam que existe uma carência de divulgação e muitas pessoas nem ao menos sabem o seu significado, portanto, utilizaremos a definição de Esporte Adaptado desses autores que o caracterizam como:

O esporte modificado ou especialmente criado para ir ao encontro das necessidades únicas de indivíduos com algum tipo de deficiência. Ele pode ser realizado de forma integrada, em que indivíduos com e sem deficiência praticam e competem juntos, ou de forma separada, em que pessoas com deficiência praticam e competem exclusivamente entre si.

Araújo (2011) considera que, além dessa visão de que o Esporte Adaptado pode ser uma importante ferramenta na reabilitação terapêutica, também pode estabelecer novos caminhos e outras possibilidades para a pessoa com deficiência, através de uma transformação do corpo “deficiente” para um ser “eficiente no esporte”. Dessa forma, vale ressaltar o trabalho do médico alemão Ludwig Guttmann na busca da reabilitação dos soldados lesionados no pós-Segunda Guerra Mundial, fundando um centro de reabilitação em Stoke Mandeville, onde surgiu o primeiro programa de esporte em cadeira de rodas, em 1945. A partir de então, há um aumento do interesse pelo esporte adaptado não apenas como reabilitação, mas também como possibilidade de competição esportiva, contribuindo para o desenvolvimento de atividades de esporte competitivo.

Além de aceitar o esporte adaptado como uma possibilidade para inclusão social e também como meio para maior presença da pessoa com deficiência na sociedade, precisamos perceber que o aprendizado esportivo perpassa pelo domínio dos elementos e gestos técnicos, pelas condições fisiológicas dos envolvidos, pela disposição tática do esporte em questão, conforme o Coletivo de Autores (2012) afirma, e todas essas nuances têm como finalidade a busca pela vitória, o que também pode ser encarado como uma possibilidade de eficiência

para pessoas com algum tipo de deficiência. Por isso também vemos a necessidade de adaptação de suas estruturas sociais, de questionarmos normas esportivas, modificarmos a prática, criando e recriando movimentos adaptados à cultura corporal para que o esporte adaptado também seja encarado através do elemento competitivo e profissional do atleta com deficiência ou a prática do esporte como atividade realizada no tempo disponível e como opção no contexto do lazer, de modo que a pessoa veja o esporte e o acesso à cultura corporal como uma oportunidade para a inclusão social.

Para um melhor entendimento de como o esporte pode impulsionar tais mudanças, vamos diferenciar o esporte em duas frentes: a participação esportiva⁴ e o alto rendimento, no intuito de compreender como essas duas visões do esporte podem caminhar juntas na busca e no fortalecimento dos legados sociais. Assim, o esporte altamente competitivo que é apreciado durante os Jogos Paralímpicos, de alguma forma possui efeito catalisador para as mudanças já mencionadas nas práticas esportivas de participação e nas atividades no âmbito do lazer. Portanto, consideraremos os Jogos Paralímpicos como uma peça importante para mudanças nas políticas públicas que envolvam as atividades no âmbito esportivo e de lazer que incluem pessoas com deficiência na sociedade.

Portanto, o esporte pode ser considerado um aspecto social importante, pois de acordo com Machado e Rubio (2013), a partir do esporte pode-se mudar, unir e até pacificar o mundo, e ainda, causar impacto significativo na economia e na vida social. Dessa forma, os autores tratam o esporte a partir do olhar criado pelo movimento límpico, como uma mola propulsora de educação e de

⁴ Segundo Tubino (2010), essa manifestação também conhecida como Esporte Lazer é praticada de forma espontânea, com regras e adaptações estabelecidas pelos participantes e tem como princípios a participação, o prazer e a inclusão.

transformação social. Assim como o tratamento dado ao esporte por Tubino (2010, p. 17) como sendo:

[...] um dos mais importantes fenômenos socioculturais desta transição de séculos, tem merecido da intelectualidade e da mídia internacional uma atenção especial, que tem permitido aprofundamentos políticos, sociais, culturais, educacionais, científicos e antropológicos.

Diferenciar o esporte de participação do esporte de rendimento pode nos ajudar a compreender como um megaevento esportivo da grandeza dos Jogos Paralímpicos pode influenciar e fortalecer conceitos sociais. Para isso, recorreremos aos estudos de Stigger (1998), que coloca a participação como um direito de todo cidadão em qualquer atividade da sociedade, reconhecendo a prática esportiva como um bem social. Por outro lado, o autor também menciona o esporte atrelado ao rendimento e à performance.

Como as duas visões de esporte são muito difundidas no meio da Educação Física, vamos aqui traçar um paralelo e vincular as duas formas de pensar o esporte para que possamos extrair uma compreensão de como os Esportes Adaptados podem ter efeito na sociedade. Nesse ponto, é importante salientar que podemos ter um outro olhar, pois, mesmo tendo como foco o esporte competitivo e predominantemente o mérito em detrimento da participação, os Jogos Paralímpicos podem, a partir do gênero da assistência do lazer, fomentar mais participação das pessoas com deficiência nos esportes adaptados e não somente ao público que é atleta.

Para Araújo (2011, p. 168), a prática esportiva pelas pessoas com deficiência contribui para oferecer-lhes novas possibilidades, descobertas desse corpo e sua condição para buscar um novo lugar dentro do contexto em que se encontra, a partir

[...] das conquistas possíveis, da segurança, da recuperação da autoestima, da ampliação das oportunidades, das percepções de potenciais, seja no campo social, seja no dos benefícios orgânicos, por meio dessa nova forma de agir e viver. Esse é o momento em que a atividade física pode influenciar de forma positiva.

Portanto, os megaeventos esportivos, mesmo não tendo como fim a valorização do esporte de participação, do atleta amador, podem alavancar impactos sociais e legados permanentes a partir dos Jogos Paralímpicos, pois Preuss (2008) afirma ser possível conectar-se a isso questões sociais locais e globais como efeito benéfico a curto e a longo prazo para o país sede.

A pessoa com deficiência e a condição social em que se encontra não surge apenas de sua condição médica ou fisiológica, mas sim de um conceito prevalecente na sociedade e culturalmente estabelecido através de diversos processos e instrumentos sociais que padronizam o corpo, por isso existe a dificuldade de associar um corpo deficiente a uma atividade física, ao esporte, visto que a deficiência ainda causa sentimentos variados nas pessoas como espanto, dúvida, medo e ainda uma estranheza por ser diferente do habitual, afetando o relacionamento com o outro (PORTO; AZZINI, 2012).

Contudo, ao transformarmos isso e observarmos através do fenômeno do esporte adaptado e entendermos a deficiência como uma variável do corpo, não algo a ser lamentado, mas a uma nova possibilidade diante das atividades esportivas adaptadas de acordo com as virtudes e capacidades de cada indivíduo, poderemos construir novos valores, expressar novos comportamentos, pois:

Assim, a participação das pessoas com deficiência em desportos, atividades de lazer ou condição física, ou em programas de educação motora, é profundamente influenciada pelo conceito, pela construção, que temos e fazemos sobre a deficiência e sobre a própria atividade motora (RODRIGUES, 2006).

Posto isso, o surgimento de jogos esportivos competitivos voltados a pessoas com deficiência em meados dos anos 1940, na Inglaterra, que deu origem aos Jogos Paralímpicos de Roma, em 1960, iniciou uma nova perspectiva ao esporte para essas pessoas. Além disso, os estudos que cercam hoje a Educação Física e a pessoa com deficiência contribuíram tanto para a inclusão social de modo geral como também para a inclusão dessas pessoas no cenário esportivo.

A realização dos megaeventos esportivos no Brasil foi e é uma oportunidade única, não só para a cidade sede, mas para a sociedade brasileira como um todo, pois foram criadas circunstâncias para ultrapassar e visualizar inúmeras conquistas que poderão beneficiar a população em geral, modificar a cultura, o olhar social em relação às pessoas e às práticas esportivas e modificar aquele modelo outrora estabelecido. Essa é uma chance para irmos além das construções e instalações esportivas adequadas, das melhorias urbanas, do aprimoramento dos espaços e equipamentos olímpicos e paralímpicos. É preciso fortalecer novos modelos, novas formas, novos valores culturais, no intuito de melhorar a convivência social, estabelecer novas políticas, novos desafios, novas conquistas.

Nesse sentido, a produção de conhecimento esportivo pode nos trazer novos horizontes, minimizando as barreiras sociais de acesso ao lazer, diminuindo (pré)conceitos sociais, encurtando os espaços entre as camadas sociais, no intuito de minimizar as desigualdades, pois através de uma boa gestão esportiva e de melhorias nas políticas públicas que envolvem o esporte e o lazer é possível minimizar as barreiras de faixa etária, gênero, classe social, acessibilidade, isso se os serviços prestados pelo poder público forem exercidos com qualidade para a população.

Inicialmente, o Esporte Adaptado como conhecemos atualmente foi concebido como exercício terapêutico ou ginástica médica, após as duas grandes

guerras mundiais. Muitos eram os soldados que voltavam com comprometimentos físicos, sensoriais e motores de todas as ordens, então alguns hospitais e centros de reabilitação utilizavam práticas esportivas no processo de reabilitação (SASAKI, 2006).

A partir desses acontecimentos históricos, surgem as primeiras competições entre as nações com atletas com alguma deficiência que deram origem aos Jogos Paralímpicos, que, segundo Marques et al. (2009), foram de suma importância para o crescimento do esporte adaptado. Com isso, inúmeras transformações na vida de pessoas com algum tipo de deficiência vêm sendo observadas por meio do esporte adaptado.

Dentre essas mudanças, Cardoso (2011) identifica no esporte um importante aliado na reabilitação da pessoa com deficiência, auxiliando no desenvolvimento de aspectos funcionais, sociais e educacionais, além dos aspectos psíquicos e biológicos. Em outro estudo, Ranieri e Barreira (2010) revelam que atletas com problemas visuais relatavam experiências únicas e marcantes em todos os aspectos de suas vidas por estarem envolvidos com o esporte de alto rendimento.

Muitos outros benefícios são vistos quando se incluem pessoas com deficiência no esporte, seja ele de participação ou de alto rendimento. Dentre esses benefícios, Porto e Azzini (2013) salientam a descoberta e aceitação das pessoas em relação à pessoa com algum tipo de deficiência, o potencial e o poder de superação que esses corpos “diferentes” demonstram em eventos como os Jogos Paralímpicos, revelando à sociedade um ser humano “eficiente”, diminuindo o conceito de deficiência, ineficácia. Do mesmo modo, Marques (2016, p. 95) entende que

O esporte é um fenômeno sociocultural com grande potencial educativo transformador, e megaeventos como os Jogos paralím-

picos são oportunidades valiosas para destaques das potencialidades das pessoas com deficiência e de sua capacidade de intervir na sociedade como qualquer outro indivíduo que produz, transforma e renova a sociedade que faz parte.

Concordamos que o esporte espetáculo, difundido como mercadoria e produto de consumo, com ligações estreitas com a mídia, é uma forma consolidada em nossa realidade, e que por muitas vezes nos quer apenas vender bens de consumo ou ser usado como fator manipulador para outros fins, porém quando pensamos como os autores acima sugerem, vislumbramos grandes possibilidades de transformação social a partir de megaeventos esportivos, do esporte adaptado e de alto rendimento, tanto que Marques et al. (2009) caracterizam os Jogos Paralímpicos como o maior evento para divulgação do Esporte Adaptado no mundo. Assim, toda a aparição na mídia, informações e demais veiculação sobre os jogos podem servir como uma mola propulsora da mudanças de conceitos, quebra de paradigmas e ultrapassagem das barreiras ainda persistentes no Brasil.

Nosso entendimento é semelhante ao de Silva e Silva (2012), que admitem que o fenômeno esportivo está associado à força da mídia, por meio da televisão e outros meios de comunicação, tornando maior o valor econômico do esporte de rendimento, transformando atletas em propagandas ambulantes de todo tipo de produto possível, mas também aumentando em muito a visibilidade do esporte, em nosso caso, do Esporte Adaptado, possibilitando o acesso a uma cultura esportiva um pouco mais diversificada.

Portanto, é a partir desses megaeventos, em especial os Jogos Paralímpicos Rio 2016, e sua ampla veiculação e aparecimento na mídia, que podemos avistar um futuro um pouco mais promissor, no intuito de maximizar os impactos positivos e legados e diminuir os impactos negativos de tal evento. Conforme Marcellino (2013), não se concretizaram os legados já prometidos em ou-

tros grandes eventos esportivos realizados no Brasil, como o caso dos Jogos Pan-Americanos de 2007, visto que as instalações não foram bem aproveitadas, foram noticiados pela mídia o desmonte de escolas, o desalojamento de pessoas e comerciantes nas áreas próximas, além de impactos ambientais negativos.

Assim, era necessário aproveitar o momento e toda a estrutura deixada pela passagem das Paralimpíadas no país como uma possibilidade de melhorias que pudessem fomentar uma maior participação das pessoas com deficiência no Esporte Adaptado, nas atividades do contexto do lazer em todos os seus conteúdos e em suas relações sociais.

Teríamos uma grande chance de nos tornarmos uma sociedade mais rica culturalmente, através do esporte e de toda a manifestação popular que se exalta durante os jogos, de melhorar a qualidade vida e a participação social, e aqui ressaltamos as relações de aceitação, pertencimento e inclusão da pessoa com deficiência, pois mesmo com algumas dificuldades, é muito grande a divulgação e as possibilidades que o esporte adaptado pode gerar, conforme previsto em estudos anteriores aos Jogos Paralímpicos Rio 2016.

O esporte adaptado será amplamente divulgado com inúmeras chances de ser difundido, podendo trazer diferentes possibilidades na ampliação do campo de trabalho dos profissionais e, principalmente, na qualificação de diversas áreas em que atuam, pesquisam e trabalham em prol da pessoa com deficiência. Essas ações conduzirão a uma forma de inclusão mais satisfatória e prazerosa em atividades esportivas, guiando esses seres humanos a uma condição mais digna na sociedade. A visão de ineficiência, incapacidade e impotência, transmitida pelos corpos com deficiência, poderá ser desmistificada nos espetáculos esportivos a serem veiculados por todos os canais da mídia (PORTO; AZZINI, 2013, p. 245).

Desse modo, deixamos claro nossa percepção de que um trabalho amplo sobre as possibilidades que os megaeventos esportivos ocorridos no Brasil nos últimos anos podem ser mais que um divisor no que diz respeito ao esporte,

mas também uma modificação cultural importante para a massificação da inclusão social e de uma maior participação das pessoas com deficiência em nosso cotidiano. Assim, a divulgação e todo o apelo midiático que os Jogos Paralímpicos tiveram precisam ter continuidade para que novos formatos, novas políticas, maiores adaptações em diversos setores da sociedade, e, acima de tudo, nas questões de lazer e de atividades esportivas em geral possam ocorrer. Contudo, estudos mais aprofundados sobre deficiência e as pessoas nessas condições devem ser considerados para que não haja uma espetacularização, uma valorização dos aspectos limitantes, mas sim uma profunda análise que permita maiores soluções que diminuam as barreiras sociais que limitam e dificultam a vida dessas pessoas.

Assim, na próxima seção, vamos aproximar as questões relacionadas às pessoas com deficiência, as políticas públicas no âmbito do lazer e, ainda, como os megaeventos esportivos podem contribuir para melhorias e novas ideias acerca da inclusão dessas pessoas na sociedade.

4.2.1 Megaeventos esportivos, pessoa com deficiência e políticas públicas de lazer

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, todas as pessoas devem ter garantido seu direito ao lazer, levando em conta o caráter democrático no que diz respeito a prática, assistência e/ou conhecimento sobre os conteúdos do lazer. E ainda, nessa perspectiva deve prevalecer a igualdade de oportunidade para todos, sem que haja qualquer distinção. Nesse sentido, a própria Constituição enfatiza que todas as pessoas são iguais perante a lei. Portanto, apontar uma direção que não a inclusão das pessoas com deficiência nas atividades e questões relacionadas ao lazer, é no mínimo pernicioso, para não dizer fora da lei (BRASIL, 1988).

Em nossa vivência profissional como professor de Educação Física de pessoas com deficiência visual, sentimos no dia a dia a dificuldade que essa parcela da população encontra para vivências de atividades de esporte e lazer. A maioria dos espaços públicos e privados não se encontram/são devidamente adaptados, não possuem equipamentos com condições mínimas de participação e inclusão das pessoas com deficiência, dificultando as experiências do contexto do lazer como direito social.

4.2.2 Megaeventos esportivos e pessoas com deficiência

Percebemos que os megaeventos esportivos que ocorreram recentemente em nosso país poderiam ser aproveitados para aprimorar e consolidar políticas públicas mais abrangentes de esporte e lazer, bem como fomentar o acesso e garantir mais possibilidades para que pessoas com algum tipo de deficiência possam vivenciar atividades relacionadas ao lazer e não só limitado ao conteúdo físico-esportivo, mas aumentando ainda mais as possibilidades em outros conteúdos e também não só garantido essa participação no gênero da assistência, mas elevando também a inserção de pessoas com deficiência na prática de atividades do âmbito do lazer.

Esse tipo de acontecimento é tão grandioso pelo número de pessoas que estão relacionadas direta e indiretamente com os megaeventos esportivos, com a grandiosidade das obras e das transformações que ocorrem na cidade sede, com todo envolvimento da sociedade e apelo em torno da população do país e das atitudes e comportamentos perante as diversas culturas que se encontrarão no evento que é tornar um megaevento como esse um trampolim para melhoria das relações sociais e uma nova oportunidade para transformar e aprimorar

diversos pontos de uma sociedade, para que haja um legado permanente não só para a cidade sede, mas para toda a nação.

Neste trabalho destacamos a importância dos megaeventos esportivos para as pessoas com deficiência, quais novas formas de olhar para o corpo deficiente, de modo a inseri-lo com mais qualidade nas atividades de esporte e lazer, como essa parcela da população pode e tem o direito de estar presente nessas atividades, e trazer ideias para que novas medidas de inclusão sejam tomadas, sempre no intuito de aprimorar as políticas públicas já existentes e vislumbrar novos rumos que contemplem e garantam cada vez mais espaço para as pessoas com algum tipo de deficiência.

Como sede desses eventos, a cidade deve cumprir todas as regras, normas e condutas que contemplem e garantam o pleno acesso das pessoas com deficiência aos locais de jogos e demais instalações que fazem parte do espetáculo olímpico e paralímpico. Gursoy e Kendall (2006) dizem que sediar um megaevento como uma Olimpíada requer altos investimentos financeiros, humanos e estruturais da comunidade, e ainda uma habilidade política e social dos envolvidos junto ao poder público para a construção de um ambiente favorável aos jogos, maximizando os possíveis benefícios no entorno das arenas e espaços olímpicos, e ainda, minimizando os impactos negativos que poderão ocorrer.

Ainda de acordo com Gursoy e Kendall (2006), é importante que todos os envolvidos participem da organização, da preparação estratégica e política de um evento dessa magnitude, envolvendo a maior diversidade possível dos grupos sociais da comunidade sede. Isso ratifica a ideia de que é necessário, além do cumprimento das regras e normas de acessibilidade e todas as adaptações físicas e estruturais, uma melhor preparação das pessoas para receber e lidar com

os mais diversos grupos sociais, em especial para nosso trabalho, as pessoas com deficiência.

E, ainda, existe a necessidade de aproveitar todo um contingente de atletas e profissionais de diversas áreas que participam e promovem os jogos, que podem trazer experiência e conhecimento sobre esporte e lazer para a pessoa com deficiência, servindo como um agente transformador em nossa sociedade e contribuindo para enfrentar as barreiras, minimizar os percalços e incluir com maior excelência essa parcela da população em jogos, atividades esportivas, eventos e práticas do âmbito do lazer.

Desse modo, é importante reconhecer os avanços, ainda que iniciais, no que diz respeito à inclusão social e à garantia de direitos da pessoa com deficiência. Algumas medidas políticas vêm sendo adotadas pelo poder público para que haja uma maior aproximação dessa parcela da sociedade com seus pares. Assim, temos a Lei Brasileira de Inclusão aprovada em 2015, que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Assegurando que estamos no caminho certo, mesmo que a passos lentos, verificamos que Misener et al. (2016) observaram através do Commonwealth Games realizados em Glasgow, Escócia, no ano de 2014, que é fundamental que haja reconhecimento dos governantes e de todos os envolvidos de que a execução e o desenvolvimento de um megaevento esportivo como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos podem criar legados e contribuir para um processo de mudança social da comunidade sede, e possivelmente servir de exemplo concreto para que outras comunidades do país tenham maior conhecimento para adequar seus espaços de esporte e lazer com mais qualidade.

Porém, ao observarmos a realidade das pessoas em nossa sociedade, constatamos, a priori, que nem mesmo aquelas que não possuem algum tipo de impedimento físico ou sensorial já enfrentam dificuldades para vivenciar o lazer, ou seja, as barreiras existentes para a prática de atividades de livre escolha no tempo disponível aparecem por si só e quando colocamos em evidência a pessoa com alguma deficiência, essas barreiras⁵ crescem e dificultam ainda mais o exercício de um direito constitucional adquirido.

Contudo, os Jogos Paralímpicos e tudo que pode ser representado pelas transmissões esportivas desse megaevento, com a divulgação em torno do esporte e dos atletas, também podem ser encarados como algo significativo e que contribuirá com uma mudança social importante. Misener et al. (2016) afirmam que o papel da mídia nesse tipo de evento e a representação da deficiência como algo grandioso e eficiente esportivamente falando, podem ser consideradas influentes para atitudes sociais mais amplas em relação à deficiência. Além disso, a oportunidade oferecida pelos principais eventos esportivos para alcançar um maior público significa que as representações da deficiência com viés mais positivo e transformador pode mostrar as capacidades dos atletas e as possibilidades corporais que podem ser alcançadas, por meio das práticas esportivas, são ainda mais importantes.

Entretanto, é importante que se entenda toda a especificidade do esporte e do lazer e suas abordagens, sempre dentro do contexto social e histórico apropriados, no sentido de compreender as questões que permeiam a melhor fluência das práticas esportivas e de lazer. Marcellino (2008) salienta ser necessário mais do que uma simples associação do lazer com experiências individuais

⁵ Em sua dissertação de Mestrado, Azzini (2014) apresenta algumas barreiras que dificultam o acesso às atividades de lazer pelas pessoas com deficiência, entre elas destaca as barreiras arquitetônicas e a diferença na administração do tempo que essa população vivencia.

para que não se reduza o conceito nem limite seus conteúdos a atividades determinadas. Para tanto, é importante que as políticas públicas saibam caracterizar de maneira mais abrangente e diversificada, com embasamento teórico que sustente de maneira adequada os conceitos e o entendimento do lazer.

Acreditamos que o Estado pode ser um agente fomentador da prática do lazer por meio de políticas públicas adequadas, pois assim se pode garantir espaços adequados, maiores condições e possibilidades para que todas as camadas sociais tenham oportunidade igualitária na vivência desse tipo de atividade, sendo um facilitador para o desenvolvimento dos conteúdos do lazer e da inserção da maior diversidade corporal possível, minimizando a exclusão das pessoas com deficiência.

Porém, levando em conta a dificuldade de órgãos públicos em prestar serviços de qualidade devido a todos os aspectos já conhecidos pela população brasileira, Marcellino (2008) declara que, mesmo após a inserção do lazer em atividades oriundas do serviço público na década de 1970, ainda se nota uma visão restrita do lazer privilegiando uma programação de atividades em sua maioria ligadas ao esporte e às artes, quase sempre relacionada à participação em massa, ao ar livre e de caráter recreativo. Dessa maneira, trazemos à tona a importância de se aprimorar as políticas públicas voltadas ao lazer do brasileiro, incluindo melhorias significativas no entendimento da matéria, na diminuição das barreiras, na preparação de profissionais da área, no intuito de facilitar e aumentar o número de ações específicas de lazer.

Com isso, Marcellino (2008) faz uma crítica importante que devemos salientar, a ligação muito forte entre lazer e esporte, restringindo-se a um único conteúdo, o físico-esportivo. Apesar de esse conteúdo ser elemento central em nosso trabalho, é de interesse público tornar e difundir todos os conteúdos do la-

zer para que de maneira ampla possamos aprimorar as políticas públicas de lazer de modo geral.

A partir dessa visão, de considerar o lazer sob suas várias possibilidades e perspectivas de atuação, aumentamos a diversidade cultural, os valores sociais e contribuímos para mudanças da sociedade, sempre na busca de melhorar a vida das pessoas, contribuindo para modificar o padrão estabelecido e assim auxiliar a transformação de atitudes e relações entre os indivíduos dentro da sociedade (ISAYAMA, 2007).

Todavia, ao colocarmos tal justificativa e deixarmos claro que existem outros conteúdos e outras possibilidades para o lazer, voltamos nosso trabalho ao conteúdo físico-esportivo para que possamos, através do esporte, da atividade física e do movimento humano, termos um direcionamento que nos faça compreender como um megaevento como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, seja um importante instrumento para alavancar novas políticas públicas, novos olhares e pensamentos sobre a vivência do lazer, em especial por parte da população com algum tipo de impedimento ou deficiência.

Os Jogos do Rio de Janeiro também podem servir como modelo para outros pontos que permeiam nossa sociedade e que têm o lazer como um possível mecanismo de transformação. Se olharmos para todas as características impostas como obrigatórias para a cidade sede como: projetos de mobilidade urbana, acessibilidade, segurança, educação para e pelo esporte, participação da iniciativa privada, maior viabilidade de transformações urbanas e adequações estruturais e arquitetônicas de acordo com prerrogativas já estabelecidas pelo Comitê Olímpico Internacional, enfim, uma variedade de construções e adaptações nas arenas e locais de competição, de acordo com normas e regras que contemplem

uma maior parcela da população, proporcionando maior acesso, mais facilidades e modificações que poderão auxiliar e melhorar a vida da população.

Porém, é preciso elucidar que legado nem sempre está associado apenas aos aspectos positivos, é preciso levar em conta também os aspectos negativos que podem prejudicar o melhor aproveitamento e todo o potencial que um megaevento como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos podem trazer à sociedade. Assim, Marcellino (2013) já previa a necessidade de se fazer um planejamento adequado e transparência na construção das arenas esportivas, na gestão e também na futura manutenção desses espaços e equipamentos, para que não tenhamos uma repetição do ocorrido no pós-Jogos Pan-americanos de 2007, também realizados na cidade do Rio de Janeiro, pois, segundo Nothen (2016), os organizadores sobrecarregaram ou marginalizaram os lugares que mais necessitavam de propostas sólidas, dificultando a concretização dos legados programados, constatando-se uma defasagem entre o que foi divulgado como possível legado e o que realmente foi executado pelo comitê organizador.

Entender todo esse processo para construção de um legado sólido perpassa pelo entendimento da política pública que melhor se adapte para fortalecimento do esporte e lazer no Brasil. Rodrigues (2013) aponta que legado deve ser uma forma de pensar, articular um processo de desenvolvimento urbano que una experiências do passado, do presente e do futuro, para que as próximas gerações solidifiquem conhecimento, tecnologia e atitude em torno do projeto olímpico.

Assim, os programas e projetos esportivos oriundos dos Jogos devem ser priorizados, uma grande mobilização do poder público e de toda a população para as mudanças que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro devem ser valorizadas para que se dissemine o pensamento, o novo conceito aprendido e a nova

política estabelecida. Dessa forma, o legado poderá ser socializado com outras unidades da federação, e não só na infraestrutura criada para o evento, mas também na ideia que o espírito Olímpico e, em nosso caso, fundamentalmente o Paralímpico, carrega em si mesmo: o de superação de barreiras, o estímulo para a melhoria da qualidade de vida, as novas possibilidades que podem surgir para as pessoas com deficiência.

Misener et al. (2016) mostram que na Europa também existe um modelo médico dominante quando tratamos do tema da deficiência, modelo este que insiste em tentar achar uma “cura” para as pessoas com deficiência. Por isso, concordamos com os autores, que percebem uma chance de desafiar esse modelo hegemônico que acaba por contribuir com uma imagem negativa sobre as pessoas com deficiência, trazendo por meio de um megaevento esportivo novas possibilidades acerca da deficiência e, ainda, entender como uma significativa contribuição para mudanças sociais, influenciando a sociedade e suas atitudes perante a deficiência, pode ser efetiva.

Tudo isso se bem realizado pelo poder público pode trazer inúmeros benefícios sociais e maior participação da população em atividades de esporte e lazer, tais benefícios podem ser aproveitados durante o evento e aprimorados no pós-evento para que se torne um legado permanente para a cidade sede e todo o país.

Porém, ainda que os resultados mais aparentes sejam as construções e melhorias na urbanização, é preciso lembrar que um megaevento dessa magnitude também deve trazer novos conceitos, ou seja, Almeida (2016) acredita que é possível transformar a visão da própria população do país sede para algo que seja mais coletivo e que estimule o desenvolvimento de projetos locais a partir de toda a infraestrutura que um megaevento carrega. A autora ainda sustenta que

também é possível alavancar novas políticas e um maior desenvolvimento para a cidade sede após o término dos jogos, pois para sediar tais jogos é preciso uma mudança nos processos burocráticos, na liberação de recursos públicos e até mesmo alavancar a imagem do país internacionalmente.

Todavia, Rodrigues (2013) diz que é preciso aprender a partir de um megaevento como manter o crescimento econômico, como organizar e recriar as atividades geradas pelo evento e como concretizar essa nova forma de pensar a sociedade.

Dessa maneira, fomentar políticas públicas mais abrangentes que consigam abraçar uma maior variedade da população e o maior número de pessoas possíveis, podendo ter o esporte e o lazer como elementos transformadores para o desenvolvimento social, é um dos legados que esperamos ser consolidado no pós-Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro. Essa transformação de conceito e de visão sobre a sociedade brasileira, no momento político que o país vive, tem um valor significativo sobretudo em relação à pessoa com deficiência, pois essa parcela da população ainda é menos favorecida no que diz respeito à participação nos esportes e nas atividades do âmbito do lazer.

De acordo com Araújo (2011), existe um movimento, desde os anos 1980, das questões legislativas para garantir direitos às pessoas com deficiência, pois o crescimento das discussões e estudos relacionados à inclusão tem proporcionado a essa parcela da população uma maior aproximação com as vivências esportivas. Assim, o autor afirma que:

A Pedagogia do movimento atualmente assume a identidade de Pedagogia Esportiva. Esta tem passado a ser linha norteadora das ações no campo da iniciação esportiva. Seus ideários estão centrados na promoção de experiências motoras diversificada, com a intenção de promover o envolvimento e, consequentemente, o desenvolvimento. Nesse cenário, a maioria das pessoas em condição de deficiência atuou como espectadora, [...] alijada, durante seu crescimento e desenvolvimento físico, motor, emocional

e social, das experiências motoras mais globais, principalmente das relacionadas à participação efetiva nas aulas de Educação Física (ARAÚJO, 2011, p. 166).

Ainda que já existissem movimentos em anos anteriores para inclusão de pessoas com deficiência em atividades esportivas, não se via, de acordo com Araújo (2011), uma participação do governo nessas questões até o ano de 1984, porém foi a partir dessas ações que se iniciou um processo acadêmico dos profissionais de Educação Física com desenvolvimento e exposição de trabalhos relacionados à pessoa com deficiência.

Portanto, algumas mudanças nas atitudes perante a pessoa com deficiência estão, sim, relacionadas ao crescimento do movimento de inclusão, concomitantemente ao surgimento de decretos e leis que favorecem a maior participação dessas pessoas na sociedade, e também com a criação de uma política de Educação Especial que contemplava as questões de Educação Física e Esporte para a pessoa com deficiência. Por isso, Araújo (2011) afirma ter sido muito importante essa preocupação constante nas legislações e diretrizes dentro da Educação Física Escolar em formar pessoas com deficiência mais independentes por meio de atividades esportivas, pois, a partir disso, houve a criação de uma Secretaria de Educação Especial junto ao Ministério de Educação, Esporte e Cultura, e também a criação de uma Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa *Portadora*⁶ de Deficiência, com intuito de estabelecer uma ponte entre os órgãos do governo que conduziriam ações inclusivas para as pessoas com deficiência. dentre elas apoio e organização por parte do governo federal à Seleção Brasileira que participaria dos Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988 (ARAÚJO, 2011).

⁶ Grifo do autor, à época o termo “portadora” ainda era utilizado para conceituação das pessoas com deficiência.

Contudo, Sasaki (2006), apesar de observar inúmeros ganhos a partir da década de 1980 em torno da participação das pessoas com deficiência nas atividades esportivas, de lazer e recreativas, conquistas significativas no âmbito social, como maior reconhecimento das possibilidades dessas pessoas, melhoria na qualidade de vida e maiores adaptações arquitetônicas para participação das pessoas com deficiência, todo esse desenvolvimento tomou um caminho que o autor denomina de “institucionalização de soluções segregadas”, ou seja, foram criados programas de lazer exclusivos às pessoas com deficiência, práticas esportivas e campeonatos também exclusivos e segregadores. Assim, só a partir dos anos 1990 é que, segundo Sasaki (2006), começaram os processos de inclusão e participação de pessoas com deficiência nos mesmos espaços e atividades com pessoas sem deficiência.

Visto isso, entendemos que através de atividades esportivas e também atividades no contexto do lazer podem ser um poderoso instrumento para fomentar uma maior participação social das pessoas com deficiência junto às demais parcelas da população e em igualdade de condições. Desse modo, Araújo (2011) corrobora essa ideia dizendo que o Esporte Adaptado como um braço da Educação Física Escolar limita-se ao período em que essas pessoas estão inseridas no sistema de ensino regular, mas desperta nas pessoas com deficiência maiores possibilidades de práticas esportivas em sua comunidade, maior participação em atividades no âmbito do lazer.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E OS JOGOS PARALÍMPICOS NO BRASIL

As políticas públicas no Brasil devem estar de acordo com a Constituição de 1988, assim é esperado que o lazer seja um direito de todos, inclusive das pessoas com deficiência, conforme Raulino (2007). A autora ainda afirma que tais políticas públicas devem ser compreendidas como uma forma de o Estado promover benefícios conforme a sociedade exige. Marcellino (2012) diz que, ao falar de políticas públicas de lazer, é preciso considerar uma política de democratização cultural, ou seja, levar em conta todo processo de ordenamento urbano, da infraestrutura, do transporte, do tempo e das pessoas inseridas na sociedade.

Assim, acreditamos que há uma necessidade de conhecer os indivíduos, seus anseios e necessidades em prol do melhor para sua sociedade, e ainda, saber utilizar as relações de poder, cuidando dos interesses coletivos e da cidadania sempre com base no comportamento humano para garantir os direitos sociais de todos e em todas as suas esferas.

Essas afirmações nos ajudam a compreender o papel do Estado e a importância da implantação de políticas públicas abrangentes, que abracem a maior diversidade possível da população, que não sejam limitantes e restritas, que consigam explicitar a abrangência do lazer. Faz-se necessário, portanto, um direcionamento das políticas no sentido de se considerar o entendimento dos conteúdos do lazer, do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades, gêneros e níveis, e ainda na diminuição das barreiras outrora mencionadas neste trabalho.

Desse modo, Castellani Filho (2006) compreende que deve haver um consenso entre a teoria referenciada no meio acadêmico e a crítica propositiva vinda de tal meio para que ajude o Estado a propor iniciativas e desenvolva melhor as políticas de lazer. Com isso, esse autor justifica a necessidade da presen-

ça da Educação Física, pois, segundo ele, já existe um diálogo estabelecido com o lazer há mais de 25 anos, portanto, a criação e a articulação de políticas públicas de lazer não devem ser estabelecidas por apenas um setor governamental, geralmente secretaria de esporte e lazer, mas por um conjunto de secretarias e órgãos do governo que agreguem maior diversidade de ideias possível para elaboração de temas referentes ao lazer.

A relação já mencionada do lazer com a Educação Física reflete um conhecimento empírico, ou seja, o senso comum ainda associa esses dois elementos da cultura a eventos esportivos, como se o lazer se pautasse quase que exclusivamente ao espetáculo ligado aos esportes, aos eventos de massa.

Vaz (2006) faz uma crítica às políticas governamentais, pois entende que essas seguem muito mais a espetacularização esportiva, as expressões de consumo comercial ap invés de incentivar a vivência de atividades de forma espontânea. Portanto, fica claro nossa preocupação em fomentar o acesso a espaços de lazer, mais especificamente com foco no conteúdo físico-esportivo, mas não exclusivo a ele, por todas as pessoas, inclusive as que possuem alguma deficiência, para a promoção e inclusão social de acordo com as normas e critérios já estabelecidos, favorecendo e contribuindo para que haja as mínimas condições para a vivência de atividades do âmbito do lazer.

Nesse sentido, é preciso entender a inclusão social como

[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se prepararam para assumir seus papéis na sociedade. A Inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 2006, p. 39).

Importante realçar que uma transformação social dessa magnitude não se dá por si só, e sim, por meio de uma profunda reflexão para se compreender aspectos históricos, culturais, sociais, enraizados que dificultam a apropriação do conceito de inclusão e, sobretudo, uma investigação que ajude a sociedade entender seus (pré)conceitos, mitos e paradigmas que a deficiência carrega.

Vamos entender o lazer aqui como uma possibilidade de inserção do indivíduo que tenha alguma deficiência, como uma ponte entre essa parcela da população e as possibilidades que poderão surgir para inclusão dessas pessoas na sociedade. Pois, conforme Porto e Azzini (2013) afirmam, os Jogos Paralímpicos vêm ao longo do tempo auxiliando a sociedade na modificação do pensamento sobre a pessoa com deficiência, transformando as relações e acelerando o processo de inclusão, criando uma maior conscientização social através do esporte, pois essa pessoa que possui alguma deficiência, após a participação nos Jogos Paralímpicos pode passar a ser vista como “herói”, como eficiente e como altamente capaz, ou seja, é o esporte modificando o conceito de deficiente para eficiente e participativo.

Portanto, o lazer no seu sentido mais amplo pode ser um facilitador para melhor entendermos e modificarmos os pensamentos e conceitos sociais, sem nos esquecermos que o lazer não deve ser restrito a atividades imediatistas ou práticas de finais de semana, como bem dizem Fernandes e Maia (2007). E sim, ter um vislumbre do lazer como algo enriquecedor diretamente ligado às questões da vida diária em sociedade, e como importante elemento que pode integrar, socializar, libertar e, por que não, incluir as pessoas com deficiência.

Com essa perspectiva transformadora, podemos inserir a pessoa com deficiência e adequar esses conceitos que cercam essa parcela da população na concepção das políticas públicas de esporte e lazer, e aqui nesse ponto é que po-

demos ter como um norteador das ideias inclusivas os Jogos Paralímpicos. Pois, conforme Araújo (2011) afirma, a inserção da pessoa com deficiência na prática esportiva pode ser uma (re)construção de caminhos, auxiliando-a numa maior participação social, na recuperação da autoestima e na ampliação das oportunidades. Sendo assim, os Jogos Paralímpicos podem ser um eficiente mecanismo de alerta para o poder público fomentar políticas públicas de esporte e lazer que sejam cada vez mais inclusivas.

Nesse sentido, concordamos com Werneck (2000), que apresenta o lazer como direito social de diversas camadas na sociedade e nos mostra que esse direito conquistado por trabalhadores de forma legal é uma maneira de viver de forma lúdica os diferentes conteúdos do lazer, de forma plena e da maneira que cada um assim desejar, garantido seu sentido de liberdade, autonomia, criatividade e prazer conforme seu entendimento e possibilidade.

Portanto, é necessário que haja uma maior atenção à acessibilidade das áreas públicas de lazer, para que pessoas com deficiência também possam gozar de seu tempo disponível e manifestar seus anseios e desejos em relação às práticas do contexto do lazer.

Entretanto, essa ideia ainda está longe de ser uma constante nas políticas públicas do país, o lazer ainda tem papel secundário por diversos problemas básicos que a população brasileira enfrenta como saúde deficitária, educação de base precária, altos índices de desemprego, má distribuição de renda, entre outros, que constantemente temos visto e vivido no país.

Lima, Oliveira e Maia (2007) trazem à tona que uma das dificuldades enfrentadas para a vivência do lazer são as questões espaciais da cidade, os autores mostram que o lazer e sua prática estão diretamente relacionados com a maneira como as cidades organizam seu espaços, como se dão as condições fi-

sicas e as características do entorno de cada área de lazer. Nesse aspecto, o Estado, como organizador dos espaços públicos da cidade e fomentador de políticas públicas, precisa organizar-se de forma mais diversificada e abrangente para diminuir as barreiras e os limites para a prática do lazer, incluindo as pessoas com deficiência e todas as adaptações necessárias para isso.

Raulino (2007) atenta que já avançamos muito no que diz respeito ao conceito de lazer, mostrando que essa vivência não pode ser alienada nem servir como uma forma de escapar dos problemas e mazelas sociais do nosso cotidiano. Entretanto, a autora salienta que não se pode cercear a liberdade e o prazer do indivíduo, mas sim incentivar sua participação de forma mais educativa, trazendo desenvolvimento e qualidade de vida. A partir dessa visão, entendemos que o poder público tem como obrigação preparar a área para receber todo e qualquer cidadão, porém também é necessário haver profissionais capacitados para atender o público, desenvolvendo pedagogias de intervenção mais inclusivas e abrangentes possíveis.

Entretanto, notamos que as políticas públicas de lazer ainda são muito caracterizadas e reduzidas à prática esportiva, mesmo nosso trabalho tendo o foco nesse conteúdo específico, o físico-esportivo, entendemos ser necessário uma maior diversidade de profissionais de outras áreas para fortalecer ainda mais o lazer em todo seu amplo sentido cultural. Raulino (2007) aponta para o fato de que as atividades do âmbito do lazer, em sua maioria, são ministradas por professores de Educação Física e, por isso, são priorizadas as práticas físicas e esportivas. Nesse sentido, incentivamos a participação de outros profissionais, atuando junto aos graduados de nossa área e fomentando o aprimoramento da política pública como um todo para que assim o lazer, como direito social instituído e con-

quistado, também possa ser indicativo de melhoria na qualidade de vida e no desenvolvimento da sociedade.

Existe potencial para que um megaevento da amplitude dos Jogos Paralímpicos seja um passo importante para transformar e adequar as políticas já existentes e amadurecer novas ideias, para incentivar, por meio do lazer, uma maior inclusão social. Entretanto, não é o que notamos em nossa vivência acadêmica e profissional junto às pessoas com deficiência e

Isso pressupõe consciência política e social, conhecimento dos seus direitos, e compreensão mínima das questões públicas. Obviamente, pelo viés mais coerente, esse processo de educação deveria já fazer parte dos objetivos e ações dos programas. Não só oferecer serviços e atividades, mas respeitar a construção da cidadania tão importante e tão característica da “natureza” das políticas públicas (RAULINO, 2007 p. 43).

É esse tipo de consciência que deve ser mais fomentado na sociedade, e conseguimos vislumbrar isso a partir dos eventos esportivos recentemente realizados no Brasil. Vimos in loco pessoas com deficiência participando e se envolvendo com os jogos, muitos atletas na condição de pessoa com deficiência usufruindo da infraestrutura, da acessibilidade, das condições favoráveis para a realização e o bom andamento das competições. Sendo assim, nos parece notório a possibilidade de se aumentar o legado social positivo a partir de um megaevento esportivo, pois

A construção e amadurecimento de processos participativos é uma alternativa para saltos qualitativos dessa realidade. Falta aos usuários se apropriarem das propostas, no sentido de compreender a intenção e a importância dos programas aos quais estão tendo acesso e, principalmente, conscientizar-se do papel deles, enquanto cidadãos, nos processos de condução, participação e avaliação (RAULINO, 2007 p. 43).

Aliado a esse pressuposto, entendemos que as pessoas que participaram dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016, de uma forma ou de outra, conseguiram entender como é possível implementar melhores políticas para que todos, sem exceção, possam usufruir e conviver em espaços públicos mais acolhedores a todos os tipos de corpo (inclusive os com deficiência), pois observamos in loco que nas arenas havia acesso facilitado para locomoção, sistemas de comunicação de diversas formas, pessoas preparadas para o acolhimento do público, atividades e estruturas capazes de atender e promover a acessibilidade para a pessoa com deficiência. Com isso, entendemos que essas dificuldades, barreiras já citadas, podem ser também percebidas no âmbito do lazer, como já foi dito anteriormente.

Desse modo, alguns autores como Goellner et al. (2011) se atentam ao fato de existirem pessoas que não se encaixam ou não se familiarizam com as atividades propostas por alguma característica que os não assegura dentro daquele grupo. Dentre essas características, os autores incluem um padrão corporal estabelecido, capacidade física, entre outras. Nota-se, a partir de Goellner et al. (2011), uma caracterização das pessoas que participam de projetos de esporte e lazer como grupos sociais identificados com as atividades desenvolvidas, formando seus grupos de forma mais coesa, por afinidade. Segundo os autores, tanto no projeto da cidade do Rio de Janeiro como na cidade de Porto Alegre, as causas do não comparecimento de pessoas com deficiência nas atividades propostas de lazer estavam relacionadas à falta de infraestrutura adequada dos espaços e seus arredores, à falta de professores preparados para atender esse público e, ainda, à discriminação contra as características físicas dessa parcela da população, que estão longe do considerado “ideal”.

Contudo, alinhar as políticas públicas e construir mecanismos mais eficientes para aumentar a inclusão social das pessoas com deficiência, não depende apenas de boa vontade e participação da sociedade, também é preciso uma mudança do entendimento político e suas relações econômicas, sociais, culturais.

Para isso, Pinheiro (2003) enfatiza que as políticas públicas precisam ser articuladas entre os diversos setores da vida humana, apropriando e adequando essas políticas às necessidades reais da população, atendendo um maior número de pessoas possível, assumindo um papel de política generalista, englobando as diferenças entre todas as parcelas da população. Assim, temos um desafio, que o autor denomina de desafio da universalização e da democratização:

Planejar políticas públicas para todos equivale dotar essas políticas de características mais gerais possíveis, de forma abranger toda a diversidade social. Todavia o tratamento generalizante ou globalizante, ou a preocupação com abrangência das políticas, não deve impedir que sejam feitas adequações necessárias às especificações e diferenças da população. Está precisamente na tensão que se estabelece entre o geral e o específico o ponto crucial do ajuste e do sucesso de qualquer política pública (PINHEIRO, 2003, p. 103).

Goellner et al. (2011) também indicam que é necessário orientar coordenadores de projetos de esporte e lazer em relação a discriminação e preconceito, a falta de divulgação e apropriação por parte da população sobre quais pessoas podem frequentar aquelas atividades, como atrair e fidelizar novos participantes incluindo atividades que consigam incluir todos os grupos da sociedade, abrindo novas possibilidades a todos os tipos de pessoa, sempre com apoio de políticas públicas bem definidas e em parceria com a comunidade, para que haja intervenção com mais qualidade, mais democrática e educativa no sentido de acolher e integrar as diferenças.

Para entendermos quão grande é esse desafio, tomemos como exemplo algo que vimos durante nossa estada nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, de como é preciso uma adequação à realidade brasileira, pois nos deparamos naquele momento com uma estrutura gigante, montada provisoriamente como passarela para pedestres na entrada do Parque Olímpico, que ligava a nova estação de ônibus próxima ao local de competição, para que o acesso fosse o mais acessível possível. Contudo, uma construção provisória não servirá como legado físico para a comunidade, mas pode ser exemplo de como se adequar novas formas para se facilitar o acesso das pessoas em qualquer circunstância. Com uma maior participação e diversificação de áreas envolvidas no cotidiano das pessoas, é possível se aproximar de um melhor modelo de políticas públicas abrangente e que consiga suprir carências no que diz respeito ao acesso de atividades de esporte e lazer para todas as pessoas.

Ao receber a notícia de que o Brasil seria sede de grandes eventos esportivos seguidos, Copa do Mundo de Futebol da Fifa 2014, Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, vislumbrou-se um horizonte favorável e muito promissor no que diz respeito à grandeza e à imagem do Brasil. Azzini, Silva e Patreze (2017) mencionam os possíveis benefícios para o Brasil com a realização de tais jogos, pois megaeventos como esses que aconteceram no Rio de Janeiro têm enorme potencial para formação de novos conceitos, novas ideias e valores para a sociedade, podendo caracterizar como um ponto de (re)início para novas práticas, novos olhares e hábitos nas atividades de esporte e lazer, caracterizando como possíveis impactos⁷ sociais, tanto positivos quanto negativos, que esses eventos podem ter sobre as políticas públicas.

⁷ Segundo Preuss (2008), é considerado impacto os resultados ocorridos durante o evento, efeitos a curto prazo.

Nessa mesma linha, Marcellino (2013) lembra que é preciso minimizar os legados⁸ negativos e potencializar os positivos, considerando alguns pontos como planejamento, objetivos das ações, avaliação dos resultados, das respostas e dos possíveis reflexos, e, assim, dar continuidade a essas ações após o fim dos megaeventos, com vistas ao fortalecimento do processo e alcance dos objetivos previamente estabelecidos, podendo integrá-los às políticas públicas.

De acordo com Filgueira (2008, p. 71), contemplar e gerir tais legados é um grande desafio à comunidade, pois ele vê a necessidade de um esforço coletivo, tendo como premissa:

O projeto de uma sociedade socialmente justa, democrática, que assegure o pleno desenvolvimento humano e a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos deve ser a referência para o debate acerca da importância dos legados de megaeventos esportivos. Neste sentido, o processo de planejamento e gestão dos legados, como apresentado, deve considerar os direitos à cidade e à cidadania como princípios norteadores.

Assim, destacamos/ressaltamos a importância de se investigar, analisar esses impactos, levando em conta a pessoa com deficiência, pois, como mencionado acima, essa parcela da população também tem direito a viver e experimentar a cidade e sua cidadania.

Para isso, salientamos que megaeventos esportivos como os ocorridos no Rio de Janeiro em 2016, além de serem um marco para se estabelecer novas políticas públicas, mais inclusivas e que consigam abranger uma maior diversidade de público, pela transformação e adaptação dos equipamentos e espaços de lazer, e toda infraestrutura em torno desses espaços, garantindo o acesso de pessoas com deficiência, conforme Azzini, Silva e Patreze (2017), esses megaeventos também podem contribuir para aprimorar os ganhos e o conhecimento, in-

⁸ O mesmo autor (2008), diz que legados são os efeitos a longo prazo, pós-evento. E, no caso de eventos esportivos, esses legados podem aparecer de forma dinâmica, com diversas aparências e dependente de fatores de cada local.

flando e potencializando os legados positivos em outros aspectos. Para Filgueira (2008, p. 71):

Os megaeventos podem ter papel fundamental para a construção de cidades que garantam os direitos de todos os seus moradores. Uma cidade que respeite e garanta o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, à saúde, à educação, à cultura, aos serviços públicos, ao trabalho, ao esporte e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Desse modo, é preciso que haja uma ação muito bem preparada, pois a realidade de nosso país está longe de contemplar de forma plena esses aspectos levantados, pois, de acordo com Vazquez (2017), existe uma depreciação das relações sociais, um enfraquecimento do sentimento de pertencimento da comunidade, da solidariedade. Assim, a autora também menciona que o processo de reorganização urbana na cidade do Rio de Janeiro se sobrepôs à ordem democrática, desprezando direitos constitucionais garantidos, modificando a forma de uso do espaço público em prol do que ela chama de “camadas restritas da sociedade”.

Todo esse esforço da nação para atender as exigências e conseguir realizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos com eficiência e ainda colher frutos no futuro, não é tarefa das mais simples. Tendo em vista algumas dessas nuances da situação atual da sociedade brasileira, concordamos com DaCosta e Miragaya (2008) que é preciso construir uma “base de experiências” por meio de estudos e pesquisas sobre os megaeventos esportivos no Brasil.

Os autores citam a existência de estudos olímpicos internacionais que podem nortear e mostrar um melhor caminho para os legados, evidenciando a importância de se ter estudos multidisciplinares para que todos os aspectos possam ser levados em conta no que diz respeito ao desenvolvimento e consolidação dos legados, para que assim, a partir deste estudo sobre megaeventos esporti-

vos, possa haver uma convergência que nos traga também possibilidades para discutir a inclusão social das pessoas com deficiência.

Portanto, é preciso reconhecer o esporte e o lazer como direito para todos sem distinção ou preconceitos, socializando e divulgando ainda mais as atividades esportivas pelo Brasil, garantindo de forma democrática e qualificada o acesso de todos a essas atividades, para que assim possamos efetivar e consolidar políticas públicas mais eficientes (FILGUEIRA, 2008).

Destacamos aqui nesse ponto a importância de se fazer uma ligação entre o esporte e o lazer com as demais áreas, partindo do entendimento de que através de certas atividades podemos quebrar preconceitos e paradigmas que cercam a deficiência. Marcellino (2013), como organizador de estudo sobre legados esportivos, diz que a diversidade não deve ser apenas nos temas, mas na fundamentação teórica, nos múltiplos posicionamentos e nas mais diversas fontes, gerando um apanhado diversificado de abordagens e aspectos verificados. Assim, corroboramos essa ideia ao entendermos que, para fixação e valorização dos legados positivos, advindos dos megaeventos esportivos, é preciso pensar de forma coletiva e abrangente.

Assim, é fundamental que haja democratização do acesso ao esporte e lazer, promovendo desenvolvimento humano e inclusão social, produção e divulgação de conhecimentos que auxiliem na articulação e implementação de políticas públicas, que favoreçam a população do país e sirvam como base de sustentação para a candidatura em eventos dessa grandeza, pois:

Sob essa ótica, do poder público, os legados de megaeventos esportivos são elementos indissociáveis da política pública e da função precípua do Estado, qual seja, de assegurar os direitos sociais fundamentais a todos os cidadãos, com qualidade, equidade e universalidade. Essa deve ser a referência básica que suporta toda a estratégia de promoção de megaeventos e, por con-

sequência, de seus legados. Evidentemente que cada megaevento e a respectiva estrutura organizacional na qual esteja inserido o mesmo acabam determinando a dimensão e o grau de incidência dos legados na política pública (FILGUEIRA, 2008, p. 67).

Contudo, trazemos à tona exemplos de outros megaeventos esportivos ocorridos em outros países para servir como referência e conjecturar algumas perspectivas, pois já entendemos que comparações podem ser feitas, contanto que se considere as especificidades de cada local.

Nesse contexto, ao observamos as impressões que o professor da Universidade de East London, Poynter (2008), teve sobre o legado olímpico dos Jogos de Londres em 2012, percebemos que não é tão fácil avaliar e prever os benefícios sociais que os megaeventos esportivos podem trazer. Poynter (2008) afirma que, além de ser uma tarefa complexa, mensurar os possíveis efeitos positivos para o país sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, com frequência, podem gerar efeitos exagerados e superestimados já na fase de candidatura da cidade. O autor britânico ressalta o que já havíamos mencionado anteriormente, que é possível que haja ganhos, mas também perdas, com a realização dos Jogos, pois, para Poynter (2008, p. 123), é preciso ter uma “bem fundamentada proposta de planejamento de legado para os Jogos”.

A partir disso, deixamos claro que o papel do Estado é fundamental para se ter condições e um ambiente favorável para que os efeitos sejam os mais positivos possíveis. A condição já existente no país sede também é um ponto crucial para o sucesso ou o fracasso da construção do legado olímpico, ou seja, o caminho para o legado positivo fica mais evidente se a cidade sede, sua comunidade, sua nação, estiverem em condições sociais mais positivas e suas políticas públicas já iniciadas, pois, segundo o professor britânico Poynter (2008, p. 123), “O efeito primário em sediar uma olimpíada manifesta-se na forma de pressão so-

bre os planos já existentes, cada um deles seguindo seu curso natural não fosse o impacto de um evento dessa magnitude”.

O mesmo autor destaca que, no caso de Londres 2012, isso foi “crucial”, pois a cidade já tinha diversos projetos sociais em andamento, políticas direcionadas às práticas esportivas e propostas de regeneração urbana, ainda que sua candidatura não fosse a vencedora, contudo tais propostas já alavancadas foram fundamentais para a cidade vencer a concorrência com as outras candidatas. Por isso, Poynter (2008, p. 123) afirma que “uma das grandes virtudes de um megaevento é criar um ambiente favorável à aceleração de projetos de desenvolvimento social e regeneração urbana sob condições políticas, econômicas e sociais extremamente favoráveis”.

A partir disso, vale lembrar sempre que cada cidade terá seus próprios legados de acordo com sua situação econômica, social, entre outros aspectos. Em Londres, em 2012, Poynter (2008) percebeu uma oportunidade de viabilizar seus projetos já iniciados de infraestrutura e reorganização da cidade por meio do evento olímpico, criando programas que fomentassem a expansão residencial, a oportunidade de negócios e o desenvolvimento da infraestrutura dos transportes na região dos jogos, concatenados aos propósitos sociais e à viabilidade econômica.

Tomando como exemplo uma outra sede relativamente recente de megaevento esportivo, temos a cidade de Pequim, na China, que sediou os jogos de 2008 e que também fundamentou seus investimentos para uma transformação urbana, porém o país também utilizou os jogos para atrair investimentos e conhecimento vindos de parcerias internacionais, expandindo sua fechada sociedade com base na cultura oriental para negócios e alternativas culturais do ocidente (POYNTER, 2008). Sendo assim, Pequim, que foi recordista de gasto em dinheiro

para a realização de seus Jogos, algo estimado em torno de 42 bilhões de dólares, dos quais, segundo Uvinha (2009), aproximadamente 95% foram utilizados para melhoria na infraestrutura urbana, priorizando como legado a expansão mundial do país e de sua cultura, modificando a realidade local para a inserção de novos hábitos e alterações socioculturais. Uvinha (2009) questiona os legados alcançados por Pequim com a realização dos megaeventos, Jogos Olímpicos e Paralímpicos, pois não há fatos consistentes que provem um crescimento comercial e econômico capaz de melhorar as condições de vida da população, pois, segundo o autor, o país, no pós-Jogos, ainda convive com índices de pobreza e desigualdade social.

Desse modo, o poder simbólico que os Jogos Olímpicos têm de transformar valores e princípios idealizados na prática esportiva e refletindo em ações na educação, na pluralidade cultural e na equidade de condições de todos os cidadãos, nem sempre é alcançado como legado positivo. Mesmo que os atletas passem a imagem de vencedores dos obstáculos e das dificuldades, e aqui, mencionamos os atletas paralímpicos que possuem algum tipo de deficiência, o fazem por suas próprias vontades e anseios, não significando necessariamente um legado para a sociedade envolvida nos jogos (GOMES et al., 2008).

Ainda segundo Gomes et al. (2008), um megaevento esportivo possui uma força significativa na transmissão de valores, na motivação da prática de esportes e atividades do âmbito do lazer, porém destacam que essa força pode ser localizada e restrita à população local se o poder público não almejar algo grandioso com planejamento adequado e políticas que sustentem e apoiem essas práticas.

O legado de valores – ou melhor, axiológico – dos Jogos, ao contrário do que muitos acreditam, não se restringe ao sentido filosófico-educacional do Olimpismo amplamente divulgado pelas mensagens do Comitê Olímpico Internacional e Comitês Olímpicos

Nacionais; ele pode refletir em macroperspectiva, por exemplo, a forma como são pensadas e executadas as estratégias e políticas públicas num determinado país, a partir da administração e controle dos investimentos e verbas na estrutura física do evento, nas prioridades de melhorias das cidades e populações beneficiadas, assim como nas políticas de incentivo e democratização do esporte [...] que podem surtir efeitos positivos ou negativos para a imagem de uma nação (GOMES et al., 2008, p. 383).

Com isso, planejar e realizar um megaevento esportivo passa por inúmeras questões políticas e econômicas, mas sem dúvida devemos destacar o aspecto social, a participação da população envolvida e conhecer suas necessidades e carências para que o evento consiga trazer melhorias práticas para a vida cotidiana da sociedade.

Gursoy e Kendall (2006) afirmam que a população residente no país sede vai apoiar um megaevento esportivo como as Olimpíadas e Paralímpadas se acreditar que os benefícios sociais serão apropriados e bem aproveitados. Destacam ainda que esse apoio e envolvimento da população local é fundamental para o sucesso do evento, pois são eles que deverão dar suporte à ideia, muitas vezes necessária, de aumento de impostos para financiar as melhorias da infraestrutura urbana e construção das instalações e arenas esportivas, eles que deverão se converter, se assim for necessário, em uma população mais amigável e hospitaleira, transformando o megaevento em um festival urbano que ofereça uma experiência significativa tanto para os próprios moradores como para turistas de várias nacionalidades. E ainda, através desse apoio e envolvimento da população local e da incorporação de novos conceitos e valores surgidos a partir do megaevento esportivo, é que provavelmente se conseguirá um aumento na longevidade dos impactos sociais positivos para a nação.

Azzini, Silva e Patreze (2017) mencionam a dificuldade de se conseguir esse apoio da comunidade local, visto que o investimento financeiro é alto e um

retorno econômico pode não se concretizar. A possibilidade que megaeventos esportivos como os Jogos Paralímpicos têm de causar vislumbre e visibilidade no mundo faz com que o país sede escolha realizar megaconstruções, estádios maiores e mais luxuosos, contudo, em geral, se tornam obras gigantescas, ocupando espaço urbano como peça decorativa. Assim, essas construções em sua maioria não são utilizadas pela comunidade local ou por uma grande variedade da população, muitas vezes servindo apenas para o esporte de alto rendimento, pois, segundo Almeida (2016), um ano após a Copa do Mundo da Fifa de 2014, vinte projetos de infraestrutura urbana ainda não tinham sido entregues. Ainda conforme a autora, na época, apenas alguns locais específicos dos Jogos de 2016 estariam indicados para servir como áreas de lazer.

Portanto, é importante destacarmos que os megaeventos esportivos, apesar de terem um caráter democrático e atenderem uma diversidade significativa de pessoas durante os dias de competição, gerando empregos e capital considerável durante a fase de construção, o possível legado físico e estrutural dos jogos, em geral, se mostram excludentes e pouco inclusivos, pois Azzini, Silva e Patreze (2017) afirmam que as praças esportivas e centros de treinamento são destinados muito mais ao esporte de alto rendimento do que aos atletas comuns e a população local. Também os autores apontam outro aspecto a se levar em consideração na questão social, pois os próprios trabalhadores da construção civil que levantaram os gigantes arquitetônicos olímpicos provavelmente não terão acesso aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos devido ao seu baixo poder aquisitivo.

A partir destas constatações, o usufruto do local onde será o megaevento, dos jogos e da cultura nele exercida, destina-se a quem possui condições financeiras de contemplar e frequentar os espaços onde os megaeventos são realizados, e o povo que paga impostos e vê sua arrecadação sendo aplicada e defraudada, fica na expectativa de assistir pela TV, pois posteriormente ao evento,

provavelmente não farão uso e nem terão acesso aos estádios (AZZINI; SILVA; PATREZE, 2017, p. 9).

Sendo assim, é de se supor que os megaeventos esportivos ocorridos no Brasil em 2016 acabem não trazendo tantos benefícios como se esperava. Os holofotes apontados para o esporte estão concentrados no alto rendimento, mesmo depois de findado o evento, pois, conforme Almeida (2016), já era previsto que algumas áreas do Parque Olímpico e de Deodoro serviriam como locais de treinamento e competições para o alto rendimento, entre eles: Parque Aquático Maria Lenk, Centro Olímpico de Tênis, Arena Carioca, Velódromo Olímpico, entre outros. A autora também já confirmava o uso de instalações de propriedade privada como a Marina da Glória, o Estádio Olímpico João Havelange, o Maracanã e o Sambódromo.

Desse modo, tais espaços e equipamentos de lazer se limitarão aos mais favorecidos, aos atletas de alto rendimento, a torcedores e/ou trabalhadores da iniciativa privada, deixando de superar as barreiras intra e interclasses sociais, outrora mencionadas, e assim frustrando a utopia de se ter uma nação olímpica mais justa?

Se a resposta for afirmativa, então a população não conseguirá consolidar os valores e conceitos levantados durante as semanas de espetáculo esportivo e diversidade cultural, perdendo-se com o passar do tempo todo aquele sentimento de patriotismo e orgulho, sem que haja enraizamento de novos hábitos, e consolidação da inclusão social.

No próximo capítulo, iremos discorrer sobre o esporte e suas nuances, a partir do megaevento esportivo denominado Jogos Paralímpicos, para relacionarmos a criação, modificação e efetivação de políticas públicas consistentes que fomentem a presença dessa parcela da população, as pessoas com deficiência,

transformando exclusão em oportunidade, em envolvimento, em acolhimento, no sentido de estar junto, revertendo em melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade e melhorias nas políticas públicas que envolvem a pessoa com deficiência.

4.4 COMPARAÇÃO DOS JOGOS PARALÍMPICOS DO BRASIL 2016, DE LONDRES 2012 E JOGOS COMMONWEALTH DE GLASGOW 2014

A realização de megaeventos esportivos, em especial os Jogos Paralímpicos, pode se tornar uma oportunidade de transformação social, não só para a cidade que abriga tal evento, mas para a sociedade do país sede como um todo. Contudo, não é tarefa fácil ultrapassar os limites, visualizar e confirmar as inúmeras conquistas que poderão modificar a cultura, os valores sociais e os conceitos em relação às pessoas com deficiência.

Como no caso do Rio de Janeiro, de acordo com Graeff, Bretherton e Piggitt (2016), a sua candidatura para sediar um megaevento esportivo foi pautada na aplicação de recursos para desenvolvimento social e econômico, mas também no potencial de transformação social através do esporte, notou-se uma dificuldade de planejamento e até mesmo de estratégias que levassem à produção de um legado esportivo.

Entretanto, vale lembrar que a cidade do Rio de Janeiro já foi sede de um megaevento esportivo em 2007, os Jogos Pan-americanos, e esse evento foi determinante para a vitória da candidatura carioca aos jogos de 2016, conforme Castro e Souza (2015). Contudo, os autores relatam que a cidade não teve grandes ganhos com esse megaevento passado, pois, segundo eles, além da reorganização de áreas urbanas, houve gastos demasiados em construção de um novo

estádio na cidade, especulação imobiliária, valorização de áreas nobres, permanência de grupos políticos no poder, dentre outras críticas.

Assim, é dever do anfitrião dos Jogos Paralímpicos aproveitar a chance de ir além das construções acessíveis, das melhorias nos espaços e equipamentos e benfeitorias no entorno das estruturas paralímpicas. É preciso fortalecer novos modelos de inclusão, novas formas e valores culturais que possam melhorar a convivência social, estabelecer novas políticas, novos desafios, novas conquistas, pois, conforme Castro e Souza (2015), algumas das propostas de legados pelo governo brasileiro da época iam além da transformação da urbana, o surgimento de novas iniciativas ambientais e sociais com vantagens e oportunidades para todos.

No entanto, será preciso abraçar a causa, despertar sentimentos, assumir que existem diferenças entre os corpos, entre as pessoas, aceitar a diversidade e respeitar as limitações, e assim, formar melhores profissionais para que no futuro saibam como mediar e incentivar a participação de pessoas com deficiência nas suas práticas, mais especificamente as práticas esportivas no âmbito do lazer.

Assim, o poder público e a gestão do esporte são fundamentais para que os serviços prestados à população sejam, de fato, para todos, e que sejam consideradas as diferenças sociais, corporais e conceituais, incluindo o convívio e a chance de sociabilidade entre as pessoas com deficiência e sem deficiência. Nesse sentido, Zingoni (2007) alerta para a necessidade de fomentarmos a ideia de elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos que envolvam o lazer, para que sejam tomadas melhores decisões e se utilizem melhores processos na gestão desses projetos.

A partir desse contexto, reafirmamos, de acordo com Rodrigues (2013), que o país sede de megaeventos esportivos como os Jogos Paralímpicos deve incorporar no processo as ações necessárias para sua realização que transformem de forma impactante as políticas públicas, o conhecimento, a tecnologia e a gestão de esporte e lazer, para que tenhamos avanços sociais significativos na vida da pessoa com deficiência.

Assim, os Jogos Paralímpicos de 2016 poderiam ser um (re)início para se estabelecer novas políticas públicas que incluam como usuários e frequentadores de espaços de lazer e praças esportivas as pessoas com algum tipo de deficiência, transformando, adaptando e ajustando equipamentos, áreas e profissionais do âmbito do lazer e toda infraestrutura necessária para receber essa parcela da população.

Para isso, Marcellino (2008, p. 10) afirma que

É fundamental entender todo o processo de planejamento, construção, administração e animação dos equipamentos para que, com isso, possa se implantar, de forma mais adequada, uma política de democratização cultural. Torna-se assim muito importante a relação que se estabelece entre o público usuário, os profissionais e os equipamentos públicos de esporte e lazer [...].

Portanto, sediar um megaevento esportivo como esse pode ser uma maneira de disponibilizar investimentos em diversas áreas, deixando assim possíveis legados positivos para toda a sociedade, melhorando a qualidade dos profissionais envolvidos, bem como novas tecnologias, ações e pesquisas acerca da pessoa com deficiência (MASSUDA, 2012).

De todo modo, Zingoni (2007) traz alguns mecanismos que podemos utilizar para compreender melhor a situação pós-Jogos Paralímpicos, de modo que consigam trazer benefícios e legados positivos para a população, alcançando as metas estabelecidas e os resultados desejados, e, para isso:

Um projeto deve ser visto como o instrumento pelo qual a organização implementa seu planejamento estratégico. Portanto, as mudanças e os aprimoramentos possíveis e idealizados concretizam-se na concepção e na execução dos projetos. Em última instância, o conjunto de projetos é a “cara” da organização e de seus colaboradores, ou seja, o projeto traz a identidade para todos que dele participam (ZINGONI, 2007 p. 15).

Os estudos de Scott (2014) demonstraram a necessidade de se aproveitar o pleito e todo o conhecimento gerado durante a candidatura pelo país sede para que se alcance um legado positivo, da melhor maneira possível. O autor menciona que é preciso que a candidatura paralímpica vá muito além da diminuição de barreiras físicas, obrigando as cidades sede incluírem nos impactos e legados mudanças sociais mais significativas que resultem em impactos sociais e legados mais positivos.

Scott (2014) menciona que a cidade de Londres incluiu em sua candidatura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2012 uma maior abrangência dos possíveis legados, indo além da região mais próxima à cidade de Londres, contemplando também as outras nações do Reino Unido.

Dessa forma, entendemos que o Reino Unido vem se preparando para fortalecer possíveis impactos e legados originados de megaeventos esportivos muito antes dos Jogos de 2012, pois a região apresenta políticas públicas, agências de fomento e pesquisa, coleta de dados e estudos que ampliaram a base teórica para a confirmação dos legados, melhoria do serviço público e uma mudança social inspiradora para as pessoas mudarem suas atitudes sobre o esporte, cultura, comunidade e aspectos que envolvem a realização de um evento esportivo dessa grandeza (SCOTT, 2014).

Outro aspecto importante levantado na pesquisa bibliográfica foi o que McPherson et al. (2017) chamaram de criação de valores através de eventos “pa-

radesportivos”, pois os autores dizem que sediar grandes eventos é uma excelente oportunidade de fortalecer políticas públicas e potencializar mudanças sociais. Em seus estudos, os autores perceberam que eventos paradesportivos também foram utilizados como um importante catalisador para a inclusão social e mudança de atitude da sociedade perante as pessoas com deficiência, sendo esse ponto, inicialmente, considerado um dos principais legados dos Jogos Paralímpicos de Londres em 2012.

Portanto, identificamos nas referências bibliográficas, que umas das discussões mais presentes e importantes para deixar como legado é a mudança atitudinal em relação à pessoa com deficiência. Um pensamento mais igualitário, ou seja, uma percepção maior sobre as capacidades das pessoas com deficiência e seu potencial são fatores necessários para a consolidação dos legados planejados na candidatura, conforme Dickson, Misener e Darcy (2016).

Misener et al. (2016) percorrem esse mesmo caminho ao afirmarem que atitudes mais positivas em relação à pessoa com deficiência, um maior apoio social que garanta mais recursos e informações sobre acessibilidade, oportunidades e promoção das potencialidades das pessoas com deficiência, são importantes legados que podem vir através de megaeventos esportivos para diminuição das barreiras e dificuldades para uma completa inclusão dessa parcela de pessoas na comunidade.

Esses mesmos autores afirmam que sediar um megaevento esportivo como os Jogos Paralímpicos auxilia no processo de mudança social e na consolidação dos legados, e ainda, contribui para aumentar o conhecimento sobre o tema deficiência e serve como exemplo para outros países, promovendo uma importante transformação de todos os envolvidos na execução e desenvolvimento de um megaevento esportivo.

Assim, apontam na mesma direção, os estudos de McPherson et al. (2017), que apresentam a ideia de criar valores públicos utilizando o que eles chamam de oportunidade progressiva, mostrando que os legados precisam ser colhidos a longo prazo e num processo contínuo, visto que a desigualdade vem de longa data. Dessa forma, os autores afirmam que para que haja uma real igualdade de oportunidades a um grupo tão marginalizado, como as pessoas com deficiência, faz-se necessário levar em consideração todo o histórico de falhas e marginalização social a que foram submetidos para que as políticas públicas sejam capazes de corrigir e integrar com mais eficiência essas pessoas na comunidade.

Portanto, de acordo com Gold e Gold (2015), o termo legado é uma mescla de muitos aspectos e dimensões que variam entre benefícios que são mais visíveis e palpáveis como as arenas acessíveis e mudanças na infraestrutura da cidade sede e outros benefícios menos visíveis, os que os autores denominam de “legados intangíveis” como a formação de novos conceitos e valores culturais, ideias e experiências que, apesar de menos reconhecidos, podem modificar o pensamento e o ideal de uma sociedade em prol de determinado grupo minoritário.

Contudo, esses legados não acontecem automaticamente, é preciso seguir um plano de ações, um planejamento já havia sido mencionado por McGilivray, McPherson e Carnicelli (2015), que sugerem um amplo debate entre os envolvidos para delimitar estratégias que garantam impactos positivos para as pessoas e a comunidade sede.

Desse modo, de acordo com os autores mencionados, não é tarefa simples garantir o sucesso de um megaevento esportivo em termos sociais, pois muitas vezes são estabelecidas prioridades econômicas e físicas como legado, ou

seja, se coloca à frente a necessidade de benefícios econômicos e transformações estruturais na cidade sede, o que pode diminuir o foco e o planejamento em mudanças sociais. Portanto, a mesma preocupação encontrada nas referências brasileiras, afirmando que, apesar da enorme capacidade dos megaeventos esportivos servirem como catalisadores de legados positivos para a sociedade que os sedia, há uma possível distorção da máquina pública, com gastos descontrolados em obras gigantescas, arenas, moradias provisórias, com o propósito de mostrar o poder econômico, criando grandes dívidas e escassez de recursos para outros fins que podem prejudicar a imagem do país a longo prazo.

Almeida et al. (2016) apresentam, através de uma tabela de investimentos, que os Jogos no Brasil deram prioridade à construção de estádios e à infraestrutura física, e também, no investimento e suporte aos atletas profissionais, com a finalidade de aumentar o número de medalhas. Se por um lado podemos fazer uma leitura desse quadro como satisfatório no que diz respeito à adequação dos locais e áreas de esporte e lazer, construindo espaços mais acessíveis e democráticos, por outro lado, se confirma a menor preocupação com as atitudes e o conhecimento para lidar com a pessoa com deficiência, pois o investimento em gerenciamento das atividades, ciência e tecnologia e outros aspectos que poderiam fomentar a transformação social, foram bem menores.

Ainda nesse sentido, Almeida et al. (2016) apontam que essa situação demonstrada pela prioridade nos investimentos dos governantes na construção das arenas é uma estratégia usada com fins eleitorais, pois a visibilidade de tais construções e o prestígio político com o eleitorado local é evidente.

Assim, Andranovich, Burbank e Heying (2001) apresentam um contraponto em relação aos investimentos, afirmando ser necessário uma responsabilidade maior quando se trata de dinheiro público, pois é de suma importância que

haja uma conscientização das necessidades da população e o papel dos organizadores para adequar uma candidatura à sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Com isso, os autores trazem como exemplo candidaturas para cidade sede nos Estados Unidos que conduziam as campanhas com recursos vindos da iniciativa privada.

É preciso também levar em conta aspectos negativos de sediar eventos esportivos de tamanha grandeza. Conforme já vimos, Marcellino (2013) também mostra a necessidade de planejamento, assim como McGillivray, McPherson e Carnicelli (2015) e Scott (2014), que caminham nessa direção, corroborando a ideia de uma preparação prévia e um planejamento em relação aos impactos e legados que os jogos podem trazer como resultado. Desse modo, há de se compreender o processo de criação de políticas públicas que se adaptem à realidade do país sede e de sua população.

Ao trazermos elementos da Escócia e da Inglaterra, que sediaram grandes eventos esportivos, também notamos a presença de corrupção, de crescimento econômico superestimado, de resultados e legados contestados após o término do evento, muitas críticas vindas da comunidade acadêmica que questionam o impacto positivo sugerido, confrontando o retorno econômico frente aos investimentos, criação e manutenção dos postos de trabalho, crescimento do turismo na região e a participação efetiva da população nas atividades esportivas planejadas como legados positivos no pós-Jogos Olímpicos e Paralímpicos (McGILLIVRAY; McPHERSON; CARNICELLI, 2015).

Esse quadro, ainda mais negativo, desenhado nos estudos de McGillivray, McPherson e Carnicelli (2015), sugerindo uma banalização do termo “legado”, um excesso de confiança que acaba, por muitas vezes, gerando desconfiança em seus resultados, pois o termo utilizado muitas vezes é supervalorizado e

alcançado apenas no curto prazo e não se concretizando como uma mudança ou consolidação de políticas públicas do país sede, aproxima os resultados encontrados no Brasil. Conforme aponta Nothen (2016), no próprio caderno de encargos não havia consenso de quem manteria as instalações esportivas por Jogos, também não aparecia de forma clara como seria desenvolvido o legado esportivo e o uso adequado da infraestrutura esportiva que ficaria para a cidade sede.

Megaeventos esportivos como os Jogos Paralímpicos são tão grandiosos, os números envolvidos são astronômicos em todos os sentidos, pessoas envolvidas, infraestrutura, setores e áreas sociais direta e indiretamente relacionadas, culturas e comportamentos que dificultam ainda mais a transformação de todo o potencial proposto na candidatura para mudanças sociais e legados positivos. Aproveitar todas essas possibilidades e fomentar a viabilização dos impactos positivos não é algo fácil de se conseguir e muito menos de garantir seu fortalecimento na sociedade. Entretanto, é fundamental que haja melhor compreensão dos objetivos que foram planejados e quais esforços precisam acontecer para alavancar as possibilidades de ocorrência dos impactos e legados positivos em detrimento dos negativos.

Ao trazermos esse pensamento para os Jogos do Rio 2016, poderíamos realinhar políticas públicas, permitindo um enfoque mais direto nas estruturas e atitudes mais amplas além das barreiras físicas, contribuindo para o desenvolvimento social baseado em uma nova compreensão das pessoas com deficiência. O Brasil teve a chance, mas não conseguiu implementar novas políticas em relação à deficiência, quando sediou os Jogos Pan-Americanos Rio 2007, conforme documentado por Nothen (2016). Segundo esse autor, o principal objetivo de sediar os Jogos Pan-Americanos não era o legado em si, mas aumentar a credibilidade para a possível candidatura do Rio nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos

de 2016, tornando mais difícil o alcance de um legado mais positivo e uma mudança social sólida.

Essa afirmação pode nos fazer duvidar do planejamento dos legados durante a candidatura para os Jogos de 2016, se houve um processo adequado na organização do evento para que se fomentasse impactos positivos e de acordo com as necessidades brasileiras. Porém, Vico, Uvinha e Gustavo (2018) apontam como papel de um megaevento esportivo o crescimento e aceleração da transformação urbana para maiores índices no turismo, na economia local e projeção da cidade e do país sede dos Jogos. Os autores trazem como resultados esperados para o país sede a criação de novos espaços públicos e novos instrumentos de gerenciamento e planejamento urbano, e assim, mostram três importantes benefícios para o país sede: crescimento econômico, infraestrutura e melhora da imagem perante o resto do mundo.

Nas questões sociais, Vico, Uvinha e Gustavo (2018) mencionam que a realização dos megaeventos esportivos é uma oportunidade única para melhorar as habilidades da comunidade em se organizar para a prática esportiva, para aumentar o conhecimento cultural e das tradições da cidade e, ainda, para iniciar novos formatos de desenvolvimento social através das atividades esportivas.

Isso posto, encontramos aqui uma diferença significativa entre as visões sobre legado encontradas nas referências nacionais e as do exterior. Podemos observar que a realidade brasileira difere da encontrada no Reino Unido em termos de necessidade social, interesses dos organizadores e contexto de cada sede.

Como exemplo de diferença no que diz respeito à necessidade social, constata-se no Brasil uma desigualdade social mais evidente que no Reino Unido. Ao tratarmos de pessoas com deficiência, nos chama a atenção que em nosso

país ainda estamos passando pelo processo de entender a inclusão social, compreendendo as reais necessidades dessa parcela da população para que possam ter maior participação social e oportunidades equiparadas, conforme o conceito de Sasaki (2006). O Reino Unido, de acordo com Scott (2014), a partir da década de 1990, elaborou um conjunto de políticas sociais para reduzir a exclusão, abraçando uma maior diversidade cultural e melhorando o acesso a serviços públicos. Desse modo, observa-se uma diferença nas possibilidades de legado pós-megaeventos esportivos, pois no Brasil ainda existem questões básicas a serem alcançadas e melhoradas, por outro lado, no Reino Unido muitas dessas questões sociais já vêm sendo abordadas muito antes da possibilidade de sediar um megaevento como os Jogos Paralímpicos.

Outra diferença aparente entre os países são questões relacionadas aos interesses dos governantes de cada um deles em sediar tais eventos. Pelo lado brasileiro, Nothen (2016) destaca que havia uma necessidade de afirmação do Brasil em relação ao mundo, como um país emergente e com grandes possibilidades de crescimento e investimento econômico, assim os governantes da época da candidatura apostaram no sonho brasileiro de sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos e não mediram esforços, principalmente de recursos financeiros para concretizá-lo.

A partir desses estudos feitos por Nothen (2016), observamos que sediar os megaeventos esportivos no Brasil foi uma oportunidade de alavancar a economia, dar maior visibilidade internacional ao país e firmar a posição de nação em desenvolvimento, enquanto no Reino Unido esse viés não se fazia necessário.

Dessa forma, entendemos que esses resultados bibliográficos nos trazem como prioridade de legado pós-megaeventos esportivos realizados no Reino Unido uma mudança de atitude em relação à pessoa com deficiência, ou seja, um

olhar mais inclusivo no que diz respeito às relações pessoais, uma preocupação da sociedade em garantir uma posição mais atuante das pessoas com deficiência e um maior poder e participação dentro da própria comunidade. Contudo, aparece como menor preocupação a questão das barreiras físicas e arquitetônicas, visto que o país já está muito adiantado nas questões de acessibilidade.

A necessidade de encontrar pontos que nos ajudem a fortalecer políticas públicas mais inclusivas é fundamental, visto que existe, sim, uma distância entre as realidades brasileira e britânica. Ter uma percepção mais profunda sobre os megaeventos ocorridos no Brasil nos últimos quatro anos, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos e Paralímpicos, pode nos levar a uma mudança social significativa se conseguirmos aprender e extrair os resultados positivos encontrados e a maneira com que os britânicos aproveitaram os seus megaeventos esportivos.

Apoiados no suporte teórico e no planejamento dos legados, a cidade de Londres se beneficiou com a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, pois já existiam diversas iniciativas em vigor, muitas políticas e práticas sociais já vinham sendo pensadas e fomentadas antes mesmo da realização dos jogos, e isso foi fundamental para um maior aproveitamento do potencial que um megaevento dessa grandeza pode proporcionar, pois, além da criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento local, tais eventos podem impulsionar ainda mais projetos e políticas que favorecem a cidade.

Há de se ressaltar, ainda, excelente posição dos atletas britânicos no quadro de medalhas dos Jogos de Londres em 2012, com um expressivo segundo lugar na quantidade de medalhistas de ouro nas Paralímpiadas. Scott (2014) aponta alguns importantes resultados positivos para a sociedade britânica, como mudança de atitudes em relação à deficiência por parte das pessoas como um todo, melhorando a forma de encarar o papel da pessoa com deficiência no Reino

Unido. McPherson et al. (2017) também corroboram essa ideia dizendo que os resultados iniciais obtidos pós-Jogos Paralímpicos de Londres de 2012 foram exatamente uma mudança de atitude em relação à pessoa com deficiência.

Além disso, Scott (2014) cita uma melhora urbanística no local do parque olímpico com instalações de novas linhas de transporte público, melhorias do comércio e abertura do parque como atração internacional. O autor (2014) ainda destaca resultados econômicos positivos com a realização dos megaeventos esportivos em Londres, pois o turismo durante o ano dos jogos trouxe ao Reino Unido um incremento financeiro de mais de 6 bilhões de Libras. Outro ponto de destaque é o crescimento da participação esportiva entre a população.

Do mesmo modo, Misener et al. (2016) mencionam uma mudança de atitude da sociedade perante a pessoa com deficiência como principal legado dos Commonwealth Games de Glasgow em 2014, todavia, eles também ressaltam a ampla cobertura da mídia e o papel positivo que os paratletas de elite trazem para a população em geral.

Portanto, assim como Misener et al. (2016), também entendemos que o plano de legados deve ter uma maior aproximação com Critical Theory Disability, ou seja, apresente uma visão que modifique a atitude perante a pessoa com deficiência e passe a compreender suas possibilidades e capacidades. Esse também é o entendimento de Marcellino (2013), que observa a necessidade de uma visão que vá além da adequação dos locais e áreas no entorno das praças esportivas, mas que eduque e prepare profissionais, população e todos os envolvidos para também lidar com essa parcela da população.

Desse modo, voltamos a salientar o poder e a simbologia envolvida em sediar um grande evento esportivo, pois, conforme dito anteriormente, os Jogos Paralímpicos por si só são grandes motivadores de mudanças nos valores e prin-

cípios de uma sociedade. Assim, destacar exemplos positivos e negativos de megaeventos esportivos ocorridos em outros continentes, serve como referência e possibilidade de novas construções de significados que podem contribuir para as transformações desejadas.

Segundo Graeff, Bretherton e Piggini (2016), apesar dessa possibilidade que os megaeventos esportivos têm para fomentar mudanças sociais, no caso do Brasil, o objetivo, previamente estabelecido na candidatura, era o desenvolvimento socioeconômico do país e do continente sul-americano. Contudo, esses autores, afirmam que o investimento para produzir um legado esportivo ainda não se concretizou, visto que seus estudos apontam que professores de Educação Física da cidade do Rio de Janeiro não confirmam qualquer tentativa de aproveitar os Jogos para aumentar a prática esportiva. Outros aspectos negativos levantados por Graeff, Bretherton e Piggini (2016) são a falta de evidências que comprovem um legado na promoção da saúde e a dificuldade do governo brasileiro para aproveitar o potencial esportivo como catalisador de mobilidade social.

Desse modo, os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro serviram para alavancar o esporte de alto rendimento, pois foram investidos grandes recursos em equipamentos de alta tecnologia e contratação de pessoal técnico para treinamento de atletas. Outro aspecto considerado foi o de usar os Jogos como um impulso para consolidar o Brasil como uma potência no esporte paralímpico. Contudo, Graeff, Bretherton e Piggini (2016, p. 40), afirmam que os Jogos “geraram uma percepção negativa na população”, ou seja, o histórico político e administrativo brasileiro contribuiu para que o legado negativo de não aumentar os níveis de participação da população em atividades físicas fosse consolidado.

Entretanto, esse quadro no Brasil ainda pode ser alterado se houver políticas públicas de esporte e lazer que atendam às necessidades da população

brasileira, sobretudo com relação à inclusão da pessoa com deficiência, foco deste trabalho. Isso porque, para se concretizar como um legado, Graeff, Bretherton e Piggitt (2016) afirmam ser necessário um tempo mais prolongado para que projetos de políticas públicas possam ser implementados, pois pode-se levar 15 ou 20 anos da realização dos megaeventos esportivos para que uma avaliação mais efetiva dos legados deixados por um megaevento esportivo possa ser realizada.

5 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS OBTIDOS NO BRASIL

Como já apresentado nas referências bibliográficas encontradas em nosso estudo, os Jogos Paralímpicos têm grande poder de fomentar e incentivar a criação de novos valores e conceitos, e estes podem trazer benefícios à sociedade desde que bem aproveitados. Desse modo, toda a estrutura criada em torno de um megaevento como ocorrido no Rio de Janeiro em 2016 favorece a criação e a renovação de ideias, hábitos e características que podem melhorar e aumentar a participação das pessoas com deficiência em atividades esportivas e no âmbito do lazer.

A partir disso, apresentamos a análise dos dados quantitativos feita a partir de questionários preenchidos por pessoas que foram assistir os Jogos Paralímpicos de 2016 em algumas das arenas esportivas. Para isto, consideramos os estudos de Heere et al. (2013) como base de apoio para a construção do questionário, pois esses autores já haviam testado tal procedimento em pesquisas anteriores, corroborando esse formato que permite ao participante escolher uma ou mais alternativas se assim desejassem.

Assim, a coleta de dados quantitativos, tendo como foco as pessoas que estavam nas dependências do Riocentro, uma das arenas que fazia parte do

Parque Paralímpico, teve como principal objetivo identificar e analisar como essas pessoas avaliam os impactos sociais dos Jogos Paralímpicos de 2016 que estavam ocorrendo no Rio de Janeiro. Os questionários foram entregues a 85 pessoas, entre homens e mulheres, durante o intervalo dos jogos que aconteciam nessa arena e foram aproveitadas todas as respostas de pessoas com idade superior a 18 anos e que não possuíam nenhum tipo de deficiência. A partir dessa coleta, foi possível compreender os impactos sociais de megaeventos esportivos para as pessoas que estiveram presentes no evento.

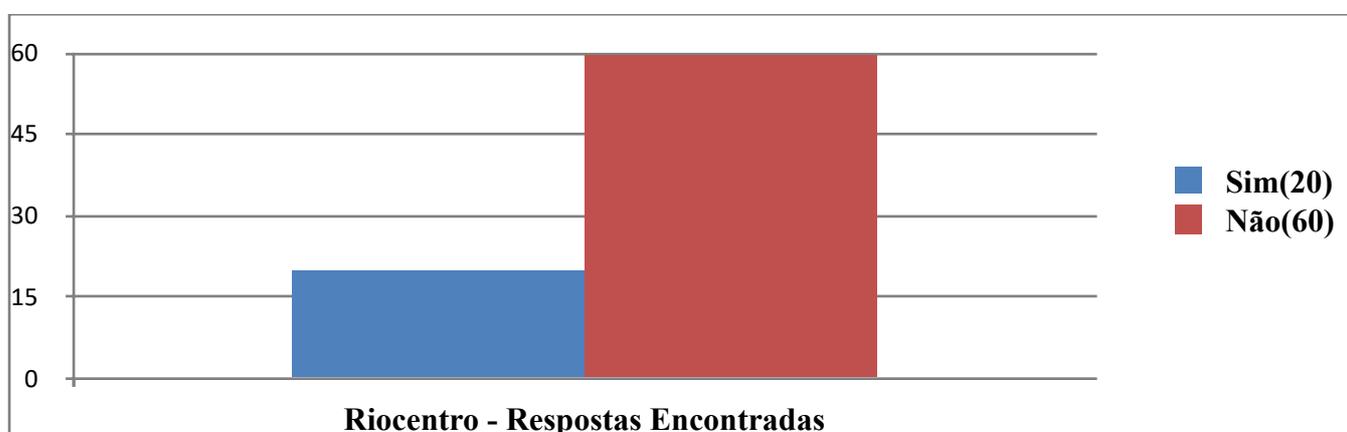
De acordo com a pesquisa bibliográfica, identificamos duas linhas de discussão: uma sobre característica e definição de um megaevento esportivo e outra sobre como um megaevento esportivo como os Jogos Paralímpicos pode auxiliar na construção de políticas públicas que envolvem a pessoa com deficiência. Portanto, ao identificar, por exemplo, quais os impactos sociais positivos e negativos de tais eventos nos países sede de acordo com a população, podemos aproximar os dados coletados da revisão de literatura já feita, para que possamos demonstrar a necessidade de mudança nos conceitos e valores sociais que vigoravam no país antes de sediar megaeventos esportivos.

A partir das constatações obtidas com o estudo teórico apresentado neste trabalho, existe uma preocupação que os megaeventos tragam impactos sociais e legados positivos no âmbito esportivo, cultural e político. Conforme Preuss (2008), impacto são os efeitos percebidos no curto prazo e durante o evento e legado são os efeitos a longo prazo que surgem após o encerramento do evento. Contudo, o autor diz que existe uma dinâmica que conecta um megaevento aos fatores locais, considerando fatores históricos do país que sedia Jogos de tal natureza.

Portanto, ao fazermos tais análises, devemos considerar todo o contexto do país, levando em conta aspectos como: estrutura, política, geografia urbana, questões sociais, entre outras, no intuito de compreender da melhor forma os possíveis impactos e legados.

As respostas obtidas na questão “Você tem experiência profissional com pessoas com deficiência?”

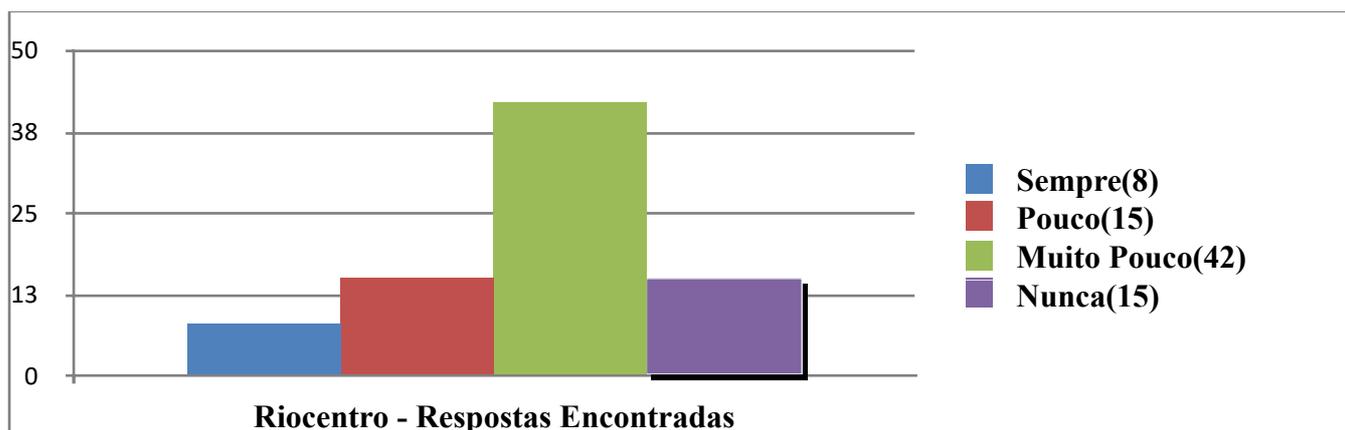
Gráfico 1 – Experiência profissional com pessoas com deficiência



O gráfico inicial nos mostra que a maioria das pessoas que responderam o questionário não tem nenhuma relação ou muito pouca relação com questões acerca da pessoa com deficiência nessas áreas, pois 60 entrevistados afirmaram não ter relação profissional com pessoas com deficiência.

No tocante à questão seguinte, “Com qual frequência você acompanha atividades de lazer e/ou esportivas para pessoas com deficiência?”, os resultados apontados seguem no gráfico abaixo.

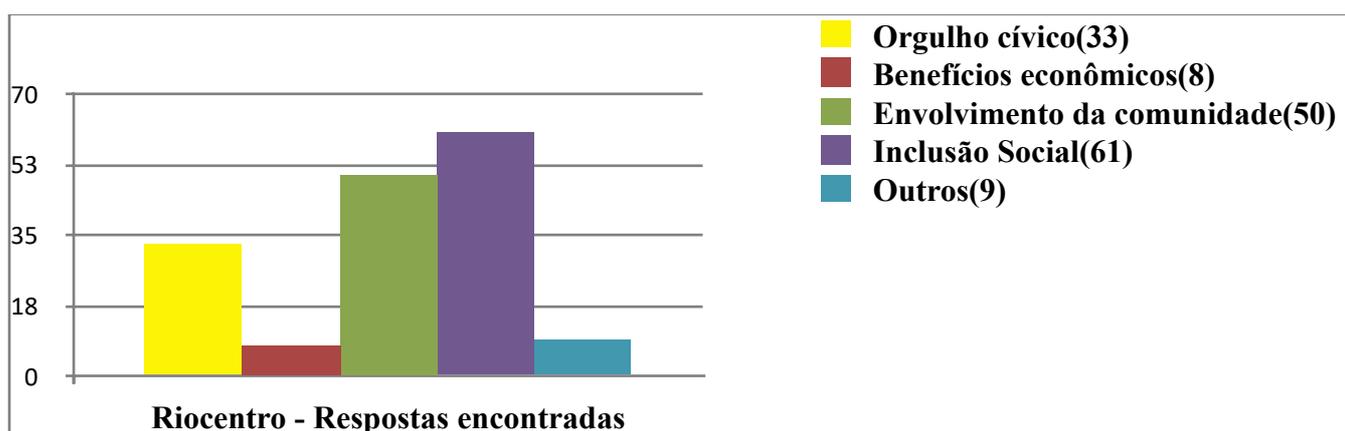
Gráfico 2 – Acompanha atividades de esporte e lazer para pessoa com deficiência



Temos como resultado, somando as respostas “pouco” “muito pouco” e “nunca”, um total de 72 pessoas que afirmaram ter baixo contato com atividades que envolvam pessoas com deficiência, ou seja, confirmando a baixa relação do grupo pesquisado com assuntos relacionados à pessoa com deficiência.

Na questão “Quais os impactos sociais positivos dos Jogos Paralímpicos de 2016 e dos megaeventos esportivos no Brasil?”, as respostas obtidas foram:

Gráfico 3 – Impactos sociais positivos



O impacto social positivo mais citado pelas pessoas foi a “inclusão social”, com 61 respostas no total, ou seja, fica evidente entre as pessoas que não possuem algum tipo de deficiência que é possível, a partir de um megaevento como esse, promover uma maior conscientização da população do país sede para melhor a aceitação e inclusão da pessoa com deficiência em sua própria sociedade.

Assim, cabe ao poder público em todas as suas esferas, federal, estadual e municipal, fomentar políticas públicas que facilitem a inclusão social de pessoas com deficiência e permitam, por meio de projetos mais inclusivos, que esse grupo da população tenha acesso a novas práticas de esporte e lazer. Podem ser ofertadas atividades que incluam todos os grupos da população, de modo a facilitar o acesso de pessoas com deficiência às vivências esportivas e no âmbito do lazer, reconhecendo a importância do esporte como veículo cultural para a inclusão social. De acordo com Marques (2016, p. 89), “o esporte assume papel importante como uma das possíveis formas de educar e influencia sobre a criação e transformação de paradigmas”.

Outro aspecto muito citado como fator social positivo a partir dessa questão foi o “envolvimento da comunidade” com 50 respostas do total. Isso de-

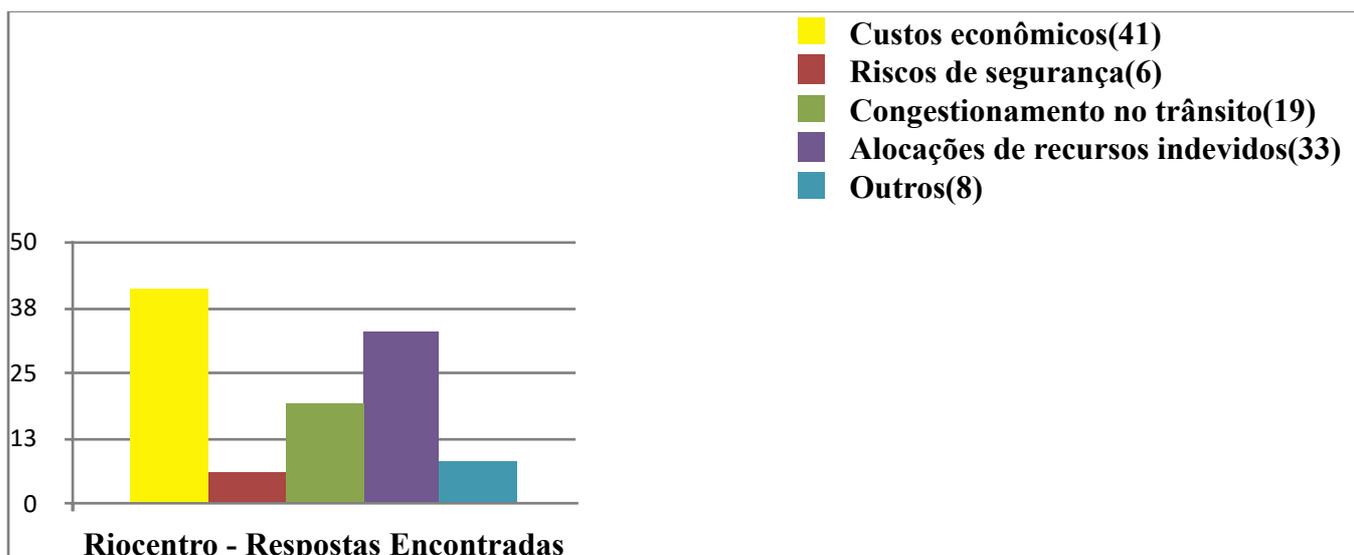
monstra que a população deseja uma participação mais ativa em megaeventos esportivos que englobam a pessoa com deficiência, confirmando a ideia de que se houver adaptações e ajustes dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer na cidade, a partir da infraestrutura criada nas Paralímpiadas, é possível receber melhor as pessoas com deficiência.

Contrastando com o cenário que o país atravessava em 2016, o terceiro aspecto mais citado como impacto social positivo foi “orgulho cívico”, com 33 respostas do total, que entendemos ser uma resposta positiva da população diante das construções, do desempenho dos atletas com deficiência e todo o ambiente que tais jogos trazem à população sede. O aspecto menos citado, com 8 respostas do total, foi “benefícios econômicos”, sugerindo que a sociedade não consegue vislumbrar ganhos financeiros para a cidade sede em detrimento do alto custo das instalações e arenas construídas para esses jogos.

Contudo, toda a propaganda e divulgação midiática exercida sobre os megaeventos esportivos, exposições televisivas, comercialização de produtos, aparecimento na internet, no rádio, enfim, nesse variado mercado, os países sede acabam repercutindo sua imagem mundialmente, e esse ambiente criado pelas mídias nos Jogos Paralímpicos pode gerar mais acesso à divulgação das causas relacionadas à pessoa com deficiência, suas necessidades e características, suas capacidades e possibilidades como atleta de alto rendimento, e ainda, como se desenvolvem as modalidades, trazendo um maior incentivo às práticas esportivas, resultando em legado cultural.

Em contrapartida aos impactos positivos, na questão “Quais os impactos sociais negativos dos Jogos Paralímpicos de 2016 e dos megaeventos o Brasil?”, as respostas foram:

Gráfico 4 – Impactos sociais negativos



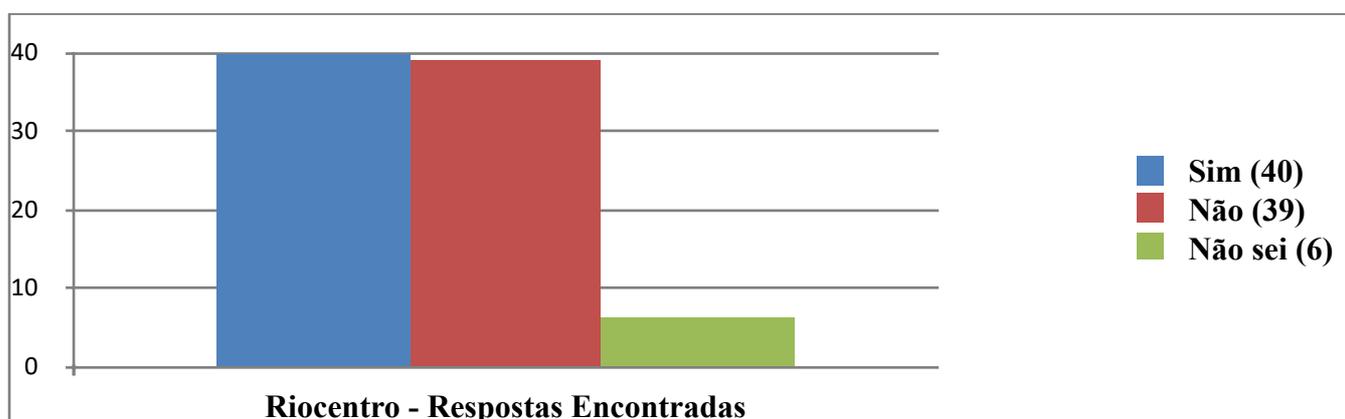
Os aspectos mais citados foram “custos econômicos”, com 41 respostas, seguido por “utilização de recursos indevidos”, com 33 respostas. Tais aspectos vão ao encontro da pesquisa bibliográfica, pois Heere et al. (2013) já se referiram aos altos investimentos nos megaeventos esportivos, sendo que o retorno econômico pode não se concretizar. Visto que o Brasil possui diversos outros problemas como saúde, educação e moradia, e ainda, falta de confiança da população em seus governantes, sendo justo que haja tal preocupação por parte das pessoas ao tratarmos de recursos financeiros, sendo este um aspecto que poderia dificultar o legado positivo deixado pelos Jogos do Rio de Janeiro de 2016.

Diferente do resultado obtido no Reino Unido, o aspecto “congestionamento de trânsito” apareceu em terceiro lugar, com 19 respostas do total. Entendemos que, como uma parte dos pesquisados declararam ser moradores da cidade do Rio de Janeiro, possivelmente entenderam como aspecto negativo as ruas e avenidas interditadas durante o evento, colocando ainda mais em evidência a dificuldade do tráfego da cidade. Por outro lado, esse aspecto pode ser um possível legado positivo se as medidas implementadas durante os megaeventos, tais

como corredores exclusivos para ônibus, respeito às sinalizações de trânsito, forem mantidas mesmo com o fim dos Jogos.

Desse modo, ao observamos as respostas obtidas para a questão “O governo deve ser o principal responsável pela alocação de recursos (custos) dos megaeventos esportivos o Brasil?”.

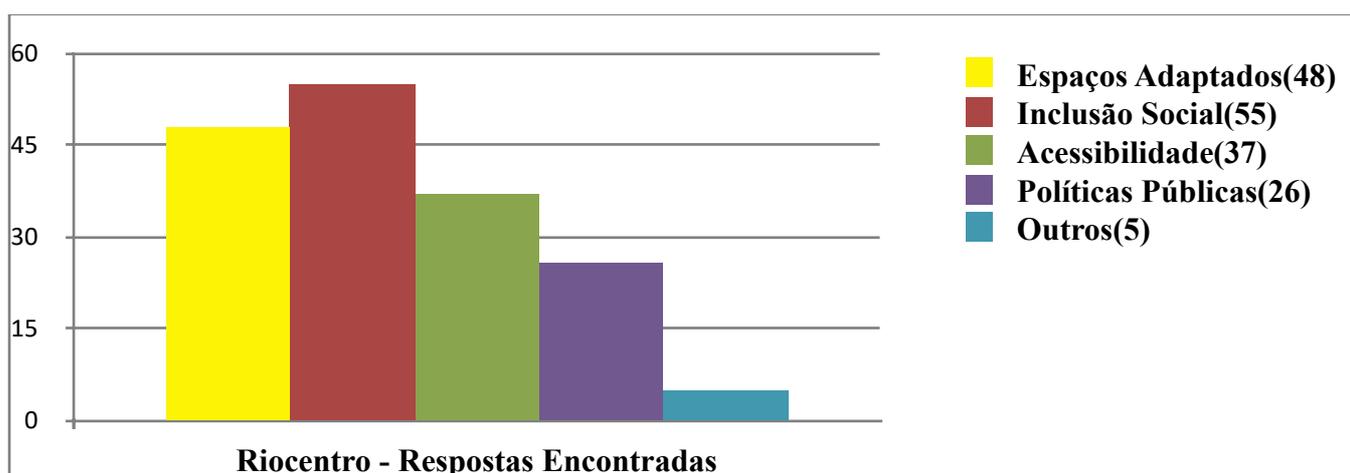
Gráfico 5 – Governo como principal financiador



Fica evidente a dúvida que a população demonstra em relação à política governamental brasileira. Obtivemos 40 respostas para “Sim” e 39 respostas para “Não”, confirmando a necessidade de se entender melhor as possibilidades de impactos positivos e negativos que tais eventos podem trazer para a sociedade que os sedia.

Para tratarmos do legado que os Jogos Paralímpicos podem ter deixado ao Brasil, utilizamos a questão “Quais legados serão deixados pelos Jogos Paralímpicos de 2016?”.

Gráfico 6 – Legados dos Jogos Paralímpicos 2016



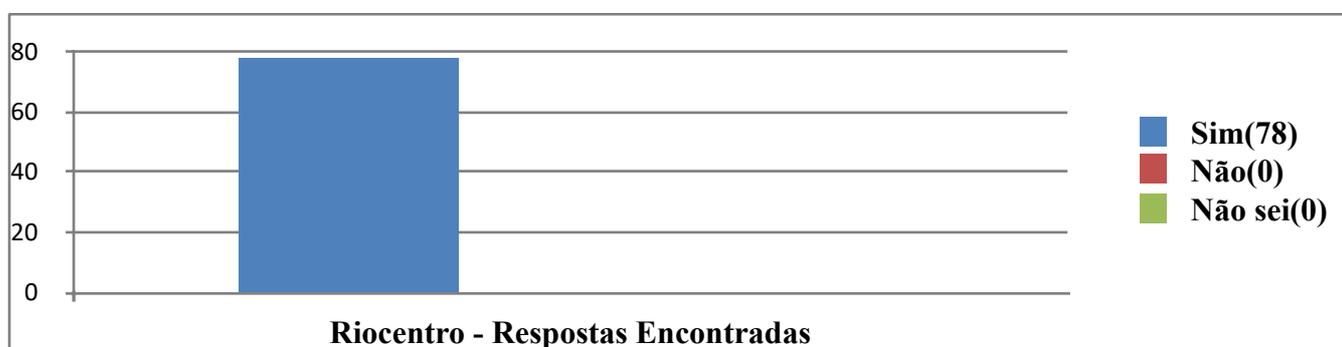
Entre as respostas, a mais citada, com 55 respostas, foi “inclusão social das pessoas com deficiência”, os respondentes deixaram claro o anseio para a mudança dos valores e conceitos que envolvem a pessoa com deficiência e sua participação social. Tal resposta pode ser mais um incentivo para o fomento de políticas públicas mais abrangentes que possibilitem a participação e a prática esportiva dessa parcela da população, resultando em uma maior educação inclusiva e aumento dos benefícios sociais para toda a sociedade. Outras respostas na sequência foram: “Espaços Adaptados”, com 48 respostas, e “Acessibilidade”, com 37 respostas, confirmando que entre o grupo pesquisado a principal percepção que as pessoas têm em relação ao pós- Jogos é a possibilidade de incluir pessoas com deficiência em atividades físicas, melhorando esses três pontos levantados em nossa pesquisa. Isso corrobora o que é encontrado na literatura, pois Graeff, Bretherton e Piggitt (2016) afirmam que megaeventos esportivos como os Jogos Paralímpicos podem servir como catalisadores e incentivadores à prática de atividade física.

Assim, o legado paralímpico deve estar focado na inclusão de todas as pessoas em nossa sociedade, possibilitando e permitindo o acesso na maior di-

versificação das áreas esportivas e de lazer para que possa receber uma grande diversidade da população, em nosso caso específico, as pessoas com algum tipo de deficiência, compreendendo todos os conceitos e valores evidentes durante a realização dos jogos.

As respostas obtidas na questão “A vida melhora por meio das políticas públicas inclusivas de esporte e lazer?” foram:

Gráfico 7 – A Vida melhora com políticas públicas inclusivas



Ao apresentarmos que 78 responderam “sim” e 7 deixaram em branco essa resposta, confirmamos o que Heere et al. (2013) já haviam mencionado como uma possibilidade de eventos dessa grandeza, se bem aproveitados, proporcionarem benefícios sociais significativos e oportunidades esportivas para a população brasileira, podendo ser um (re)início para se estabelecer novas políticas públicas que incluam as pessoas com deficiência como parte integrante de espaços de lazer e praças esportivas, adaptando e transformando esses locais com a infraestrutura necessária para diversificar o público que frequenta e pratica atividades sociais dessa natureza.

Assim como mencionado, a maioria das pessoas que responderam os questionários, portanto, torcedores que acompanharam os Jogos Paralímpicos, ou seja, um público com interesse nas questões que envolvam pessoas com defi-

ciência, apontaram que as políticas públicas (sociais) melhoram a vida dessas pessoas. Esse dado sugere outros estudos investigativos que debatam a questão de modo a indicar possíveis ações a serem realizadas no sentido de minimizar os impactos sociais negativos os megaeventos esportivos no Brasil e ampliar os impactos positivos. Contribui, assim, com melhores condições dos aspectos determinantes para se pensar a questão da qualidade de vida da população brasileira.

6 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS OBTIDOS NA ESCÓCIA

A análise dos dados quantitativos feita a partir de questionários preenchidos por frequentadores de espaços públicos de lazer na região de Glasgow (Escócia) se deu a partir do referencial bibliográfico obtido durante o período de estágio de doutorado no exterior.

A interpretação dos resultados obtidos na Escócia teve como um dos eixos o levantamento e aprofundamento teórico no campo da gestão de eventos esportivos, em especial os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres em 2012 e também os Commonwealth Games em Glasgow 2014, para que pudessem ser subsídios para auxiliar a construção de políticas públicas de esporte e lazer para a população em geral, e, em particular, para a parcela da população com deficiência.

Assim, a coleta de dados quantitativos, tendo como foco os frequentadores de parques públicos de Glasgow/Escócia, teve como principal objetivo identificar e analisar como essas pessoas avaliam os impactos sociais dos Jogos Paralímpicos de 2012 que ocorreram no Reino Unido, e ainda, os Commonwealth Games de 2014, que teve como sede a cidade de Glasgow. Os questionários fo-

ram entregues a homens e mulheres, e foram aproveitadas todas as respostas de pessoas com idade superior a 18 anos.

Nessa etapa da pesquisa, fizemos contato com pessoas que estavam utilizando esses locais para que preenchessem um questionário. Os questionários foram distribuídos durante o dia e de acordo com as possibilidades de acesso aos locais determinados, visto que algumas ocorrências dificultaram o processo, como, por exemplo, condições climáticas desfavoráveis (neve e chuva) e diferenças culturais no uso desses locais pela população.

Contudo, a coleta desses dados nos deu uma dimensão de como um grupo de investigados do exterior compreende os impactos sociais de megaeventos esportivos, o que poderá trazer elementos para a discussão sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, assim como para a construção de políticas públicas para os próximos países a serem sede de megaeventos esportivos como esse.

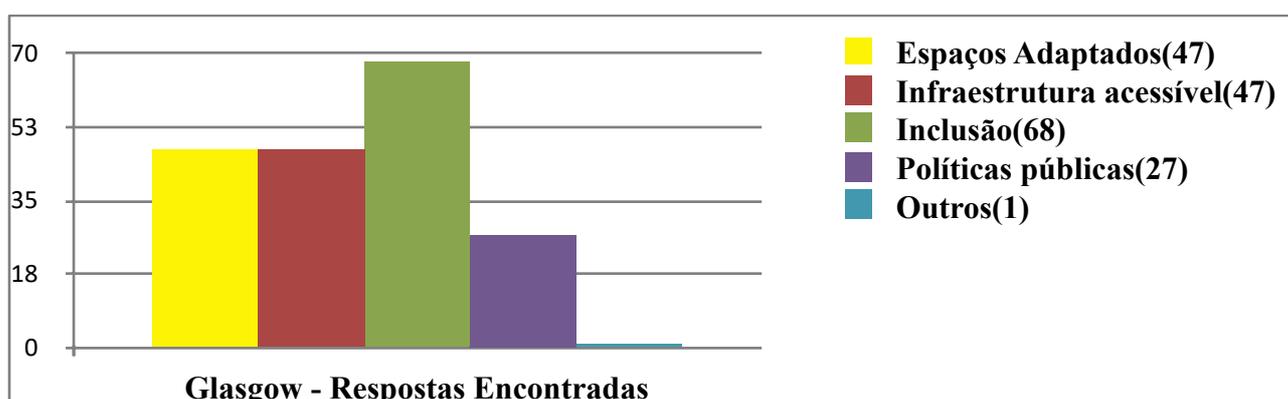
Com a centralização do nosso objeto de estudo nos impactos sociais de megaeventos esportivos, como os Jogos Paralímpicos, e suas relações com as políticas públicas de esporte e lazer, utilizamos uma metodologia que combina investigações qualitativas e quantitativas. Para a preparação do questionário em inglês, tomamos como base o mesmo questionário aplicado durante os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro de 2016, com base nos estudos de Heere et al. (2013), tendo algumas adaptações de acordo com as características da linguagem local.

Assim, para a análise quantitativa das respostas obtidas, utilizamos Heere et al. (2013), já citados anteriormente, que já haviam testado tal método de pesquisa quantitativa, elaborando o questionário de forma que os participantes

pudessem escolher uma ou mais alternativas. Assim, consideramos como apoio a fundamentação teórica obtida durante a etapa anterior do nosso projeto.

Portanto, baseados nas respostas coletadas a partir do questionário, mas especificamente na questão “What do you think are the main legacies (long-term impacts) of the 2012 London Paralympic Games and/or 2014 Glasgow Commonwealth Games to people with disability?” (“Quais são os principais legados dos Jogos Paralímpicos de Londres 2012 ou dos Jogos Commonwealth de Glasgow 2014?”).

Gráfico 8 – Legados dos Jogos Paralímpicos 2012 e Commonwealth Games 2014



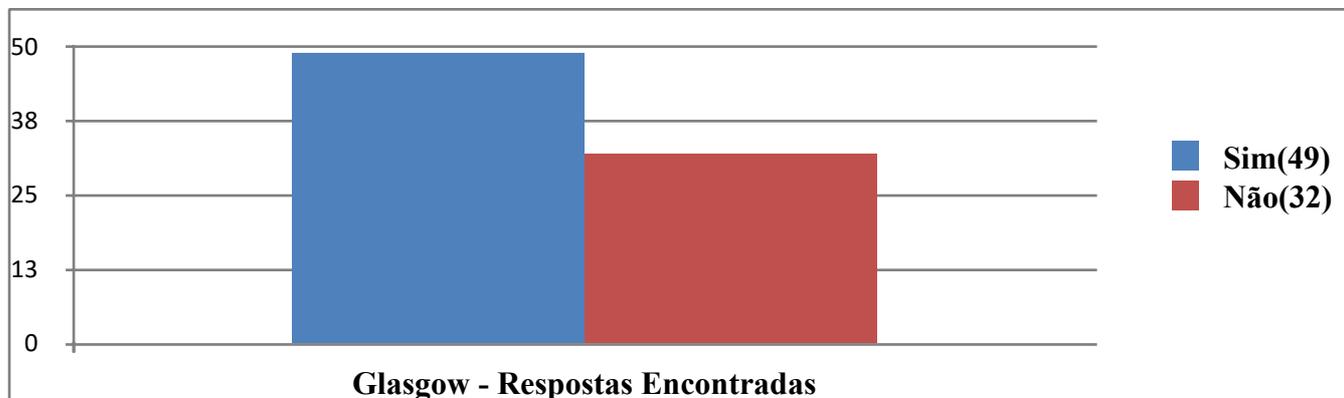
Entendemos como resultado, com base nas referências bibliográficas pesquisadas, que a população em geral concorda que um megaevento esportivo pode modificar os valores e conceitos da sociedade sobre as pessoas com deficiência, tratando o evento como um catalisador de políticas mais inclusivas e mudanças de atitude perante pessoas com algum tipo de impedimento ou deficiência, pois nessa questão a resposta “Inclusão de pessoas com deficiência” aparece em 83% dos questionários preenchidos.

O ponto encontrado na pesquisa bibliográfica, que assinala como principal legado a mudança de atitude perante a pessoa com deficiência, ficou evi-

dente na análise das respostas dos questionários, visto que a maioria coloca como principal legado a inclusão da pessoa com deficiência e como principal impacto dos megaeventos esportivos a inclusão social.

Na questão “Are you aware of the UK and Scottish Governments approaches and agendas to equality and inclusion?” (“Você conhece as leis britânicas em relação inclusão da pessoa com deficiência?”), outro importante aspecto analisado, como mostra o gráfico abaixo, é o alto número de pessoas que não têm consciência sobre leis, agendas e políticas públicas relacionadas às pessoas com deficiência, que também pode ser considerado como uma necessidade britânica em modificar o pensamento e o conceito em relação às pessoas com deficiência.

Gráfico 9 – Conhece leis britânicas em relação à pessoa com deficiência

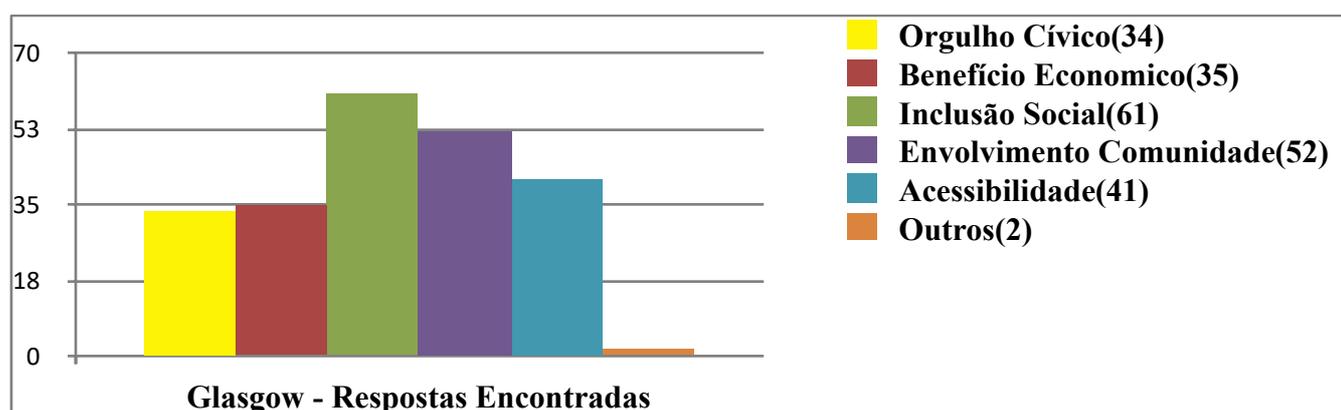


Ao analisarmos o resultado obtido, segundo o qual 42% das pessoas que responderam o questionário não têm conhecimento sobre questões que envolvem políticas públicas relacionadas às pessoas com deficiência, observamos uma certa incongruência com o encontrado na pesquisa bibliográfica, visto que ainda existe um número significativo das pessoas entrevistadas que não conhecem as leis relacionadas às pessoas com deficiência, apesar de essas questões

virem sendo discutidas com a sociedade britânica há muito tempo, podendo ser interpretado como uma dificuldade de implantar e/ou divulgar políticas públicas que envolvem essa parcela da população.

Com base nas respostas da questão “What do you think are the main positive social impacts of the 2012 London Paralympic Games or 2014 Glasgow Commonwealth Games?” (“Quais são os principais impactos sociais positivos dos Jogos Paralímpicos de Londres 2012 ou dos Jogos Commonwealth de Glasgow 2014?”) foi elaborado o gráfico a seguir.

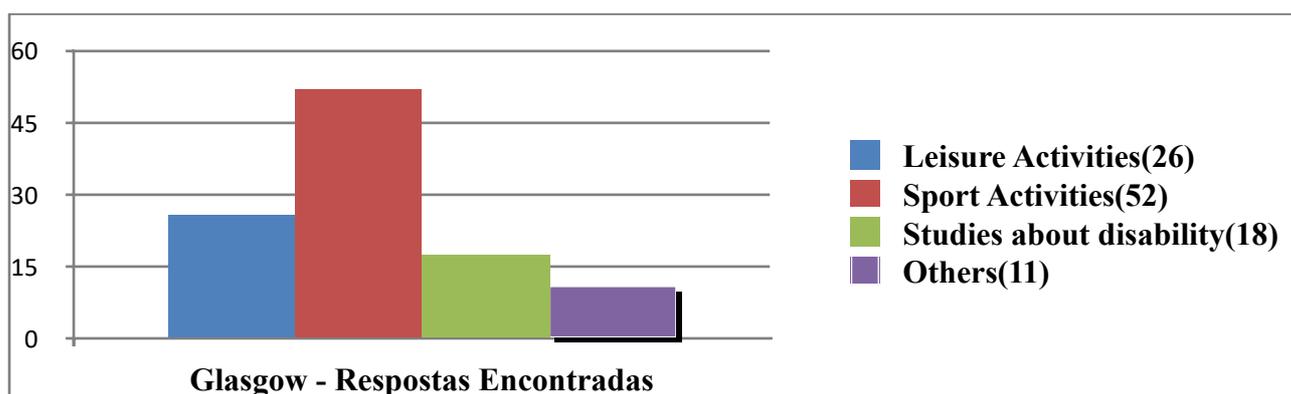
Gráfico 10 – Impactos sociais positivos



Como resultado, destacamos uma semelhança nos dados encontrados no questionário aplicado no Brasil, onde também se observa essa necessidade de maior divulgação das leis e políticas públicas acerca das pessoas com deficiência. Portanto, fica evidenciado que as pessoas em geral acreditam no poder catalisador que um megaevento esportivo tão grandioso como os Jogos Paralímpicos tem, podendo ser fomentador da maior conscientização e melhor aceitação e inclusão da pessoa com deficiência na sociedade.

As respostas encontradas na questão “What activities involving people with disability do/have you follow(ed) or do/have you watch(ed)?” (“Quais atividades para pessoas com deficiência você acompanha ou assiste?”) estão apresentadas no gráfico abaixo:

Gráfico 11 – Atividades envolvendo pessoas com deficiência que as pessoas acompanham



Assim, cabe ao poder público saber como utilizar o evento como uma fonte de conhecimento para o desenvolvimento de políticas inclusivas, facilitando a inserção dessa parcela da população em atividades esportivas, pois esta foi a maior indicação feita pelo grupo pesquisado no Reino Unido, seguida das atividades no âmbito do lazer e outras advindas da estrutura montada para ser sede de tais Jogos.

Ao entendermos que a população envolvida almeja e reconhece que megaeventos esportivos que incluem pessoas com deficiência pode ser uma ponte facilitadora para uma transformação social, ou seja, uma mudança no modo de encarar e absorver tal parcela da população, notadamente, fica mais evidente a necessidade dos governantes, em todos os âmbitos, desenvolverem e construir mecanismos que consolidem a inclusão social e garantam o aparecimento de oportunidades para as pessoas com deficiência.

Para confirmar isso, vemos que Scott (2014) mostra em seu artigo um dado levantado pós-jogos de Londres em 2012, revelando que os Jogos Paralímpicos lá realizados tornou mais positiva a visão de pessoas sem deficiência sobre o papel das pessoas com deficiência. Sob esse ponto de vista, podemos considerar que as políticas públicas, quando associadas a um megaevento esportivo de tamanha proporção, podem melhorar a compreensão de aspectos que cercam as pessoas com deficiência, pois muitas pessoas também afirmaram conhecer e estar conscientes das políticas britânicas ligadas à pessoa com deficiência.

Estabelecer os Jogos Paralímpicos como ponto de partida para novas ideias e projetos, e ainda, um recomeço para políticas já estabelecidas, pode ser importante no caso de pessoas com deficiência, pois no Brasil algumas ações nesse sentido têm sido tomadas, como, por exemplo, a Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Por isso, o uso do conhecimento e da experiência de construir locais, arenas e praças totalmente adaptadas e preparadas para receber pessoas com deficiência pode contribuir para o fortalecimento de leis previamente estabelecidas.

O segundo impacto social positivo mais mencionado na pesquisa foi o fortalecimento da comunidade, que também vai ao encontro da pesquisa de campo realizada no Rio de Janeiro. Isso nos remete a uma participação mais efetiva da sociedade em relação às pessoas com deficiência. No mesmo caminho que os brasileiros, a população britânica também percebe os megaeventos esportivos como um importante acontecimento que une as pessoas com e sem deficiência, facilitando a socialização e a participação popular durante o evento. Com isso, acreditamos que se bem aproveitados, os Jogos podem alavancar e contribuir para uma participação maior das pessoas em atividades esportivas pós-Jogos, transformando, adaptando e ajustando as áreas utilizadas para o evento, também

apresentando concordância com o referencial bibliográfico que nos mostra uma melhora significativa na participação das pessoas em atividades esportivas no Reino Unido pós-jogos de Londres e, em Glasgow, após o Commonwealth Games de 2014.

Tal ajuste também é um anseio popular britânico, pois o terceiro ponto levantado como impacto é a melhoria da acessibilidade. Tal fato nos surpreende, visto que as questões de acessibilidade de um modo geral em países desenvolvidos estão mais avançadas se comparadas ao Brasil.

De acordo com Rode et al. (2017), para uma cidade se tornar mais acessível, é preciso que os padrões de comportamento e mobilidade urbana sejam baseados nas proximidades entre origem e destino, ou seja, uma distância menor entre a concentração de residências e os locais de trabalho e serviços. Outro ponto de destaque dos autores para otimização da acessibilidade em países desenvolvidos é um ambiente mais favorável aos pedestres do que aos meios de transporte motorizados. Para isso, se faz necessário transporte público coletivo de qualidade, calçadas e vias públicas bem conservadas, apoio e fomento de utilização de transportes não motorizados, como, por exemplo, bicicletas. Assim, observamos in loco que a cidade de Glasgow (Escócia) possui essas características estruturais bem aprimoradas, e ainda, notamos a presença de muitas pessoas com algum tipo de deficiência em vários locais públicos durante nosso período de estágio no exterior.

Assim, de acordo com McPherson et al. (2017), para se alcançar uma mudança significativa de atitude em relação às pessoas com deficiência, foi fundamental a transformação urbana para um ambiente apropriado e que favoreça tais mudanças. Desse modo, esses autores mostram que a cidade de Glasgow, na Escócia, ao sediar os Commonwealth Games, em 2014, apesar de ter muitos

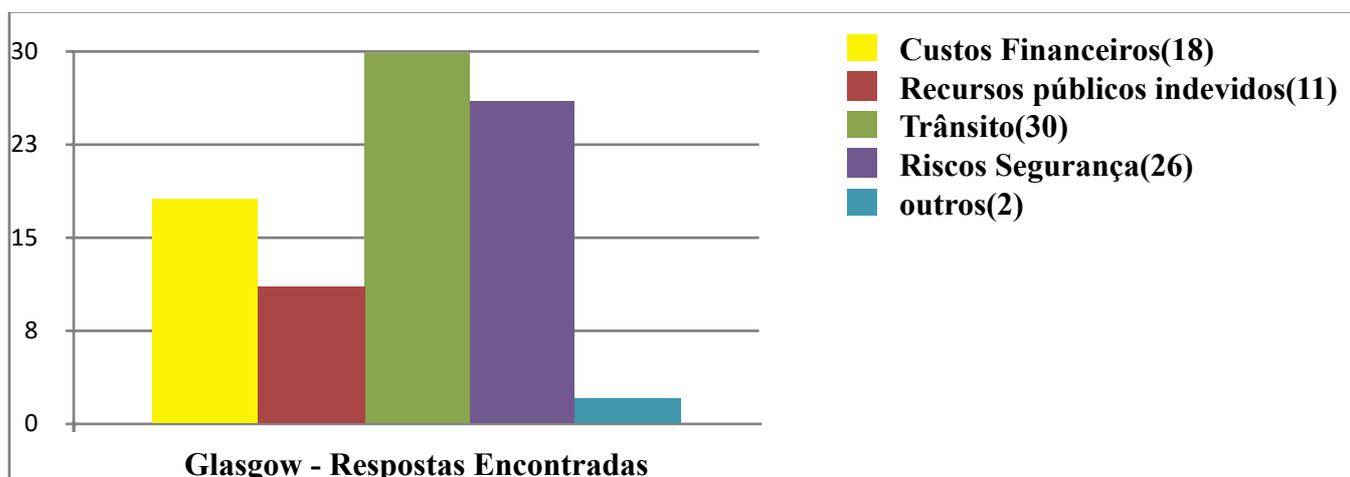
quesitos de acessibilidade implantados, planejou mudanças físicas não só nos locais de competição, mas na cidade como um todo, para facilitar o acesso de todos de forma igualitária.

Apesar de um certo número de pessoas sinalizarem o orgulho cívico como um legado importante desses megaeventos, apontamos esse fator como de menor importância para os cidadãos britânicos, sobretudo em comparação com as respostas obtidas no Brasil. Na coleta de 2016, além de estarmos questionando as pessoas durante a realização dos jogos, o que pode ter influenciado no aparecimento do espírito cívico mais aflorado, outro fator pode ter influenciado as respostas, o país estava enfrentando uma grave crise política, o que acaba por tirar a esperança dos cidadãos, trazendo à tona tal orgulho momentâneo.

No Reino Unido, a distância entre a coleta de dados e a realização dos jogos pode ter esfriado esse orgulho, e ainda, a própria história britânica de batalhas e guerras ao longo dos anos nos parece um motivo de orgulho mais forte e presente para seus cidadãos, pois notamos em nossa estada no país um grande número de museus, castelos, pontos turísticos, que retratam a história de guerras e da monarquia britânica.

Contudo, é importante observar as questões negativas que aparecem a cada realização dos Jogos Paralímpicos, todavia salientando que cada país, cidade-sede, tem suas peculiaridades e questões individuais. Como resposta para a questão “What are the negative social impacts came during the 2012 London Paralympic Games or 2014 Glasgow Commonwealth Games?” (“Quais são os principais impactos sociais negativos dos Jogos Paralímpicos de Londres 2012 ou dos Jogos Commonwealth de Glasgow 2014?”), os britânicos entrevistados acreditam que o principal impacto social negativo foi o trânsito intenso, aparecendo em 37% dos questionários.

Gráfico 12 – Impactos sociais negativos



Diferentemente da resposta brasileira, que coloca esse aspecto em terceiro lugar durante o evento, possivelmente devido ao fato de se ter um trânsito mais caótico e mais voltado aos veículos motorizados no cotidiano e amenizado durante a realização dos jogos através de medidas emergenciais, em Glasgow o trânsito foi o impacto negativo mais citado. Assim, nota-se que a facilidade de mobilidade urbana que os cidadãos de Glasgow e Londres têm em seu cotidiano, foi modificada com a realização dos Jogos, muito possivelmente pelo aumento do número de turistas durante o evento, lotando transportes públicos, aumentando o número de veículos de outras cidades e até de países próximos.

Em contrapartida, na mesma questão, os custos econômicos de tais jogos aparecem para os britânicos como ponto negativo em terceiro lugar, com apenas 22% dos questionários preenchidos com essa alternativa, muito devido à estabilidade econômica que o continente atravessa e à realidade financeira da população totalmente diferente da brasileira.

No que se refere aos custos econômicos, há uma diferença significativa entre a opinião encontrada nas referências bibliográficas que aponta para esse

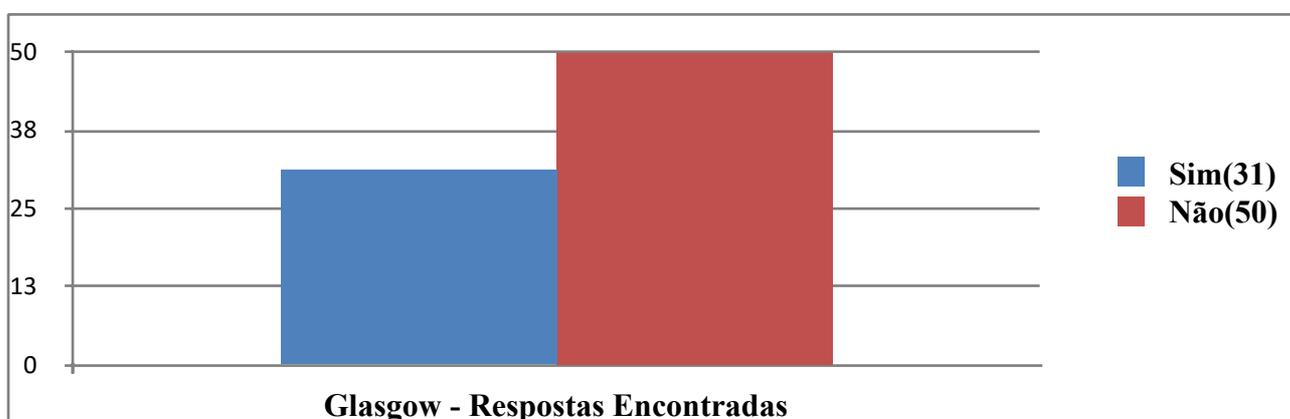
dado ao sediar um megaevento esportivo como aspecto fundamental para o sucesso do evento. De acordo com McGillivray, McPherson e Carnicelli (2015), nos últimos anos, o fortalecimento econômico por meio de Jogos de grande porte é fundamental, porém, nem sempre o resultado é positivo, ou seja, os custos econômicos para sediar uma olimpíada não garantem um retorno positivo para o país. Portanto, observamos uma preocupação diferente entre o pensamento acadêmico e o pensamento da população britânica que, de acordo com esse dado, pouco se preocupa com os custos financeiros de um megaevento tão oneroso como os Jogos Paralímpicos.

Conforme já mencionado, é importante analisar os aspectos negativos de um megaevento esportivo para que possamos aprender e melhorar a cada novo desafio, pois McGillivray, McPherson e Carnicelli (2015) enfatizam que o legado não surge automaticamente, é preciso planejamento e organização para ampliar os resultados positivos e os benefícios sociais que tais eventos podem trazer para a sociedade. Todavia, um resultado de nosso trabalho de campo chama a atenção, pois quase 25% das pessoas que responderam o questionário deixaram em branco ou não acreditam haver impactos negativos em sediar um megaevento esportivo. Esse dado pode representar e confirmar uma congruência nas informações apresentadas e divulgadas acerca dos megaeventos analisados, pois os estudos referentes ao tema já apontaram que há, sim, supervalorização dos legados positivos e erros de estimativa durante o processo de candidatura com objetivo evidente de vencer a concorrência e ter a possibilidade de sediar os eventos, pois, segundo Scott (2014), ocorreram mudanças significativas entre o plano de legados apresentados para a viabilização de Londres como sede e os resultados reais obtidos com a realização dos Jogos de 2012.

Com isso, trazemos novamente os estudos de Vico, Uvinha e Gustavo (2018), que citam como exemplo de impacto negativo a construção de novas estruturas que ocasionam o deslocamento da população local sem uma contrapartida adequada, aumento dos custos imobiliários na região das arenas esportivas, que dificulta a presença da população menos favorecida no local das competições, e ainda, transformações geográficas na cidade que podem prejudicar e transformar a mobilidade urbana da área, além do alto custo das instalações após a finalização dos jogos.

Na questão “Have you followed/watched the 2016 Paralympic Games in Rio de Janeiro?” (“Você acompanhou os Jogos Paralímpicos de 2016 no Rio de Janeiro?”), encontramos um aspecto importante para corroborar as adaptações feitas no questionário a fim de trazer a coleta de dados para a realidade britânica, pois o baixo número de pessoas que assistiram os Jogos do Rio de Janeiro pela TV, apenas 38% dos questionários trouxeram resposta positiva em relação à assistência, foi mais acentuado pelo fato de nenhuma pessoa ter viajado ao Rio de Janeiro para assistir aos jogos in loco.

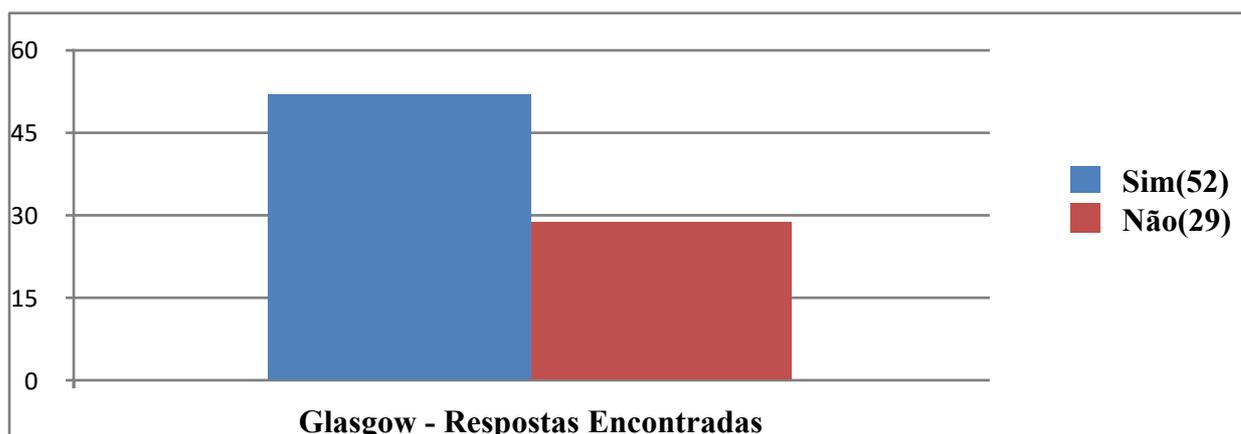
Gráfico 13 – Assistiu Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016



A partir desse dado, observamos que a transmissão dos Jogos de 2016 pode não ter alcançado as expectativas no Reino Unido, pois, como vimos nas nossas referências bibliográficas, Marques (2016), Misener et al. (2016) e Marques et al. (2009) acreditam que a divulgação e assistência de megaeventos pelas mídias são fatores importantes para tal mudança social. O papel da imprensa e todo o suporte midiático durante as Paralímpiadas são de extrema importância para mostrar que a pessoa com deficiência pode ocupar espaço na sociedade e ser vista de forma mais positiva.

Na questão “Do you have any experience in dealing or engaging with people with disability” (“Você tem alguma experiência ou relação com pessoas com deficiência?”), o gráfico nos mostra que a maioria das pessoas que responderam o questionário, frequentadores dos parques e áreas públicas da cidade de Glasgow, tem alguma relação com pessoas com deficiência, visto que 65% afirmaram ter alguma experiência ou engajamento com pessoas com deficiência.

Gráfico 14 – Experiência ou proximidade com pessoa com deficiência



A partir desse dado, podemos entender que essa parcela da população já possui certa ocupação na sociedade, mais precisamente nas atividades esportivas, visto que o número de pessoas que afirmam participar ou ter assistido ativi-

dades esportivas para pessoas com deficiência foi o mesmo. É importante ressaltar que as pessoas que responderam o questionário não apresentavam deficiência aparente e a maioria não foi abordada em um contexto específico que tratasse de assuntos sobre deficiência.

Portanto, tal dado já nos mostra uma maior eficiência e possível legado deixado pela realização dos Jogos Paralímpicos 2012 e também dos Commonwealth Games 2014, pois esses eventos já foram realizados há algum tempo podem ter contribuído para essa maior inserção das pessoas com deficiência em atividades esportivas. Sendo assim, é importante salientar que existe uma distância temporal entre a coleta de dados dessa pesquisa feita em 2017/2018 e a realização dos megaeventos mencionados; um ocorrido em Londres em 2012, distante mais de 500 quilômetros da cidade de Glasgow; e outro, Commonwealth Games, em 2014, na mesma região da coleta de dados da pesquisa.

Com isso, podemos partir do pressuposto de que os impactos sociais, resultados mais facilmente percebidos no curto prazo, podem ter se consolidado e/ou se perdido ao longo do tempo, evidenciando que os legados, ou seja, resultados percebidos a longo prazo, estejam mais presentes no pensamento da sociedade britânica, especificamente na cidade de Glasgow (Escócia), onde foi realizada nossa coleta de dados.

Assim, temos como principal legado para os britânicos a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e a necessidade de se ter espaços acessíveis a essa parcela da população, ou seja, os megaeventos esportivos no Reino Unido serviram como um catalisador para mudar a relação entre as pessoas com e sem deficiência, melhorando as atitudes perante as dificuldades que a deficiência pode acarretar para o indivíduo. Apesar de a realidade britânica parecer mais inclusiva que a brasileira, as respostas também apontam para a necessidade dos

britânicos de buscar mais informações e ao mesmo tempo terem maior engajamento social em relação à inclusão da pessoa com deficiência.

7 OS SIGNIFICADOS DOS JOGOS PARALÍMPICOS PARA PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS COM A DEFICIÊNCIA

Neste capítulo, apresentamos as entrevistas semiestruturadas feitas com profissionais que atendem pessoas com deficiência na cidade de Piracicaba – SP, as análises dos dados coletados e a interpretação dos resultados a partir das referências bibliográficas do trabalho. Segue um quadro de apresentação dos entrevistados:

Quadro 1 – Entrevistados

	Gênero	Idade	Tempo experiência
Entrevistado 1	Feminino	44 anos	20 anos
Entrevistado 2	Feminino	41 anos	15 anos
Entrevistado 3	Feminino	32 anos	11 anos
Entrevistado 4	Masculino	48 anos	24 anos
Entrevistado 5	Masculino	39 anos	9 anos
Entrevistado 6	Masculino	51 anos	23 anos

7.1 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

A seguir, analisamos as falas registradas nas entrevistas com profissionais que trabalham com pessoas com deficiência em instituições a partir do referencial teórico já apresentado para compreender os significados e as

possibilidades que os Jogos Paralímpicos podem trazer para a população com deficiência em geral.

Desse modo, na primeira pergunta sobre experiência em eventos esportivos relacionados à pessoa com deficiência, constatamos que todos os entrevistados trabalham na área há um bom tempo e parecem atuar como defensores da causa, demonstrando uma relação bem próxima com as questões que envolvem a pessoa com deficiência. Assim, todos os entrevistados responderam já ter participado de algum tipo de evento esportivo envolvendo pessoas com deficiência.

Contudo, apenas um dos entrevistados menciona sua participação como técnico esportivo durante megaeventos esportivos internacionais, dizendo: *“participei das Paralimpíadas Escolares, Special Olympics em Porto Rico, Los Angeles e Grécia, fui competir na China”* (Entrevistado 4). Este afirma que a participação em eventos dessa magnitude trouxe muita experiência para o seu trabalho com as pessoas com deficiência.

Outro fator a destacar é que, dentre os entrevistados, 3 deles (1, 4 e 6) disseram trabalhar com as 4 deficiências clássicas juntas: intelectual, auditiva, visual e física, enquanto que outros 3 entrevistados trabalham com apenas 1 deficiência específica: entrevistados 2 e 3 com deficiência visual e entrevistado 5 com deficiência física.

A partir das respostas entendemos que, para os 6 profissionais que atuam com essa população, tivemos dois grupos de significados atribuídos aos Jogos Paralímpicos em 2016: a possibilidade de a sociedade ter um contato mais próximo com as questões que envolvem a deficiência, ou seja, os Jogos puderam mostrar ao grande público que existem diferentes tipos de deficiência e algumas de suas características, conforme os entrevistados 3 e 6: *“Foi muito legal porque*

abrange mais as deficiências, não só uma, síndrome de Down ou cadeirante, que é mais conhecido no Brasil. Então, teve uma gama de outras deficiências para as pessoas conhecerem e também o potencial deles [...]” (Entrevistado 3).

Além disso, mostrou para as próprias pessoas com deficiência que elas são capazes de estar inseridas na sociedade a partir de suas capacidades, tendo o esporte como um meio para (re)inserção social, de acordo com entrevistados 1, 2, 4 e 5: *“Eu acho que os jogos é uma conquista porque é uma oportunidade que a pessoa com deficiência tem de mostrar, de uma forma vamos pensar mais chamativa, que eles são capazes de fazer. Por eles estarem lá, já quebrou a barreira de eles aceitarem a deficiência, e aí eles vão mostrar pro resto do mundo que eles são capazes e mesmo com a limitação eles vão fazer igual aos que são considerados normais” (Entrevistado 2).*

Desse modo, conforme Souza e Junior (2010) destacam, não basta oferecer apenas locais adaptados ou próximos ao referido público, mas, sim, construir uma cultura de acesso, permitindo aos agentes envolvidos uma melhor percepção sobre o esporte adaptado, para que saibam desfrutar, consumir, apreciar, essas práticas esportivas, utilizando-as com maior reflexão, com maior mobilização, para que sejam mais inclusivas.

As respostas encontradas para a questão dos significados de sediar megaeventos esportivos no Brasil convergem com o argumento destacado em nosso referencial teórico, demonstrando que é necessário entender todo o processo que envolve as práticas esportivas e no âmbito do lazer com o foco na pessoa com deficiência, e, ainda, quebrando estigmas e maximizando informações que possam contribuir e facilitar a participação social e a melhoria da qualidade de vida para essa parcela da população.

Em todas as respostas encontramos dados que caracterizam como impacto positivo a visibilidade, a oportunidade de conhecer sobre deficiência, ou seja, o poder que megaeventos esportivos como os Jogos Paralímpicos tiveram de mostrar ao público em geral as capacidades que a pessoa com deficiência possui, suas características e tudo que cerca esse grupo de pessoas, na tentativa de mudar os conceitos estabelecidos sobre a deficiência. É o que podemos constatar na fala do entrevistado 6: *“o lado bom dos jogos é a visibilidade pro esporte para a Pessoa com deficiência. Mesmo estando em 2018, o preconceito impera, o preconceito de que a Pessoa com deficiência é coitadinho, ele não pode. Aos poucos isso está mudando, mas (JP) traz visibilidade, traz oportunidade de se discutir essa questão de deficiência e com a capacidade da pessoa com deficiência de ir além de si mesmo”*.

Observando os estudos de Preuss (2008), que explica impacto como sendo os efeitos percebidos durante a realização do evento e no curto prazo, notamos que para o profissional que trabalha com a pessoa com deficiência o principal impacto positivo dos Jogos Paralímpicos de 2016, de certa forma, é muito próximo ao significado que um megaevento como este tem para esse grupo específico.

Por isso também lembramos que o mesmo autor conecta um megaevento a fatores locais, considerando fatores históricos do país que sedia os Jogos, indo ao encontro das falas dos Entrevistados 4 e 5, que tratam como positivo a acessibilidade e a estrutura física montada para receber as pessoas com deficiência de outros países, tanto atletas como espectadores.

Isso posto, podemos utilizar o conhecimento trazido para a montagem das arenas e todo o seu entorno para disseminar tais conhecimentos a outras partes do país, buscando uma resposta mais efetiva para os problemas estruturais

que enfrentamos nas questões de adaptação e acesso do público com algum tipo de impedimento a locais e praças de esporte e atividades do contexto do lazer.

Outro impacto positivo constatado em duas respostas, dos entrevistados 2 e 6, é o incentivo que os Jogos Paralímpicos criaram nas próprias pessoas com deficiência que tiveram contato com os esportes, com atletas profissionais, conforme o entrevistado 2: *“a pessoa com deficiência, primeiro momento dela só de superar a deficiência dela já é um grande ponto positivo, aí ela vai tentar se reerguer como pessoa, se estabilizar novamente e voltar a ter autoestima. Têm pessoas que demora dias e têm pessoas que demora anos, eu falo na capacidade justamente disso, pra ela se preparar, para ela se apegar no esporte, tanto emocionalmente tanto fisicamente, ela tem que tá muito bem preparada pra isso, aí a gente sabe que qualquer esporte é uma profissão, então ela vai ter que ter compromisso, responsabilidade, então acho que é isso, a pessoa voltar a se sentir útil novamente”*.

A partir disso, poderiam criar novas expectativas e objetivos, inclusive procurando instituições que promovam a participação em atividades esportivas e no âmbito do lazer, mas para isso ser realizado de fato, teria de haver projetos concretos de esporte e lazer para acesso da população. Para isso, retomamos Marcellino (2008), que salienta a necessidade não da simples associação do lazer com experiências individuais, não reduzindo o conceito ou limitando os conteúdos, mas sim considerando a importância de que as políticas públicas consigam criar projetos de maneira mais abrangente e diversificada, com embasamento teórico que sustente de maneira adequada os conceitos e o entendimento do lazer.

Como impactos negativos, as entrevistas mostram alguns pontos congruentes ao encontrado na literatura. Os altos custos de sediar um megaevento sem a garantia de que o retorno aconteceria foi mencionado, a dificuldade de mo-

bilidade urbana das pessoas com deficiência por falta de locais acessíveis, a falta de investimento do dinheiro público para determinadas instituições que fomentam o esporte de participação, a pouca divulgação do evento na televisão quando comparado aos Jogos Olímpicos, e, até, uma ponderação negativa sobre como o esporte de alto rendimento pode ser considerado pouco inclusivo se olharmos por outra perspectiva. Isso fica evidenciado na resposta do entrevistado 3, que salienta como um problema a falta de acessibilidade, afirmando que a *“acessibilidade deveria ser até na calçada, por exemplo, calçadas todas tortas, se uma pessoa que não tem deficiência não consegue andar, imagine uma pessoa com deficiência. Desde o início era começar nas calçadas e depois nos eventos também para as pessoas frequentarem mais. Por exemplo, eu não vou porque não tem audio-descrição no caso de deficiência visual, eu não vou porque é difícil chegar até lá. Não tem rampa, não tem isso, não tem aquilo. Não tem cadeira especial ou espaço. A acessibilidade tá muito longe de acontecer”*. Aqui, vale lembrar que o poder público deve ser um agente que impulse atividades e práticas no âmbito do lazer, garantindo espaços adequados, condições e possibilidades favoráveis a todos os grupos da população de forma mais igualitária, facilitando a participação e o desenvolvimento de todos os conteúdos de lazer de forma mais inclusiva, ou seja, inserindo a pessoa com deficiência.

Todos esses pontos negativos levantados pelos profissionais são encontrados na literatura como sendo pontos de atenção para que se fortaleçam e se maximizem os resultados positivos. A partir desses pontos, é possível melhorar o caminho que as políticas públicas devem tomar, pois, conforme já mencionamos anteriormente, o esporte pode, sim, ter um papel importante para a aquisição e confirmação de novos valores sociais e conceitos transformadores em nossa sociedade. Souza e Junior (2010, p. 252) acreditam que

O esporte, de fato, tem seu papel mobilizador nesse sentido recordado desde que associado a uma política de re-educação que não necessariamente está vinculada somente ao esporte escolar, mas ao esporte de uma forma geral e em seu caráter polissêmico de patrimônio cultural da humanidade.

Contudo, não podemos nos submeter apenas aos legados esportivos deixados por um megaevento esportivo, é preciso, como dizem Souza e Junior (2010), ter uma abordagem mais reflexiva para executar e divulgar os resultados vinculados às desigualdades sociais, programar de forma metódica e sistemática políticas mais inclusivas e eficazes, e ainda, estar atento e saber mensurar o real legado social e toda a capacidade de legado em outras esferas, tais como a econômica, para que o movimento gerado pelo fato de sediar megaeventos dessa natureza saia do sonho e se concretize em alterações sociais reais.

De acordo com nossos estudos, que mostram a capacidade de megaeventos esportivos, em especial os Paradesportivos, funcionarem como um grande incentivo para a inclusão social e mudança atitudinal da sociedade perante as pessoas com deficiência, pode-se considerar esse ponto um dos principais legados dos Jogos Paralímpicos de 2016, de acordo com nossas entrevistas.

Apesar de sabermos da ligação muito próxima entre esporte e lazer, conforme Marcellino (2008), é importante tornar público e difundir os outros conteúdos do lazer, além do físico-esportivo. É preciso compreender o lazer a partir de todas as suas possibilidades e perspectivas, observando a diversidade cultural, os valores sociais e mudanças na sociedade, pois, assim como diz Isayama (2007), ao fomentarmos o lazer de forma mais abrangente, utilizando exemplos advindos dos Jogos Paralímpicos, podemos contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas, transformar suas atitudes e relações em sociedade.

É possível observar isso na resposta do entrevistado 6 quando diz que, *“nos Jogos do Rio, ele tava lá na piscina ou competindo e a família dele estava ali*

perto dele na arquibancada, assistindo, torcendo, gritando. Isso conta, essa aproximação da família perto da competição é algo positivo, pois essa memória positiva ficará para sempre, pois o olhar da família para aquele atleta, a dinâmica familiar para aquele atleta, além do pai e da mãe, às vezes primos, sobrinhos distantes, eles têm a visão transformada”.

Um megaevento esportivo para pessoas com deficiência pode causar uma mudança significativa na dinâmica familiar do atleta que participa de eventos esportivos, refletindo no modo como esses familiares olham para a pessoa com deficiência, levando um novo conceito e uma nova atitude para outras áreas de seu dia a dia, como a escolar e a profissional, por exemplo. Esse mesmo entrevistado 6 menciona a importância de sediar os Jogos Paralímpicos, já que minimiza os problemas com relação às diferenças sociais. Isso porque os indivíduos com e sem deficiência podem ser colocados em situação de igualdade com relação a oportunidades no meio onde vivem.

Portanto, aqui identificamos como principal legado deixado pelos Jogos no Brasil, segundo os entrevistados, a possibilidade de mudança atitudinal em relação à pessoa com deficiência, ou seja, um pensamento mais igualitário, uma percepção melhor sobre as capacidades das pessoas com deficiência e seu potencial, são fatores que podem ser consolidados por um megaevento esportivo.

O entrevistado 5, com essa fala, *“por exemplo, em escola: o garoto normal, sem deficiência, acha que o amigo que tem não é capaz de fazer as mesmas coisas que ele. O importante é dar oportunidade para ver a capacidade de cada um. Acho que isso tem acontecido, pessoal tá dando mais oportunidade para a pessoa com deficiência, estão acreditando mais antes de falar”*, chama a atenção para a forma como as pessoas que não possuem deficiência passam a perceber as que possuem alguma deficiência, com maior empatia, com uma cren-

ça e uma visão mais positiva para as capacidades que esse grupo apresenta durante as competições. Da mesma forma, Misener et al. (2015) afirmam que atitudes mais positivas em relação à pessoa com deficiência, uma visão mais afirmativa em relação às oportunidades e potencialidades dessas pessoas e divulgação de informações e recursos, são importantes legados que podem vir em decorrência dos megaeventos esportivos.

Esses autores afirmam que sediar um megaevento como os Jogos Paralímpicos auxilia no processo de mudança social e na consolidação dos legados, e ainda, contribui para um aumento do conhecimento acerca do tema deficiência e serve como exemplo para outros países, criando uma importante transformação de todos os envolvidos na execução e desenvolvimento de um megaevento esportivo.

Outro importante legado destacado nas entrevistas 1 e 2 é sobre a questão esportiva, ou seja, como a pessoa com deficiência pode seguir os exemplos vindos de atletas para buscar novos caminhos, novos rumos e outros objetivos. Que não devem se diminuir perante as dificuldades impostas pela deficiência e pelas barreiras sociais, mas, sim, buscar novas formas e experiências pela prática de esportes. O entrevistado 1 afirma que: *“só reforçando que nós que trabalhamos com pessoas com deficiência, a gente tem total certeza da possibilidade deles, com alguns meios diferentes pra chegar até o fim, mas que eles são extremamente capazes, e o esporte é uma maneira de colocar esse indivíduo na sociedade, ma maneira de elevar autoestima, melhorar as condições físicas, as condições sociais, então assim eu acho que o esporte muda toda situação”*. O entrevistado 2, por sua vez, afirma que *“a parte de esporte eu acho que conseguiu se destacar um pouco. Para as pessoas com deficiência, eu acho, acredito que al-*

guns usou como exemplo e foi atrás do esporte. Acho que isso ficou como legado”.

Após mostrar as falas dos entrevistados, apresentaremos a seguir as considerações finais de nosso trabalho a partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo e bibliográfica.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os megaeventos esportivos e seus possíveis “legados” têm sido discutidos pelo país desde que se aprovaram as candidaturas da Copa do Mundo da Fifa de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016. Nesse contexto, surgiram muitas expectativas, muitos discursos confiantes que esses eventos no país pudessem ser catalisadores e incentivadores de novos tempos, de transformações sociais e de novas esperanças para a sociedade brasileira.

Em nosso trabalho colocamos em foco as questões que envolvem a pessoa com deficiência a partir do conteúdo físico-esportivo do lazer, evidenciamos fatores que pudessem nos auxiliar a compreender os impactos sociais e legados dos Jogos Paralímpicos 2016 e as políticas públicas mais inclusivas e abrangentes acerca desse grupo da população. Nos atentamos, ainda, na predisposição que os Jogos Paralímpicos têm para fortalecer, (re)criar e aprimorar valores e conceitos sociais para o país sede; as possibilidades de criação de novos espaços e complexos esportivos, novas ideias e projetos que podem ser um começo para novos hábitos e costumes em relação ao lazer e à prática de esporte do cidadão brasileiro.

Desse modo, entendemos que os Jogos Paralímpicos podem fomentar na participação esportiva da pessoa com deficiência outros resultados que vão

além do desempenho esportivo e da performance, visto que políticas públicas de nosso país já têm, há muito tempo, esse viés do esporte de rendimento. Com a realização dos Jogos em nosso país, isso fica mais evidente, pois, conforme vimos com Castro e Souza (2015), um dos propósitos da candidatura do governo da época era projetar o Brasil no âmbito esportivo. Contudo, esses autores (2015, p. 514) enfatizam que “nenhum dos documentos explicita ações específicas para o esporte paralímpico, a não ser uma afirmação genérica de que haverá investimento federal nas equipes paralímpicas”. Assim, observa-se a necessidade de ações que vão além do esporte de alto rendimento, de modo a serem ações abrangentes ao esporte como um todo, tornando as práticas mais acessíveis à população em geral, daí reforçarmos a necessidade de projetos concretos a serem implementados, executados e avaliados em políticas públicas de esporte e lazer.

Para nossa pesquisa de campo, aplicamos questionários em dois países que sediaram megaeventos como Jogos Paralímpicos: na cidade do Rio de Janeiro, durante o evento em 2016, e, no Reino Unido, durante nosso estágio sanduíche, país que foi sede de dois megaeventos para pessoas com deficiência no passado recente, Jogos Paralímpicos Londres 2012 e Commonwealth Games 2014, em Glasgow. Posteriormente, realizamos entrevistas com profissionais brasileiros que atuam diretamente com a pessoa com deficiência na cidade de Piracicaba – SP.

O objetivo do trabalho foi identificar e analisar os impactos sociais, legados e o significado que os Jogos Paralímpicos de 2016 no Rio de Janeiro trazem para os grupos investigados. Assim, resgatamos, a partir do referencial teórico, fatores importantes para identificar todo o potencial que um megaevento como esse pode deixar como legado a um país, em sua cidade sede, e os impactos so-

ciais e legados associados ao esporte e a atividades no âmbito do lazer, tendo como foco as pessoas com deficiência. Com isso, destacamos como base inicial de nossa pesquisa bibliográfica referências do lazer a partir de textos de Marcellino (2007, 2008, 2012, 2013), consideramos o lazer sob várias nuances, pois era preciso identificar as barreiras do lazer e características das atividades esportivas adaptadas, pois, de acordo com Isayama (2007), aumentando a diversidade cultural, ocorrem mudanças sociais e se transforma a ordem estabelecida.

Portanto, trazemos como resultados da coleta de dados feita no Rio de Janeiro que, para o grupo investigado durante os Jogos Paralímpicos, os impactos sociais positivos são a inclusão social da pessoa com deficiência, o envolvimento da sociedade nas questões acerca da deficiência em geral e o orgulho cívico em ver seu país sediar um megaevento esportivo dessa grandeza. Por outro lado, esse grupo destaca como negativo o alto custo econômico, a desconfiança na utilização indevida de recursos públicos e o trânsito na cidade. Para o grupo investigado no Reino Unido, a pesquisa de campo também nos trouxe como resultado de impacto social positivo a inclusão social e o envolvimento da sociedade com questões relacionadas à deficiência. Já como impacto social negativo, os britânicos destacam o trânsito como principal aspecto ruim, seguido dos riscos à segurança e os altos custos financeiros.

Para os profissionais que atuam diretamente com pessoas com deficiência, os resultados encontrados como impacto social positivo foram a visibilidade que os Jogos deram às questões relacionadas à deficiência, a possibilidade de melhorar a acessibilidade dos locais da cidade e o incentivo e novas expectativas criadas nas pessoas com deficiência a partir do contato com os esportes e atletas de alto rendimento. E como impacto social negativo, esses profissionais apontam os altos custos financeiros sem que haja garantias de retorno, destacam também

a falta de acessibilidade para as pessoas com deficiência, a falta de investimento público para o fomento da participação dessas pessoas em atividades esportivas e, ainda, a diferença na divulgação televisiva dos Jogos Paralímpicos em relação aos Jogos Olímpicos.

Desse modo, observamos que, para os grupos investigados, os megaeventos esportivos trazem muitos significados e, por isso, destacamos que, tanto para os brasileiros que responderam o questionário no Rio de Janeiro quanto para os britânicos que responderam na Escócia, surge a partir dos Jogos uma aproximação da sociedade em relação às pessoas com deficiência, e para os profissionais entrevistados os Jogos Paralímpicos podem significar uma série de transformações e adaptações dos locais durante o megaevento esportivo que podem servir como exemplo. Destaca-se, ainda, um olhar mais positivo sobre o corpo com deficiência, reafirmando o levantado na pesquisa bibliográfica, que também mostra que sediar um megaevento esportivo pode ser um catalisador para a criação e reconstrução de valores e conceitos sociais beneficiando não só a pessoa com deficiência, mas toda a sociedade.

Portanto, estabelecemos neste trabalho a inclusão social como sendo um processo de adaptação da sociedade em relação às pessoas com deficiência, compreendendo e atendendo as necessidades dessas pessoas para que assim sejam mais participativas e tenham igualdade de oportunidades, no intuito de contribuir para a construção de uma nova sociedade, adaptando espaços físicos e sugerindo uma transformação da mentalidade das pessoas e também da própria pessoa com deficiência (SASSAKI, 2006).

Assim, no nosso entendimento, os Jogos Paralímpicos seriam uma oportunidade de acrescentar um olhar mais inclusivo em relação à participação das pessoas com deficiência nas políticas públicas no âmbito do lazer. Aproveitar

melhor o processo de desenvolvimento do esporte adaptado, a partir dos Jogos Paralímpicos, para ser também uma ferramenta educativa em relação à pessoa com deficiência, seus aspectos e características e a maneira mais adequada de lidar com tais diferenças corporais, evidenciando, além da condição física de atleta, sua condição de cidadão que pensa, sente e age em sociedade.

Contudo, toda mudança não ocorre espontaneamente, faz-se necessário uma reflexão para se compreender aspectos culturais consolidados e que dificultam a proliferação do conceito de inclusão e, ainda, a transformação de conceitos que a sociedade carrega, de mitos e informações a respeito de deficiência e de pessoas com tais diferenças.

Partindo do pressuposto de que o esporte acarreta mudanças significativas no ser humano, em seus valores e seu modo de pensar, entendemos a importância dos megaeventos esportivos ocorridos no Brasil para as pessoas com deficiência como forma de construir novos olhares para o corpo deficiente e novas práticas de inclusão para que melhorem sua qualidade de vida e se fomente sua participação em atividades esportivas e no âmbito do lazer, através do fortalecimento e aprimoramento de políticas públicas já existentes e do aparecimento de novos rumos que contemplem e garantam cada vez mais espaço para as pessoas com algum tipo de deficiência.

Dessa forma, notamos que os megaeventos esportivos que ocorreram recentemente em nosso país devem fomentar o acesso e garantir mais possibilidades para que pessoas com algum tipo de deficiência possam vivenciar atividades relacionadas ao lazer em todos os seus conteúdos, e não só limitado ao conteúdo físico-esportivo, mas aumentando ainda mais as possibilidades em outros conteúdos e também não só garantido essa participação no gênero da assistên-

cia, mas elevando também a inserção de pessoas com deficiência na prática de atividades esportivas e no âmbito do lazer.

É fundamental que saibamos aproveitar a oportunidade oferecida pelos megaeventos esportivos para que a sociedade consiga compreender as representações da deficiência com viés mais positivo e transformador, observando as capacidades e as possibilidades corporais que puderam ser contempladas durante as competições e disputas dos Jogos Paralímpicos. Pois, se assim for, poderemos trilhar os mesmos caminhos que observamos nos estudos no Reino Unido durante os megaeventos que lá ocorreram em anos anteriores. Nesse sentido, Misener et al. (2016) também entenderam, através de estudos sobre os Commonwealth Games realizados em Glasgow, Escócia em 2014, que é fundamental o reconhecimento da sociedade como um todo de que a execução e o desenvolvimento de um megaevento esportivo como os Jogos Paralímpicos podem criar legados e contribuir para um processo de mudança social de toda a comunidade, transformando o modelo dominante quando tratamos do assunto deficiência, que insiste em tentar achar uma “cura” para as pessoas com deficiência.

A partir desses autores, que percebem uma chance de desafiar esse modelo hegemônico que dissemina uma imagem negativa sobre as pessoas com deficiência, apresentamos, por meio de um megaevento esportivo, novas possibilidades acerca da deficiência e, ainda que, a partir dos Jogos surgiram contribuições significativas que podem impulsionar mudanças sociais, influenciando a sociedade e suas atitudes perante esse grupo específico.

Para isso, depois de apresentarmos toda a especificidade do esporte adaptado e do lazer, suas abordagens, políticas públicas mais abrangentes e inclusivas dentro do contexto social e histórico apropriados, compreendemos a importância de refletir sobre as questões que permitam uma melhor qualidade e

acesso ao conhecimento das práticas esportivas e de lazer, no intuito de potencializar os impactos sociais e legados positivos. Assim, entendemos que programas e projetos esportivos oriundos dos Jogos Paralímpicos devem ter como prioridade um olhar sobre as capacidades do corpo com deficiência, uma valorização e transformação conceitual que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro durante o evento, valorizando o novo conceito aprendido e a nova política estabelecida no que cerca a vida da pessoa com deficiência.

Esse aprendizado, aqui tratado como “legado”, deve ser difundido nas outras unidades da federação, e não só na infraestrutura física criada para o evento, mas, fundamentalmente, no novo conceito que os próprios Jogos Paralímpicos carregam em si mesmo: o de enfrentamento de barreiras, o surgimento de novos olhares para o corpo com deficiência, as novas possibilidades de políticas públicas que envolvam as pessoas com deficiência.

Acreditamos que, mesmo com toda a mídia e todo o conhecimento difundido durante a realização dos Jogos Paralímpicos no Brasil, ainda há uma perspectiva negativa sobre os corpos com deficiência, Marques (2016) destaca que esses jogos podem exercer um papel fundamental para garantir legitimidade às pessoas com deficiência, tornando-os sujeitos eficientes e capazes.

Apesar de nossa análise da pesquisa de campo identificar a aproximação entre o real e o que foi encontrado na literatura, corroborando a ideia de mudança que o Brasil necessita implementar em relação à inclusão da pessoa com deficiência, nos parece que ainda não foi suficientemente contemplado, visto que ainda temos dificuldades de incluir essas pessoas em diversas áreas sociais.

Com foco na inclusão social, o legado paralímpico deve priorizar uma maior diversificação das áreas que contemplam atividades esportivas e de lazer para que possam receber maior diversidade da população, incluindo as pessoas

com algum tipo de deficiência, organizando e ressignificando os conceitos e valores tão evidentes durante a realização dos Jogos.

Entendemos que, a partir de um megaevento esportivo como esse, afloram sentimentos de maior conscientização da população do país sede para melhor aceitação e inclusão da pessoa com deficiência em sua própria sociedade. Fica a cargo do poder público, em todas as suas esferas, fomentar políticas públicas que facilitem a inclusão social de pessoas com deficiência e permitam, por meio de projetos mais inclusivos, que esse grupo da população tenha acesso a novas práticas de esporte e lazer, reconhecendo a importância do esporte como veículo cultural para a inclusão social. Demonstrou-se um desejo popular de participar de forma mais ativa em eventos esportivos que incluam a pessoa com deficiência, confirmando a ideia de que melhores e mais amplas adaptações e ajustes dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer podem contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência.

Tudo isso evidencia a ideia de Heere et al. (2013), que tratam eventos dessa grandeza como importantes catalisadores de benefícios sociais, pois, se bem aproveitados, podem ser um marco para se estabelecer novas políticas públicas que incluam as pessoas com deficiência como parte integrante da sociedade. Houve ainda uma aproximação entre a forma de entender impactos e legados, convergindo para um pensamento parecido na opinião dos grupos pesquisados, pois a inclusão social de pessoas com deficiência apareceu como principal legado em todos os “ditos” de nosso trabalho. Até mesmo durante nossos estudos em um país europeu, o impacto social positivo mais mencionado também vai ao encontro da pesquisa de campo realizada no Rio de Janeiro, nos remetendo à participação mais efetiva da sociedade em relação às pessoas com deficiência; no mesmo caminho que os brasileiros, a população britânica também percebe os megaeven-

tos como um importante acontecimento que une as pessoas com e sem deficiência, facilitando a socialização e a participação popular.

Acreditamos que os Jogos Paralímpicos podem alavancar e contribuir para essa maior participação popular em atividades esportivas pós-jogos. As transformações e adaptações das áreas utilizadas para o evento podem servir de exemplo e alavancar mudanças em outros locais do país, da mesma maneira que ocorreu no Reino Unido, pós-Jogos de Londres e pós-jogos de Glasgow, os Commonwealth Games.

Portanto, deve-se estabelecer os Jogos Paralímpicos como ponto de partida para novas ideias e projetos, e ainda, um recomeço para políticas já estabelecidas que compreendem questões relacionadas às pessoas com deficiência, pois no Brasil algumas ações nesse sentido já tem sido tomadas, como, por exemplo, a Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Por isso, o uso do conhecimento e da experiência de construir locais, arenas e praças totalmente adaptadas e preparadas para receber pessoas com deficiência, pode contribuir para o fortalecimento de leis previamente estabelecidas e fazer surgir novos conceitos sociais.

Então, ao sediarmos os Jogos Paralímpicos de 2016, compreendemos que alguns importantes aspectos podem beneficiar e modificar a vida das pessoas com deficiência: a aproximação da sociedade com questões e características da deficiência, uma modificação do modelo sobre as pessoas com deficiência, ou seja, uma visão sobre as capacidades, um olhar mais positivo sobre o corpo com deficiência e a inserção desse grupo da população em todos os âmbitos da sociedade. Nesse sentido, os Jogos Paralímpicos puderam mostrar um caminho privilegiado para ações concretas a partir de atividades e práticas esportivas adaptadas a essa população.

Destacamos, através das falas de profissionais envolvidos na perspectiva da inclusão social, que não é preciso apenas adaptar e oferecer locais apropriados ou especializados, mais ainda, é preciso construir uma cultura de acesso, permitindo aos agentes envolvidos uma melhor percepção sobre o esporte adaptado, para que possam desfrutar, consumir, apreciar essas práticas esportivas, utilizando-as de forma mais completa, superando as barreiras impostas por uma sociedade excludente com maior mobilização para que sejam mais inclusivas.

Também se faz necessário entender todo o processo que envolve as práticas esportivas e no âmbito do lazer com foco na pessoa com deficiência, e ainda, quebrando estigmas e maximizando informações que possam contribuir e facilitar a participação social e a melhora da qualidade de vida para essa parcela da população.

Por isso, ao nos depararmos com falas como esta: *“Por conta dos Jogos eles passaram a enxergar os deficientes com outros olhos”*, ou esta: *“Pessoal, começar acreditar mais nas pessoas com deficiência”*, percebemos que o legado mais evidente para os participantes da pesquisa é a importância de se ter mais atenção voltada à pessoa com deficiência, o que, a nosso ver pode ser um impulso para a mudança de conceitos e valores acerca desse grupo de pessoas.

Nesse sentido, os megaeventos esportivos, em especial os Jogos Paralímpicos, realmente são importantes catalisadores para uma transformação cultural sólida que beneficie não só as pessoas com deficiência, mas toda a sociedade que os sedia, fortalecendo e culminando novos valores e conceitos para o país e seu povo. Nos modificando e nos ensinando a importância de todos sermos parte integrante do todo, através da democratização das atividades de cunho esportivo ou no âmbito do lazer.

Os principais resultados identificados na Tese foram:

- Destacamos como impactos sociais positivos, tanto para o grupo investigado no Brasil quanto no Reino Unido, uma aproximação da sociedade em relação às pessoas com deficiência, maior inclusão social dessa parcela da população, incluindo na pesquisa de campo brasileira como impacto positivo o orgulho de sediar tal evento;
- Como impacto social negativo para esses dois grupos mencionados (no Brasil e no Reino Unido), identificou-se os altos custos para sediar tal evento e a dificuldade no trânsito da cidade por conta dos Jogos, e ainda, para os brasileiros há outro ponto negativo, que é a desconfiança no poder público, que pode utilizar recursos indevidamente.
- Para os profissionais que trabalham com pessoas com deficiência, ficou em evidência como impacto negativo a falta de locais acessíveis para pessoas com deficiência, a falta de acessibilidade e investimento público em outras áreas. Contudo, observaram como impacto positivo as transformações e adaptações dos locais durante o megaevento esportivo, que podem servir como exemplo e um olhar mais positivo sobre o corpo com deficiência. Assim, esses resultados nos mostram que sediar um megaevento esportivo pode ser um catalisador para a criação e reconstrução de valores e conceitos sociais, beneficiando não só a pessoa com deficiência, mas toda a sociedade.

No Brasil, há uma necessidade de alinhar políticas públicas de acesso e inclusão das pessoas com deficiência a partir da elaboração, execução e avaliação de projetos que promovam mudanças nas atitudes da sociedade para que a inclusão social seja um possível legado para a pessoa com deficiência. Os espaços públicos de lazer devem ser administrados vislumbrando ações que vão além

das barreiras físicas, contribuindo para um novo olhar sobre inclusão e, consequentemente, para a melhoria do desenvolvimento social.

Portanto, diante do exposto, nós defendemos como tese que a visibilidade das pessoas com deficiência a partir dos Jogos Paralímpicos de 2016, apontada como impacto social positivo de tais jogos, é um indicativo para a inclusão social dessas pessoas, mas para que isso ocorra efetivamente, é necessário que haja a elaboração, execução e avaliação de projetos de políticas públicas de esporte e lazer após os Jogos, não se restringindo a adaptações da infraestrutura das cidades, mas voltando a atenção também para aspectos intangíveis, para que a inclusão social se confirme como um legado dos Jogos Paralímpicos de 2016 no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA et al. Do sports mega-events boost public funding in sports programs? The case of Brazil (2004-2015), **International Review for the Sociology of Sport**. p. 1-21, 2016. DOI: 10.1177/1012690216680115.

ALMEIDA, B. S. Megaeventos esportivos, política e legado: o Brasil como sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. **Espacio Abierto**, Venezuela, v. 25, n. 2, p. 68-81, 2016.

ANDRADE, A.C.; ALMEIDA, M. A. B. Análise documental das políticas públicas de incentivo as práticas físico-esportivos e de lazer para as pessoas com deficiência no Brasil. **Revista da faculdade de Educação Física da Unicamp**, Campinas, v. 10, n. 3, p. 42-60, 2012.

ANDRANOVICH, G.; BURBANK, M. J., HEYING, C. H. Olympic Cities: lessons learned from Mega event politics. **Journal of Urban Affairs**, v. 23, n. 2, p. 113-131, 2001.

ARAÚJO, P. F. **Desporto adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.

AZZINI, E. P. **Corporeidade entre deficiência e normalidade**. 2007. 45f. Dissertação (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Ciências e Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.

AZZINI, E. P. **Implicações da deficiência visual na estabilidade e equilíbrio corporal**. 2010. 35f. Dissertação (Especialização em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

AZZINI, E. P. **Espaços e equipamentos públicos de lazer esportivo: acessibilidade da pessoa com deficiência: o caso de Piracicaba – SP**. 2014. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Ciências e Saúde, Universidade metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2014.

AZZINI, E. P.; SILVA, C. L.; PATREZE, N.S. Jogos Paralímpicos de 2016: impactos sociais e as políticas públicas de esporte e lazer. **Revista CPAQV**, v. 9, n. 1, p. 2-13, 2017.

BETTI, M. Esporte e sociologia. **Revista Motrivivência**, Santa Catarina, n. 2, 1989. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/19979/18383> Acesso em: 12 jul. 2017.

BRAMANTE, A.C. Lazer: concepções e significados. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 9-17, 1998.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm Acesso em: 30 out. 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Deficiente visual: educação e reabilitação. In: **Programa de apoio à educação de deficientes visuais**. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL, **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso: 12 jul. 2017.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. 200f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CARDOSO, V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 2, abr.-jun., p. 529-539, 2011.

CARVALHO, Y. M. **Lazer e saúde**. Brasília: Sesi/DN, 2005.

CASSAPIAN, M. R. **Da cidade planejada ao lazer para todos: as experiências no âmbito do lazer vividas pelos cadeirantes do grupo “A união faz a força”**. 2011. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Ciências Biológicas, Universidade federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CASTELLANI FILHO, L. Gestão municipal e política de lazer. In: ISAYAMA, H., LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CASTRO, S. E.; SOUZA, D. L. Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: propostas para o esporte educacional, de participação e de rendimento. **Revista Brasileira Educação Física e Esporte**, São Paulo n. 29, n. 3, p. 507-518, 2015.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 2012.

DACOSTA, L., MIRAGAYA, A. Estado da arte do conhecimento sobre legados de megaeventos esportivos no exterior e no Brasil. In: DACOSTA, L. et al. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

DICKSON, T. J.; MISENER, L.; DARCY, S. Enhancing destination competitiveness through disability sport event legacies: Developing an interdisciplinary typology. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 29, n. 3, p. 924-946, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJCHM-10-2015-0530>. Acesso em: 21 fev. 2018.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **CADERNOS DE PESQUISA**, n. 115, p.139-154, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115.pdf> Acesso em: 16 out. 2016.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, SESC, 1999.

FALEIROS, M. I. L. Repensando o lazer. **Perspectivas**, São Paulo, v. 3, p. 51-65, 1980.

FERNANDES, T. N. C.; MAIA, L. F. S. Lazer, política pública e inclusão social; um possível agente de transformação da realidade: o caso do PELC. In: MAIA, L. F. S; OLIVEIRA, M. V. F. **Políticas de lazer e suas múltiplas interfaces no cotidiano urbano**. Natal: CEFET/RN, 2007.

FILGUEIRA, J. C. M. Importância dos legados de megaeventos esportivos para a política nacional do esporte: cidade, cidadania e direitos dos cidadãos. In: DACOSTA, L. et al. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

FRAGA, E. A. M.; SILVA, C. L. Comunidades virtuais de internet: atualização do debate sobre lazer. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, p. 1-20, 2010.

GIMENEZ, R. Percurso da educação física adaptada: do paradigma teológico a uma prática inclusiva. In: GIMENEZ, R. FREITAS, A. (Org.) **Educação física inclusiva na educação básica**: reflexões, propostas e ações. Curitiba: CRV, 2015.

GOELLNER, S. V et al. Política de esporte e lazer de inclusão social: analisando as categorias de gênero, raça/etnia, idade e pessoas com deficiência. In: ISAYAMA, H. F et al. (Org.) **Gestão de políticas de esporte e lazer**: experiências, inovações, potencialidades e desafios. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

GOLD, J. R.; GOLD, M. M. Framing the future: sustainability, legacy and the 2012 London games. **Routledge Handbook of Sport and Legacy**: Meeting the Challenge of Major Sports Events. 142-158, 2015.

GOMES, M. et al. Legado de valores dos jogos olímpicos: dos “mega” aos “micro” eventos. In: DACOSTA, L. et al. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

GRAEFF, B.; BRETHERTON, P.; PIGGIN, J. Atividade física e jogos olímpicos: reflexões a partir de Londres 2012 e Rio 2016. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 2, p. 37-43, 2016.

GREGUOL, M.; GORGATTI, T. O esporte para pessoas com deficiência. In: GREGUOL, M., COSTA, R. F. (Org.) **Atividade física adaptada**: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri: Manole, 2013.

GURSOY, D., KENDALL, K.W. Hosting Mega Events: Modeling Locals' Support. **Elsevier Annals of Tourism Research**, v. 33, n. 3, p. 603-623, 2006.

HEERE, B. et al. The power of sport to unite a nation: the social value of the 2010 South African World Cup. **European Sport Management Quarterly**, v. 13(4), p. 450-471, 2013.

ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivo e as vivências de lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer e cultura**. Campinas: Alínea, 2007.
LIMA, D. M. C., OLIVEIRA; M. V. F; MAIA, L. F. S., Políticas públicas de lazer: papel do estado e o cotidiano urbano. In: MAIA, L. F. S, OLIVEIRA, M. V. F. **Políticas de lazer e suas múltiplas interfaces no cotidiano urbano**. Natal: CEFET/RN, 2007.

MACHADO, R.; RUBIO, K. Legados do esporte: atleta, cultura e educação. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Campinas: Papirus, 2013.

MARCELLINO, N.C. (Org.). **Lazer e cultura**. Campinas: Alínea, 2007.

MARCELLINO, N. C. Lazer e sociedade: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer e sociedade: múltiplas relações**. Campinas: Alínea, 2008. p. 11-26.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 2012.

MARCELLINO, N. C. **Legados de megaeventos esportivos**. Campinas: Papirus, 2013.

MARQUES, R. F. R. et al. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Revista Brasileira Educação Física e Esporte**, v. 23, n. 4, São Paulo, p. 365-377, 2009.

MARQUES, R. F. R. A contribuição dos Jogos Paralímpicos para a promoção da inclusão social: o discurso midiático como obstáculo. **Revista USP**, São Paulo, n. 108, 2016.

MASSUDA, A. Megaeventos no Brasil: oportunidades e desafios da Copa do Mundo Fifa 2014 para o sistema único de saúde. **Revista Brasileira de Cardiologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 358-361, 2012.

McGILLIVRAY, D.; McPHERSON, G.; CARNICELLI, S. Sporting and cultural events: contested legacies, **Annals of Leisure Research**, 18:4, 441-444, 2015. DOI: 10.1080/11745398.2015.1114210.

McPHERSON, G. Et al. Creating Public Value Through Parasport Events: enabling progressive opportunity. **Event Management**, v. 21, p. 185-199, 2017. DOI:10.3727/152599517X14878772869649.

MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método, e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MISENER, L. et al. Elite athletes or superstars? Media representation of para-athletes at the Glasgow 2014 Commonwealth Games. **Disability & Society**, v. 31, n. 5, p. 659-675, 2016.

NOTHEN, G. Paving the Olympic Dream: the politics of the 2007 Pan-American Games in Rio de Janeiro, **The International Journal of the History of Sport**, 33:1-2, 203-216, 2016. DOI: 10.1080/09523367.2016.1149473.

PINHEIRO, H. L. As políticas públicas e as pessoas portadoras de deficiência. In: SILVA, S.; VIZIM, M. **Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

PINTO, L.M.S.M. Políticas públicas de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008.

PORTO, E. T. R.; AZZINI, E. P. A corporeidade do cego: uma experiência vivida. In: PACHECO NETO, M. **Educação física, corporeidade e saúde**. Dourados: Editora UFGD, 2012.

PORTO, E. T. R.; AZZINI, E. P. Jogos Paralímpicos de 2016: um mundo de possibilidades. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Legados de megaeventos esportivos**. Campinas: Papyrus, 2013.

POYNTER, G. Regeneração urbana e legado olímpico de Londres 2012. In: DA-COSTA, L. et al. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

PREUSS, H. Aspectos sociais dos megaeventos esportivos. In: RUBIO, K. **Megaeventos esportivos: legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

RANIERI, L. P.; BARREIRA, C. R. A. A superação esportiva de atletas com deficiência visual: Análise fenomenológica. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 46-60, 2010.

RAULINO, G. D. B. Lazer e políticas públicas: conceito, dialogo e um recorde da realidade. In: MAIA, L. F. S. et al. **Políticas de lazer e suas múltiplas interfaces do cotidiano urbano**. Natal: CEFET-RN, 2007.

RIGONI, A. C. C. et al. Relações entre a educação física escolar, as práticas corporais e a qualidade de vida. **Revista CPAQV**, v.9, n.1, Campinas, 2017.

RODE, P. et al. Accessibility in cities: transport and urban form. **Disrupting Mobility Lecture Notes in Mobility**, p. 239-273, 2017. DOI: 10.1007/978-3-319-51602-8_15.

RODRIGUES, D. (Org.). **Atividade motora adaptada**: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

RODRIGUES, R. P. Jogos Paralímpicos de 2016: um mundo de possibilidades. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Campinas: Papyrus, 2013.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCHWARTZ, G. M. O ambiente virtual e o lazer. In: MARCELLINO, N. C. **Lazer e cultura**. Campinas: Alínea, 2007.

SCOTT, C. Legacy evaluation and London, 2012 and the Cultural Olympiad, **Cultural Trends**, 23:1, p. 7-17, 2014. DOI: 10.1080/09548963.2013.798999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. L.; SILVA, T. P. **Lazer e educação física**: textos didáticos para a formação de profissionais do lazer. Campinas: Papyrus, 2012.

SILVA, C. L.; VELOZO, E. L. **Lazer, práticas corporais e cultura**. Várzea Paulista: Fontoura, 2015.

SOUZA, J; MARCHI JR, W. Os legados dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões. **Revista Motrivivência**, ano 22, n. 34, p. 254-255, 2010.

STIGGER, M.P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder. **Revista Motrivivência**, ano 10, n. 11, p. 83-96, 1998.

TENÓRIO, J. G. Lazer, futebol, jogos escoteiros e as práticas corporais na educação física escolar. In: SILVA, C. L.; VELOZO, E. L. **Lazer, práticas corporais e cultura**. Várzea Paulista: Fontoura, 2015.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte**: ênfase no esporte educação. Maringá: Eduem, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa qualitativa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UVINHA, R. R. Os megaeventos esportivos e seus impactos: o caso das Olimpíadas da China. **Revista Motricidade**, ano 21, n. 32/33, p. 104-125, 2009.

VAZ, A. F. Lazer, política e subjetividade. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre Lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VAZQUEZ, A. C. B. De cidade maravilhosa à cidade mercadoria. **Revista Em Pauta**, v. 15, n. 39, p. 224-238, 2017.

VICO, R. P.; UVINHA, R. R.; GUSTAVO, N. Sports mega-events in the perception of the local community: the case of Itaquera region in São Paulo at the 2014 FIFA World Cup Brazil, **Soccer & Society**, 2018. DOI: 10.1080/14660970.2017.1419471.

WAICHMAN, P. **Tempo livre e recreação: um desafio pedagógico**. Campinas: Papirus, 1997.

WERNECK, C. L. G. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ZINGONI, P. Marco lógico: uma metodologia de elaboração, gestão e avaliação de projeto social de lazer. In: MARCELLINO, N. C.; ZINGONI, P.; PINTO, L. M. S. M. (Org.). **Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução e avaliação**. Campinas: Papirus, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 1

Questionário aplicado no Rio de Janeiro:

1. Você tem experiência profissional com pessoas com deficiência?

Sim não

Se sim, qual tipo de experiência _____.

2. Com qual frequência você acompanha atividades de lazer e/ou esportivas para pessoas com deficiência?

Sempre Pouco Muito Pouco Nunca

3. Quais os impactos sociais positivos dos Jogos Paralímpicos de 2016 e dos megaeventos esportivos no Brasil?

orgulho cívico

benefícios econômicos

envolvimento da comunidade

inclusão social

outros _____.

4. Quais os impactos negativos sociais dos Jogos Paralímpicos de 2016 e dos megaeventos esportivos no Brasil?

custos econômicos

riscos de segurança

congestionamento no trânsito

alocações de recursos indevidos

outros _____.

5. O governo deve ser o principal responsável pela alocação de recursos (custos) dos megaeventos esportivos no Brasil?

sim não não sei

6. Quais legados serão deixados pelos Jogos Paralímpicos de 2016?

Espaços esportivos adaptados

Inclusão social das pessoas com deficiência

Acessibilidade

Políticas públicas para pessoas com deficiência

outros _____.

7. A vida melhora por meio das políticas inclusivas de esporte e lazer?

sim não não sei

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 2

Questionário aplicado no Reino Unido:

1. Do you have any experience in dealing or engaging with people with disability?
(Yes) (No)
If yes, in what context
() at work
() at home / family context
() Other. _____
2. What activities involving people with disability do/have you follow(ed) or do/have you watch(ed)?
() Leisure activities
() Sport activities
() Studies about disability
() Other _____
3. Have you followed/watched the 2012 Paralympic Games in London or the Paralympic sports at the 2014 Commonwealth Games in Glasgow?
() yes () no
If yes, how? TV () Attended the/an event ()
4. Have you followed/watched the 2016 Paralympic Games in Rio de Janeiro?
() yes () no
If yes, how?
TV ()
Attended the/an event ()
5. What do you think are the main positive social impacts of the 2012 London Paralympic Games or 2014 Glasgow Commonwealth Games?
Tick all the ones that apply
() Civic pride
() Economic Benefits
() Social Inclusion
() Community strengthening
() Enhancing Accessibility
() others _____
6. What are the negative social impacts that came during the 2012 London Paralympic Games or 2014 Glasgow Commonwealth Games?
() economic costs
() undue public resource
() intense traffic
() safety risks
() others _____
7. What do you think are the main legacies (long-term impacts) of the 2012 London Paralympic Games and/or 2014 Glasgow Commonwealth Games to people with disability?
() Adapted sports spaces
() Facilities / Infrastructure Accessible
() Inclusion of people with disability
() Public policies for people with disability
() others _____.
8. Should the government be the main funder of sports mega-events like Paralympic Games and Commonwealth Games?

yes no

9. Are you aware of the UK and Scottish Governments approaches and agendas to equality and inclusion (e.g legislation, laws, strategy)?

yes no

APÊNDICE C – ENTREVISTA 1

Transcrição - Entrevistado 1

1) Qual a sua experiência com eventos esportivos relacionados à pessoa com deficiência?

Experiência aqui em Piracicaba mesmo, participando como técnica no Projeto Clarear, e como telespectador, assisti o Parapan em 2007 e as Olimpíadas em 2016. A gente atende a população em geral, aqueles que são assistidos em alguma instituição da cidade, atende físico, mental, auditivo e visual. Com natação, e teve um período que nós trabalhávamos também com um pouquinho de atletismo no oes básicas de corrida, e houve uma época que o projeto também foi meio que reabilita o. E agora mudou o foco, a gente atende s  nata o de todas as deficiências, mas normalmente os alunos são assistidos por outras institui oes.

2) Qual o significado dos Jogos Paralímpicos no Brasil, para você?

Pra mim foi ótimo, eu amei com espectadora. Acho que a popula o em geral teve uma no o que o deficiente, independente da deficiência, pode muito. Isso foi o que mais ouvia no Rio e aqui também. Assim, foi uma experiência ótima pro Brasil também porque a gente usou toda a estrutura da olimpíada. Eu esperava mais que o legado fosse maior depois disso, mas infelizmente   Brasil, n ? Eu acredito que sim, depois disso a gente viu l  no projeto que teve muita procura dos deficientes. Aquele que fica só na sua casa, no seu mundinho, ele tem no o de que todo mundo que começa, que t  lá, que começou como ele, começando do básico em todas as modalidades, abriu muito pro deficiente que ele pode mais do aquilo que ele faz.

3) Quais os impactos positivos e negativos das Paralímpiadas de 2016, para você?

Essa visão n , de que o deficiente pode, que o esporte assim, as regras mudam algumas coisas, mas   esporte de alto nível mesmo. O Rio, a gente sabe que tem todo um preparo para isso, fui pra lá e não tive problema nenhum com segurança. Infelizmente, o negativo é que toda estrutura que foi montada hoje está sendo muito subutilizada, infelizmente. O que aconteceu l , de alguma maneira todo mundo chegou, então poderia ter melhorado pros deficientes que vivem naquele lugar, que fazem uso daquela estrutura, Então,   difícil tem que mudar algumas coisas, sim, mas   possível, pensando no que   físico, estrutural, é uma mudança agora, mas que vai se usar por muito tempo em termos de acessibilidade, com rampa, com acesso aos est dios, a pista de atletismo e tudo aquilo que se refere a esporte. Então, assim dá pra fazer com dinheiro e bem administrado dá pra fazer, n ?

4) Qual o legado dos Jogos Paralímpicos de 2016 puderam deixar para a popula o brasileira?

Essa visão de que o deficiente não é um pobre coitado, que fica dentro de casa, que ele pode, sim, muito mais. A estrutura que foi feita aqui, como já falei, t  subutilizada e a visão do esporte mesmo porque todo mundo, a maior parte da popula o não tinha no o antes de ver, porque até o esporte adaptado não passa na rede normal, os Esporte TV da vida. Que o deficiente pode sim, e   esporte e tem todas as alegrias e tristezas do esporte. Que existe esporte, sim, de alto nível e com algumas mudanças s  do esporte normal. Então, percebo no dia a dia, assim, eu tenho uma vizinha que tem um filho com Down, todo mundo v  nas brincadeiras aqui no condomínio: "Ai, cuidado com ele", "ele só tem síndrome de Down", então as pessoas tem um negócio que ele é coitado, ele pode menos, ele tem algumas limita oes, ele demora às vezes um pouquinho mais pra chegar no fim, mas ele pode tanto ou mais que os outros. A maior parte da popula o tem essa coisa de cuidado, "ai que dá", e não é assim. Eles podem tanto quanto, eles entendem regras. Pra mim, assim, esse é o maior benefício das Olimpíadas aqui.

Você gostaria de complementar algo?

Só reforçando que nós que trabalhamos com pessoa com deficiência, a gente tem total certeza da possibilidade deles, com alguns meios diferentes pra chegar até o fim, mas que eles são extremamente capazes e o esporte é uma maneira de colocar esse indivíduo na sociedade, uma maneira de elevar sua autoestima, melhorar as condições físicas, as condições sociais; então assim, eu acho que o esporte muda toda situação.

APÊNDICE D – ENTREVISTA 2

Transcrição - Entrevistado 2

1) Qual a sua experiência com eventos esportivos relacionados à Pessoa com deficiência?

Minha experiência foi porque eu trabalho com pessoa com deficiência, então participei, acompanhando algumas pessoas nas Olimpíadas especiais, que mais... Alguns jogos, mas nada enquanto competição, mais vivência. Minha função era acompanhar no sentido de ir até com a pessoa, não que eu fosse jogar com a pessoa. Eu orientava ela no espaço, por exemplo, numa quadra eu mostrava a quadra, mas na hora do jogo, não era eu que orientava, aí tinha o técnico responsável.

2) Qual o significado dos Jogos Paralímpicos no Brasil, para você?

Eu acho que os jogos é uma conquista porque é uma oportunidade que a pessoa com deficiência tem de mostrar, de uma forma, vamos pensar mais chamativa, que eles são capazes de fazer. Por eles estarem lá, já quebrou a barreira de eles aceitarem a deficiência, e aí eles vão mostrar pro resto do mundo que eles são capazes e mesmo com a limitação eles vão fazer iguais aos que são considerados normais. Vão fazer a mesma coisa. Mostrar, eu falo assim. Acho assim, é a capacidade que eles têm. Mesmo tendo a deficiência, eles conseguem fazer tudo normal. Então, o mostrar é que ele não é o "coitadinho", ele não é o "ceguinho", ele não é o "aleijadinho". Isso que é o mostrar que até mesmo acho que o próprio pessoal estão acostumados a ter essa visão que eles não conseguem fazer nada.

3) Quais os impactos positivos e negativos das Paralimpíadas de 2016, para você?

Positivo, pelo que eu li e acompanhei, foi que o número de participantes foi maior, medalhas eu não sei falar, mas a classificação, eles conseguiram mais. Eu acho assim, que a divulgação teve não foi a melhor do mundo, mas teve. No social, foi o momento deles mostrar a capacidade dele; eu acho que assim o negativo, como falei da divulgação, poderia ser mais se houvesse mais divulgação. Ele [Jogos paraolímpicos] devido à falta de divulgação na mídia, ele não tem tanto público como o olímpico tem, muitas pessoas acabam não sabendo, conhecendo o potencial dessas pessoas

Eu acho assim, a pessoa com deficiência, primeiro momento dela só de superar a deficiência dela já é um grande ponto positivo, aí ela vai tentar se reerguer como pessoa, se estabilizar novamente e voltar a ter autoestima. Tem pessoas que demora dias e tem pessoas que demora anos, eu falo na capacidade justamente disso, pra ela se preparar para ela se apegar no esporte, tanto emocionalmente quanto fisicamente, ela tem que tá muito bem preparada pra isso, aí a gente sabe que o esporte é uma profissão, então ela vai ter que ter compromisso, responsabilidade, então acho que é isso, a pessoa voltar a se sentir útil novamente. Pra mim, e o que eu acredito, eu não consigo ver a pessoa com deficiência de outra forma, eu concordo que é muito tabu para ser estudado, entender. Também entendo que muitas pessoas usam de coitadinho, de super proteção porque não conhecem a deficiência e não sabe como lidar então. Hoje faz 12 anos que trabalho nessa área, pra mim é normal, não consigo vê-los como coitados.

4) Qual o legado dos Jogos Paralímpicos de 2016 puderam deixar para a população brasileira?

Eu acho que por ser no país, a parte da deficiência não há grande modos. A parte de esporte, eu acho que conseguiu se destacar um pouco. Para as pessoas com deficiência, eu acho, acredito que alguns usaram como exemplo e foram atrás do esporte. Acho que isso ficou como legado.

Você gostaria de complementar algo?

A única coisa que eu acho que poderia acrescentar é que as Olimpíadas e Paralimpíadas, apesar que com organização toda em conjunto, [...] fossem realizadas juntas. Por vontade estrutura adaptação tem que fazer separada, mas se fosse perguntar pra mim,

eu acho que deveria ser junto, é inclusiva não ter diferença, mas o gasto, o financiamento seria bem mais caro, mas é uma coisa de se pensar.

APÊNDICE E – ENTREVISTA 3

Transcrição - Entrevistado 3

1) Qual a sua experiência com eventos esportivos relacionados à pessoa com deficiência?

A gente já participou da municipal e também aqui onde trabalho tem o dominó, mas só com pessoa com deficiência visual. Esse jogo, dominó, o professor elaborou atividades para fazer na instituição e os profissionais dão o suporte como juízes. No primeiro ano foi um pouco mais difícil porque eu não tinha noção de trabalho com dominó e com deficiência visual. Então, assim pra mim foi um pouco difícil, mas fui pegando jeito. Tinha que falar as peças no centro da mesa, eles procuravam e eu colocava na peça correspondente.

2) Qual o significado dos Jogos Paralímpicos no Brasil, para você?

Então, pra mim eu fiquei sabendo pelo professor de educação física que trabalha comigo. Porque não é muito divulgado nas tvs, nos programas de tv, porque é mais as Olimpíadas. Quando é a Paralimpíadas, não fico sabendo muito o que acontece. Fiquei mais atendida com professor da instituição, mas antes eu nem sabia. Eu nem sabia que era na mesma cidade que aconteciam as Olimpíadas.

Foi muito legal porque abrange mais as deficiências, não só uma, síndrome de Down ou cadeirante, que é mais conhecido no Brasil. Então, teve uma gama de outras deficiências para as pessoas conhecerem e também o potencial deles, que eles sabem fazer, que eles têm capacidade de fazer, que eles não são coitadinhos de ficar na casa, mas sim têm autonomia de ir no lugar, participar e até concorrer ao título certo, não com dó, de dar medalha para todo mundo só por participar. Isso foi o legal, abrir mais os olhos das pessoas e a consciência também pra saber que isso é importante.

3) Quais os impactos positivos e negativos das Paralimpíadas de 2016, para você?

Positivo foi isso que falei, por ser no nosso país, as pessoas aprendem mais sobre as deficiências. Negativa, foi assim não tem muita coisa adaptada, falando nas cidades no dia a dia, mas pelo que a gente vê na tv: calçada, rampa de acesso precisa muita adaptação, mas a gente não sabe como fazer.

Acessibilidade deveria ser até na calçada, por exemplo, calçadas todas tortas, se uma pessoa que não tem deficiência não consegue andar, imagine uma pessoa com deficiência. Desde o início era começar nas calçadas e depois nos eventos também para as pessoas frequentarem mais. Por exemplo, eu não vou porque não tem audiodescrição no caso de deficiência visual, eu não vou porque é difícil chegar até lá. Não tem rampa, não tem isso, não tem aquilo. Não tem cadeira especial ou espaço. A acessibilidade tá muito longe de acontecer. Por exemplo, deficiência visual, muitas pessoas não sabem do Gol-Ball (esporte para deficiência visual), às vezes é muito limitado à visão da pessoa, só conhece aquilo que aparece nas mídias, o que não aparece é só que trabalha. Então, por ser Paralimpíadas é divulgado todas as deficiências, e como é trabalhado com essa deficiência. Não é uma coisa limitada, e sim ampliada para tudo. E que pode fazer adaptações, sim.

4) Qual o legado dos Jogos Paralímpicos de 2016 puderam deixar para a população brasileira?

Complicado, eu vejo dessa forma. Como já passou, as pessoas esquecem rápido do que foi. Na época todo mundo refletindo sobre o que fazer, qual mudança... A parte política tudo. Hoje, nós que trabalhamos com deficiência, é que sabemos o que deixou. Pra mim, buscar mais os jogos, saber mais sobre os jogos. A autonomia que as pessoas podem ter referente aos jogos, então assim, o legado é pra pessoa que trabalha, pois as pessoas esquecem muito rápido.

Como eu falei essa parte que a pessoa pode ter autonomia de fazer, acontece. Eles não são coitadinhos de ficar dentro de casa e como vem gente do mundo inteiro, eles vêm sozinhos e é preciso abraçar a causa.

Você gostaria de complementar algo?

Na área de pesquisa, é preciso não deixar morrer. As Paralímpiadas já passou, o que fazer? O que vai acontecer? Depois que passa, como fazer para não deixar morrer a importância dos jogos?

APÊNDICE F – ENTREVISTA 4

Transcrição - Entrevistado 4

1) Qual a sua experiência com eventos esportivos relacionados à pessoa com deficiência?

Eu estou desde 94 na área de educação especial, de lá pra cá, entrei no CRP até a data presente. Participei das Paralimpíadas Escolares, Special Olympics Mundial Porto Rico, Los Angeles e Grécia. Fui pra China, agora assumi a coordenação de Piracicaba para os Jogos Pessoa com deficiência em atletismo e natação. Então, tenho 20 anos de experiência. Eu fui estagiário do Projeto Clarear, com objetivo de reabilita o de pessoa com deficiência. De l  pra cá, entrei no CRP como professor de Educa o Física. Assumi alguns compromissos, algumas oficinas esportivas: t nis de mesa e atletismo. Nos filiamos a Special Olympics, que me ajudou nessa experiência com pessoa com deficiência.

2) Qual o significado dos Jogos Paralímpicos no Brasil, para você?

Pergunta difícil. Eu acho que não tem o valor necessário que deveria ser dado aos paralímpicos. O convencional hoje   difícil, não tem patrocínio ou do item é pequeno. O paralímpico não é dada a aten o necessária para se desenvolver mais no Brasil. Você pega dois ou três atletas de ponta com condi es bem precárias de treinamento, de apoio financeiro, alimenta o, você não consegue patrocínio, é muito difícil. Eu esperava mais no sentido de resultado, por exemplo, alguns atletas nossos. Como exemplo, o basquete sobre rodas perante outros países, eu acho que não eram atletas, no meu ponto de vista eram pessoas... nossos atletas não pareciam atletas ...fiquei muito assustado comparando a parte física. Em outras sele es pareciam corpos saudáveis, corpo de atleta, os nossos não.

3) Quais os impactos sociais positivos e negativos das Paral mpadas de 2016, para você?

Positivos: percebemos que deu uma melhorada ao redor das arenas, transporte ou coisa parecida, apesar de ter muitos lugares l  que hoje estão parados. Investimentos altos pelos resultados parados. Como a Copa do Mundo, com arenas abandonadas. Mesma coisa no Rio, melhorou o bairro o local, a infraestrutura, mas custo-benefício num país como nosso, que está nessa crise financeira interminável, eu não vejo perspectiva nenhuma, e o esporte cada vez mais comprometido, principalmente o paralímpico. Pelo que ouvi de amigos, a acessibilidade, foi positivo mas no decorrer dos dias está parado. Isso deve ter sido positivo, mas e o andamento disso tudo?

4) Qual o legado dos Jogos Paralímpicos de 2016 puderam deixar para a popula o brasileira?

O recado é que podemos fazer diferente. Podemos muito mais que isso. No todo, tem que mudar nossos políticos, nossa estrutura, nosso pensamento, nós professores, nossos atletas, e que a gente quer de verdade. Acredito que o pessoal mais responsável que querem colaborar com o deficiente. Incentivando, mostrando outros esportes, modalidades esportivas. Eu acho que a gente... eu mesmo cresci muito com isso. Não ser mais um, mas fazer diferente.

Você gostaria de complementar algo?

Eu acredito nisso, por isso estou buscando mais ferramentas, mais elementos que possam ajudar o deficiente, eu acho que esse trabalho, fui escolhido para fazer isso e gosto disso. Tem que ser feito e fazer diferença. Não   fácil com deficiente, mas, assim, me sinto grato por ter oportunidade de estar ajudando. Estou colhendo resultados em todos os sentidos.

APÊNDICE G – ENTREVISTA 5

Transcrição - Entrevistado 5

1) Qual a sua experiência com eventos esportivos relacionados à pessoa com deficiência?

Eu trabalho com esporte e pessoa com deficiência, trabalho com basquete sobre rodas. Campeonato paulista e também trabalhei com Atletismo para pessoa com deficiência, participando de jogos regionais, abertos e Circuito Caixa. Eu vou pros jogos só pra apoiar. O grosso mesmo é o treinamento, eu passo treino. No caso do basquete, eu sou auxiliar técnico. Tem lesão medular, amputados, sequela de pólio, acidentes, deficiência física.

2) Qual significado dos Jogos Paralímpicos no Brasil, para você?

A visão que tenho que é o Brasil está bem atrás de investimento e também procura de pessoas eficientes. Os jogos serviram para o pessoal escondido ver que é possível. Abriu os olhos deles que tem, é só procurar treinos para usar esporte como reabilitação, competição, alto rendimento, superação. Não vi nenhuma mudança em meu trabalho.

3) Quais os impactos sociais positivos e negativos das Paralimpíadas de 2016, para você?

Eu não vi aumento na verba para modalidade esportiva. Eu acho que precisa de um empenho maior do governo. Eu digo pelo meu caso, de dois anos pra cá, piorou o investimento social, a sociedade está começando olhar a deficiência com outros olhos. Hoje em dia, as pessoas dão mais credibilidade para as pessoas com deficiência, talvez devido às Paralimpíadas. Por exemplo, em escola: o garoto normal, sem deficiência, acha que o amigo que tem não é capaz de fazer as mesmas coisas que ele. O importante é dar oportunidade para ver a capacidade de cada um. Acho que isso tem acontecido, o pessoal está dando mais oportunidade para a pessoa com deficiência, estão acreditando mais antes de falar.

4) Qual o legado dos Jogos Paralímpicos de 2016 puderam deixar para a população brasileira?

O legado esse aí social. Pessoal, começar acreditar mais nas pessoas com deficiência, serem tratadas como pessoas normais. Isso vem de séculos atrás, mas tem melhorado. Eu acho que os jogos contribuíram com essa visão, pois está acontecendo na casa deles, o negócio está acontecendo e todo mundo sabendo, contribuindo para uma mudança social. Por conta dos Jogos, eles passaram a enxergar os deficientes com outros olhos.

Você gostaria de complementar algo?

Aumento da visibilidade, da credibilidade. As pessoas foram vendo que dá pra fazer vendo na tv. Despertou nas pessoas uma possibilidade. “Se o cara pode, por que eu não posso fazer? Até pra quem não tem deficiência, de correr atrás do sonho, vislumbrou-se uma possibilidade de tentar fazer algo diferente.

APÊNDICE H – ENTREVISTA 6

Transcrição - Entrevistado 6

1) Qual a sua experiência com eventos esportivos relacionados à pessoa com deficiência?

Desde o ano 2000 eu trabalho na área de pessoa com deficiência no projeto Clarear, como coordenador desse projeto, que existe desde 1989. Hoje, temos aulas de natação para pessoa com deficiência. Estamos pensando numa forma de colocar o atletismo a partir de 2019. Cada aluno passa por uma entrevista com professores. Nessa entrevista detectam se o aluno começa com uma aula por semana, alguns alunos duas aulas por semana e outros até três aulas por semana. Temos deficiência visual, intelectual, físico, auditivo.

2) Qual significado dos Jogos Paralímpicos no Brasil, para você?

Então, os Jogos Paralímpicos trazem [...] o lado bom dos jogos é a visibilidade pro esporte, para a pessoa com deficiência. Mesmo estando em 2018, o preconceito impera, o preconceito de que a pessoa com deficiência é coitadinho, ele não pode. Aos poucos, isso está mudando, mas (JP) trazem visibilidade, trazem oportunidade de se discutir essa questão de deficiência e com a capacidade da pessoa com deficiência de ir além de si mesmo. O esporte, ele tem isso, não só o paradesporto, o esporte em si traz isso, a pessoa tem que treinar para se superar, superar a si mesmo, isso com pessoa que não tem deficiência. Com a pessoa com deficiência, isso é mais ainda. Sem contar que: quantas pessoas com deficiência a gente conhece que teve uma vida através do esporte? O próprio Clodoaldo Silva, ele teve um vida bastante difícil na cidade dele e foi o esporte que trouxe uma vida melhor. Isso é um exemplo, tem vários outros que tiveram vida através do esporte. Hoje, com a tecnologia da comunicação, as redes sociais, isso se espalhou. Isso ajuda a quebrar o preconceito, a parar pra pensar, discutir sobre o assunto. Isso é assim, a gente baseia nossas crenças na gente próprio. Eu posso erguer os dois braços e levantar da cadeira e andar com as duas pernas, o outro ao lado não pode levantar da cadeira com as duas pernas, então ele é menos do que eu. Julgamos esse ser que não pode fazer o que eu faço menos do que eu”. Por isso vem a questão do coitadinho, o parâmetro interno nosso. Isso vem mudando, em 2001, quando começou o projeto, deveria ser muito pior. Essa questão do coitadinho. Hoje, a mãe leva na escola, na instituição. Essa mãe tem uma esperança, uma ideia de que ele vai ter trabalho, vai ter família. Diferente de antes, que a mãe da pessoa com deficiência pensava que iria vender bombom ou bala no sinaleiro. Ou então, se fosse de família rica, montava-se uma casa para a pessoa com deficiência nunca sair [cita como exemplo filho com deficiência de alguém famoso]. Isso vem mudando, agora não é tanto, mas ainda existe. Até por culpa da própria pessoa com deficiência que se coloca nessa posição de coitadinho para obter algo (“é melhor eu me colocar numa posição de coitadinho para obter sucesso naquilo que estou querendo”). Depende da criação de cada um. Graças à rede social, os JP, a cada ano. As crianças no passado não tinham acesso a isso, não sabiam o que era esporte, nem Jogos Paralímpicos não tinha nada disso. Hoje em dia, com a divulgação, com os Jogos do Rio de Janeiro, trouxe um número maior para o Projeto Clarear. Nós participamos ativamente de eventos esportivos regionais e abertos, organizado pelo Estado. Esses jogos são uma porta para as leis de incentivo poderem olhar o resultado do atleta, podendo gerar auxílios federais. A partir dessa vivência esportiva, pode ser uma porta para se tornar um atleta profissional, e quem sabe ir paralímpicas. Os JP são um sonho para cada atleta profissional

3) Quais os impactos sociais positivos e negativos das Paralímpicas de 2016, para você?

Positivos: trouxe visibilidade, coloca na mesa para discussão, como é nosso trabalho. Como falei, os jogos abertos são uma entrada para os JP e colocam em discussão nosso trabalho no dia a dia. Se nosso trabalho está de acordo ou não. Isso é positivo.

Negativo: são para tão poucos. Não é pra qualquer um. Número reduzido de atletas. Mesmo tendo várias delegações grandes, tantos outros que por um segundo ano estão

ali. Quantos outros queriam estar ali, mas por segundos não tiveram, oportunidade. Eu não sei como resolver isso, só falo do problema. O esporte de alto nível é excelente. Não inclui ninguém. É um sonho para o atleta estar lá, mas para chegar lá o processo é muito lento, é muito difícil para nós brasileiros. Talvez se tivessem nascido em países mais desenvolvidos, ele teria facilidade maior. Para nós o caminho a seguir é muito longo. Colocar como meta é um ponto positivo. O atleta profissional visa isso, chegar aos JP. É o sonho. Aquilo que você quer seguir é um foco. Ele tira base do tempo, na natação, no tempo do cara da classe dele lá na Paraolimpíada. Como o atleta nada, como vira o braço, como faz a virada, ele assiste pela tv. A divulgação do esporte para a pessoa com deficiência a paraolimpíada é um ganho. Atinge toda uma massa, esse é o lado positivo social. Atinge toda uma massa, pois as mães que assistem na tv vão ao projeto procurar. Quem sabe. Após os Jogos, tivemos uma grande procura de pessoas que nem sabíamos que existiam na cidade de Piracicaba.

4) Qual o legado dos Jogos Paralímpicos de 2016 puderam deixar para a população brasileira?

Acho que é esse sonho de poder chegar lá. Principalmente, uma coisa que foi assim: às vezes, o atleta vai competir do outro lado do mundo e a família ficou aqui. Nos Jogos do Rio, ele tava lá na piscina ou competindo, e a família dele estava ali perto dele na arquibancada, assistindo, torcendo, gritando. Isso conta, essa aproximação da família perto da competição, é algo positivo, pois essa memória positiva ficará para sempre, pois o olhar da família para aquele atleta, a dinâmica familiar para aquele atleta, além do pai e da mãe, às vezes primos, sobrinhos distantes, eles têm a visão transformada. E a partir disso você modifica a escola, o local de trabalho, você vai transformando seu lazer, seu bairro, quem garante até onde atinge isso, isso não tem como medir o quanto atingiu minha transformação. Imagine uma transformação familiar toda, de uma equipe inteira que participou. Abre espaço para pessoas que não tinham contato, pessoas que não têm acesso a ter o convívio com a pessoa com deficiência, que não sabe o que é, que nem tinha noção de inclusão ou acessibilidade de um local; a partir daí começa a ter. Começa a pensar, começa ver na tv, começa a perceber que é uma pessoa igual a ela. Que aquele que levanta da cadeira e o que não levanta da cadeira podem ser iguais em outro momento, podemos ser iguais na discussão de ideias, podem ser iguais no estudo ou no trabalho.

Você gostaria de complementar algo?

Acho que não, falei tudo.

ANEXOS

ANEXO A – CEP Escócia



12/01/2018

Dear Eduardo Azzini,

Your application 2104: 2016 Paralympic Games: their relations with public policies of sports and leisure and the social impacts on the lives of people with disabilities., submission 1564, has been approved by the Business and Enterprise SEC . You may now proceed with your study. If you wish to make any significant changes to the study you must seek the committee's approval before actioning them.

Good luck with your research.

Dr A Kourouklis

ANEXO B – Comitê de Ética - UNIMEP**Comitê de Ética em Pesquisa**

Piracicaba, 21 de junho de 2016.

Para: **Profa. Dra. Cinthia Lopes da Silva**

De: Coordenação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP-UNIMEP

Ref.: **Aprovação do protocolo de pesquisa nº 77/2016 e indicação de formas de acompanhamento do mesmo pelo CEP-UNIMEP**

Vimos através desta, informar que o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIMEP, após análise, **APROVOU** o Protocolo de Pesquisa nº **77/2016** com o título: **“Jogos Olímpicos 2016: suas relações com as políticas públicas de esporte e lazer e os impactos sociais na vida da pessoa com deficiência”** sob sua responsabilidade.

O CEP-UNIMEP, conforme as resoluções do Conselho Nacional de Saúde é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos promovidas nesta Universidade.

Portanto, conforme a Resolução do CNS 466/12, é atribuição do CEP “acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores” (VII. 13. d). Por isso o/a pesquisador/a responsável deverá encaminhar para o CEP-UNIMEP um relatório anual de seu projeto, até 30 dias após completar 12 meses de atividade, acompanhados de uma declaração de identidade de conteúdo do mesmo com o relatório encaminhado à agência de fomento correspondente.

Agradecemos à atenção e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,


Profª. Dra. Daniela Faleiros Bertelli Merino
Coordenadora CEP-UNIMEP